ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO

APRESENTADO

Ao Exmo. Snr. Presidente da República

PELO

Dr. José Carneiro da Gama Malcher,
Interventor Federal do Pará

1937—1939

BELÉM - PARÁ

OFICINAS GRÁFICAS DO INSTITUTO LAURO SODRÉ
(Escola Profissional do Estado)

1940

Excelentissimo Senhor Presidente da República

Obedecendo dispositivos legais e deveres da função de Interventor Federal, tenho a honra de apresentar a V. Excia. o relatório dos negócios públicos do Pará, não só relativo ao exercício findo de 1939, como aos dois anteriores abrangidos, encerrados depois da Constituição de 10 de Novembro de 1937.

Nesse período, nenhum acontecimento anormal veiu perturbar a ordem administrativa e a vida da população, uma e outra tranquilizadas pelas garantias reais do novo regimen político brasileiro e asseguradas pela confiança que a todos inspiram os métodos de organização e trabalho adotados pelo governo com a preocupação superior de fixar os grandes e fundamentais interesses da nacionalidade e dar-lhes a solução e desenvolvimento convenientes.

A mais perfeita união de vistas foi mantida entre a Interventoria do Pará e o governo nacional, cujos decretos e instruções tiveram rigorosa execução no Estado.

Dois exercícios de trabalho e construção, de ordem e tranquilidade, consagram a sabedoria e o patriotismo que ditaram a transformação e asseguram o acêrto para consolidar os nossos destinos em bases reais e fortes, comportando o desenvolvimento do país, que lutas estéreis e dissolventes retardaram por longo período.

O precioso patrimônio político construido desde a Independência, durante um século em que, por todo o universo, vibraram as exaltações liberais da revolução francesa integrando no homem a declaração dos seus direitos indeclináveis em face do poder, requereu, imperativamente, uma defesa concreta que salvaguardasse as liberdades no que elas possuem de legítimo e necessário à coexistência social, não permitindo que a onda arrasante das novas tendências humanas suprimisse a tradição e aniquilasse as forças morais que organizaram a família e engrandeceram a Pátria. O exame das condições de vida, sob a égide da economia, entrou, desde a guerra de 1914, em forte competição com os regimens políticos democráticos, desfraldadas várias bandeiras para encaminhar os povos no sentido de um bem estar coletivo, baseado em garantias a todas as classes que concorrem pelo seu trabalho material e espiritual para a produção de utilidades recíprocas.

E' a evolução, abrindo outros caminhos, iluminando outros horizontes, formando convicções diferentes, cuja razão comum não pode ser separada da nova conciência do direito de viver melhor e mais igualmente. Todas as transformações profundas da organização social impõem sofrimentos; não é pequeno o que suportam as velhas e adiantadas civilizações européas, cujas angústias acenaram ao espírito esclarecido do eminente chefe do

governo brasileiro, o presidente Getulio Vargas, o rumo certo de conduzir o Brasil por entre as incertezas da áspera passagem histórica da humanidade com o mínimo de dôres e de danos ao seu povo.

Substituindo as lutas políticas pelas atividades econômicas e os partidos pela administração racionalizada no sentido de corresponder às necessidades públicas — o Estado Novo guardou como segredo do seu milagre o respeito pela tradição. Regimen revolucionário para transformar a condição precária do homem e do povo, educando, saneando e disciplinando; revolução evolucionista, única que se poude realizar com a outorga de um estatuto político sem o motim, sem o combate, sem o clamor, porque feita e conduzida pela serenidade e pelo respeito, fixando a vida nacional com a realidade da sua prática e o reconhecimento das suas exigências. Ao corpo extenuado pelas lutas estéreis, ódios e divergências, energias novas e sadias vieram, nas leis operárias, agrárias, de nacionalização, de assistência e beneficência, dar um sôpro de vida e de alegria, de conforto e de esperança.

Renasceu a confiança do povo no seu governo. O trato direto entre eles, extinta a intermediação dos partidos, faz com que se conheçam e entendam melhor. O interesse nacional sobrepairou a todos os demais; as necessidades de ordem gerál passaram a compreender as individuais e aquela igualdade pregoada pela democracia liberal e jámais realizada eficazmente, está sendo atendida na vigência de nossa democracia nítidamente social e autoritária.

Quem vive e trabalha em nosso país tem de confessar que nada lhe impede o desenvolvimento da capacidade, antes a lei e a ação do poder público tudo facilitam para estimular a personalidade de cada um.

As vagas e inoperantes garantias das leis anteriores, adquiriram energia, tonificadas pelo prestígio da autoridade que as aplica e ganharam em extensão racional porque providenciam sobre todas as classes sociais, formando a atividade coletiva uma grande e gloriosa coluna. Assim como o funcionário público tinha direito de deixar amparada sua prole; a magistratura e os militares estão cercados de especiais garantias, tambem aqueles outros que em todos os setores lidam e diariamente dão todos seus esforços para produzir valores e utilidades, e são a maioria, precisam de garantias para eles e suas famílias, realizando a verdadeira igualdade, que é a do direito à vida. E' o que lhes concedeu o Estado Novo, preferindo a revolução branca dos decretos organizadores às conquistas martirisantes pelo sangue e pela violência.

O problema social continuando o desenvelvimento, atinge os extremos de sua conquista, recebendo as classes trabalhadoras da revolução legal brasileira, concessões espontâneas que não permitiram siquer movimentos ou agitações das massas. O que por aí afóra é obtido à custa de gréves e tumultos, sangue e depredações, o Brasil concede prodigamente como ato normal de seu adiantamento político e social. As organizações sindicais, como as grandes leis do salário mínimo, do seguro coletivo, das férias, dos acidentes, das juntas de conciliação, da justiça do trabalho — compondo as relações entre empregadores e empregados, entre o capital e o braço, sem tirar daquele as garantias, mas criando para este um padrão digno de vida e de atividade, valorizando o homem e sua capacidade — outorgaram ao Brasil um logar excepcional entre os povos modernos e deram às nossas massas proletárias um conceito de ordem e de disciplina, que as colocou diversas de suas congêneres de outros países, como elementos de segurança, como colunas concientes de força a cooperarem para a defesa do Estado e da autoridade sempre que se faz mistér.

Esse espetáculo, infelizmente, está circunscrito ao litoral, às cidades; resta levar ao trabalhador rural, precisamente o que faz a produção da riqueza, na mata, no campo, nos rios, na maior parte do interior, os favores e amparos de que já gozam seus irmãos. O Brasil será cada vez mais brasileiro, à medida que lhe penetram os vastos territórios do Sertão; é para lá que devem ir nossos cuidados maiores, zêlos e previdências, até devassá-los por estradas e povoá-los de gente nossa, recolhendo um volume de produção que não póde ser avaliado desde já; as linhas de nossas demarcações pedem homens e populações brasileiras para perpetuar a ocupação que os marcos assinalam. Nossos aplausos não pódem ser pequenos diante da arrancada que o Estado Novo iniciou para o Sertão, propondo em planos as séries de trabalhos públicos que vão unir o Brasil e aproximar os brasileiros de todas as zonas e quadrantes, estabelecendo um comércio que será dentro em pouco imenso, multiplicando a produção por fórma a nossas trocas internas suprirem quasi completamente as exigências da nova vida.

A Nação progride e está em paz porque há respeito e trabalho, e toda a comunidade brasileira atende hoje à palavra de um chefe, cujo pensamento se corporifica em leis e a vontade no interesse público.

Observa-se o passo decisivo do nosso progresso. Olhando para a economia, o governo assentou programa de continuidade e fomenta com eficiência toda a produção, criando órgãos técnicos para lançar diretamente a sua assistência na melhoria e na quantidade dos produtos. Isto ocorre em relação aos velhos gêneros e, tambem, em relação às grandes reservas do sólo e sub-sólo, inexploradas até aqui, e que em futuro próximo virão formar o formidavel conjunto da riqueza nacional, elevando-nos à altura das responsabilidades assumidas pela nossa soberania no continente e no mundo.

A legislação do Estado Novo, abundante pelo detalhe e forte pela unidade de direção, abrange toda a atividade social e acaba de dar à nação o Código de Processo Civil, antiga aspiração da nossa cultura jurídica e necessidade da justiça brasileira. Realmente, a variedade das leis de processo para regular as ações referentes aos mesmos direitos, não correspondia ao espírito de unidade nacional, tão caro aos sentimentos de todos nós.

A regularização do estrangeiro dentro do país, é providência de excepcional significação e está realizando a reclamada definição da vida e das intenções daqueles que, vindo de fóra, desejam aqui cooperar honestamente. E é de ver que, na eclosão violenta e radical dos nacionalismos inaugurados como legítima defesa por todos os povos, seja no terreno econômico, seja no social e político, nós brasileiros indicamos o nosso com brandura e fraternidade, recebendo o contingente humano de todas as nacionalidades sob garantia geral das leis e apenas fixando pequenas restrições, mais contra os elementos impertinentes, que sobre aqueles dispostos a dar o seu trabalho honesto e os sentimentos correspondentes à bondade nativa do nosso acolhimento.

A imensa terra brasileira deve agora abrir o seu seio para receber a gente atormentada que o destino de suas pátrias arrastou a todas as degradações da infelicidade, selecionando elementos de fino teor racial, experimentados no trabalho da terra e da fábrica, concorrendo, com esse agasalho, para uma comovente obra de humanidade e tambem de notavel interesse nacional.

O verdadeiro nacionalismo não exclue o estrangeiro, mas disciplina-o na sinceridade para com a terra que lhe dá liberdade, direitos e fortuna.

E' quanto o Brasil pede aos que o procuram, não podendo dispersar os valores que lhe são próprios, indispensáveis à sua vida e progresso ainda novos, necessitados de amparo e iniciativas, para pensionar o padrão elevado de bem estar de povos organizados e felizes. Nada adianta a importação de negociantes dos produtos do nosso trabalho, intermediários do homem nacional que ainda não tem um estalão regular da vida e, em mór parte, na sua deficiência, é o representante de gerações pobres e humilhadas; queremos, e disto temos necessidade para explorar todo o rico e vasto sólo do Brasil, a entrada de homens que não venham apenas aumentar as nossas populações urbanas, tornando mais sério o problema das aglomerações improdutivas, mas, à semelhança do magnífico colono italiano no Rio Grande do Sul e em São Paulo, e do admiravel trabalhador nacional abrir a terra para tirar dela a sua fortuna e dar à Nação uma cifra estimavel de progresso. Aquele triste espetáculo é remanescente do Brasil-colônia, do escravo que libertamos na véspera da República, mas não póde ser suportado nos tempos que correm. Os lucros do comércio e da indústria brasileira não devem emigrar, nem as asperezas da nossa produção pódem ficar a cargo sómente do trabalhador nativo; o estrangeiro que não traz uma profissão específica não póde reduzir-se à especulação de negócios, mas dedicar-se, ao lado do homem que o acolhe com tamanha porção afetiva, a serviço idêntico, praticado com extranha abnegação por esse glorioso amante do sólo, fascinado da natureza, maior que os males, as torturas, as endemias e o próprio abandono, em meio ao qual ele é ainda o único e bravo produtor de riquezas, seja cabôclo na Amazônia, sertanejo no nordeste, paulista, mineiro ou gaúcho.

União e Estados, articulando serviços, unificando trabalhos, lidam harmônicos com a mesma finalidade, sem se preocupar de divisões políticas do território nacional, como tratando de uma só grandeza, de um único destino. .

Nossas classes armadas, antes divididas, apresentam o grandioso espetáculo da sua união, vinculada ao aperfeiçoamento técnico e ao preparo das gerações novas para o serviço da Pátria, transformando os quarteis em escolas de civismo, dando o exemplo de disciplina e cooperando com o governo para o aparelhamento material renovado sob os mais alviçareiros auspícios.

A educação, base real de todo o desenvolvimento, ligada à campanha pela Saúde Pública, recebe, como esta, impulsos jámais dados.

Estes dois assuntos, de importância e significado nacionais, tomam este carater e se encaminham a grandes resultados, assinalada a orientação do governo federal em admití-los como problemas gerais a serem resolvidos fóra das raias dos Estados.

O que se está realizando para combater a lepra, a tuberculose e o paludismo, desenvolver a cultura física, a higiene escolar, o amparo à maternidade, os esportes — falam bem alto da preocupação do Estado Novo quanto à saúde do povo e das novas gerações.

Nosso país ganha fóros próprios no cenário internacional e uma personalidade inequívoca diante dos outros povos, determinada pelo florão da unidade que apresenta um território rico de oito milhões e meio de quilômetros quadrados e uma população próxima de cincoenta milhões de almas, coesa e harmonizada, com a mesma lei, a mesma língua, a mesma religião e um único pensamento político nacional.

O ESTADO NOVO NO PARA'

Este relatório vai dizer em traços largos o que está sendo feito no Pará pelo Estado Novo e as grandes necessidades da Amazônia nos vários setores da sua vida e da sua civilização, testemunhando as excelências de um regimen que pôs termo às competições e lutas tão profundamente prejudiciais aos interesses coletivos que formam a grandeza da nacionalidade brasileira.

Departamento Administrativo

Criado pelo decreto n. 1.202, de 8 de abril de 1939, está desde julho do ano findo em perfeito funcionamento, o Departamento Administrativo do Estado, dignamente instalado no edifício da antiga Assembléia Legislativa, assim a sua Secretaria.

Seus conselheiros atuais são os senhores doutores Heitor Gil Castello Branco, presidente; Homero Taveira Lobato, vice-presidente; Eugenio dos Santos Soares, Manoel Antonio Coelho de Sousa e José Jacyntho Aben-Athar.

Duas vagas verificadas e já preenchidas, a do dr. Sulpicio Ausier Bentes, primeiro presidente, que após alguns meses de criteriosa e profícua direção, renunciou; e a do dr. Alcindo Comba do Amaral Cacella, vice-presidente em exercício de presidente, subitamente falecido a 12 de junho do corrente ano, um dos mais ilustres e esclarecidos advogados do Pará e que dava ao Departamento os notáveis préstimos da sua inteligência, vasta cultura e larga experiência dos negócios públicos.

E' de salientar a valiosa cooperação que este novel órgão da administração vem prestando ao governo do Pará, em todos os casos e assuntos ligados às suas atribuições e por forma absolutamente autônoma, em plena liberdade de opinar, o que lhe tem grangeado o devido e indispensavel apreço e respeito gerais, aos quais a Interventoria junta os agradecimentos pela sempre apreciavel colaboração prestada ao governo do Estado e às Prefeituras Municipais.

Situação Financeira

A organização do orçamento para 1938, sob os moldes do novo estado político, trouxe às finanças do Estado uma ordem que há muito era requerida para a bôa execução orçamentária. Verdadeiramente, o que ocorria era a forma normal de um orçamento extraordinário correndo ao lado do ordinário, por via de créditos especiais, autorizações, auxílios de várias naturezas, concorrendo para a perturbação dos serviços regulares da administração, retirando por outro lado toda espécie de iniciativas úteis à falta de recursos para tomá-las.

As várias providências resultantes dos trabalhos de órgãos técnicos federais, com a cooperação, em conferências, de secretários de Fazenda, contabilistas e especializados em assuntos municipais — deram afinal aos Estados e Municípios padrões de orçamentos e escriturações que estão a produzir ótimos resultados na bôa marcha dos negócios públicos, regidos assim por fórmulas exatas e de facil apreciação e exame. No Pará, representado sempre nesses conclaves, estão em plena execução as normas estabelecidas e as contas da administração em perfeita ordem.

As finanças do Pará estão em bom equilíbrio, melhores do que seria de esperar diante dos acontecimentos que perturbaram a nossa economia, como repercussão da desordem lançada nas relações de todos os povos do mundo.

O ano 1939 foi particularmente bom, permitindo, com o excesso de arrecadação, cobrir o «deficit» que vem pesando sobre o Tesouro desde 1937 e a realização de obras de vulto e vários serviços de utilidade pública.

O período de guerra não acusou sensivel depressão, mantendo-se em geral bôas cotações para os nossos gêneros, permitindo transações regulares e receitas compensadoras. A espectativa de 1940 já não é a mesma e tudo leva a crêr que o fechamento dos mercados europeus determine grave distúrbio no valor e consumo dos gêneros paraenses, quiçá brasileiros. A Interventoria organizou, assim, um orçamento sem otimismo, cerca de 5.000 contos abaixo da receita de 1939, com que espera poder enfrentar as perturbações e deficiências previstas.

Reduzimos ao mínimo as verbas para os serviços indeclináveis, lamentando não ser possivel dotações para novas obras, pois, a Educação, Saúde, Segurança Pública, Justiça e Administração, tais como se acham organizadas, absorvem toda a receita orçamentária e não podem sofrer córtes sem perder a eficiência em que se acham.

Governamos o Pará com simplicidade, modéstia de autoridade e de costumes, só assim podendo conservar os préstimos que o Estado concede a uma coletividade sem recursos materiais e que reclama assistência a todo momento e em todos os sentidos.

Ainda assim, neste relatório, podem ser apreciadas as obras realizadas e os serviços em melhoria notavel, sem fechar um só e criando vários outros de notório valor público.

A um vultoso passivo, nosso governo não tem acrescentado novas dívidas e as que restaram de 1937 em valor acima de 6.000 contos estão por liquidar menos de 1.000 contos, que todos nos esforçamos por ver extinto.

Suprindo necessidades emergentes, transpondo obstáculos diários, o governo do Pará vive a vida de seu povo, cobrando seus impostos sempre «ad-valorem», sujeitando-se às oscilações da bôa ou má fortuna da economia geral.

No triênio que compreende os exercícios de 1937 a 1939 a receita arrecadada pelo Estado somou um total de 124.918 contos de réis, assim detalhada:

	Contos de réis
Receita orçamentária	98.066
Receita para crédito de Prefeituras Municipais do interior	12.596
Receita de diversas contas	12.225
Suprimentos recebido do exercício de 1940	2.031

A despesa importou em 125.331 contos de réis, agrupada da seguinte forma:

	Contos de réis
Despesa orçamentária	104.005
Amortização de dívidas passivas extra-orçamentárias	1.699
Pagamentos para débito de Prefeituras Municipais do interior	12.522
Pagamento para débito de Diversas Contas	4.787
Suprimento feito no exercício de 1936 pelo de 1937	2.318

Em capítulos especiais examinamos o movimento orçamentário, detalhando a receita e despesa tanto nos seus agrupamentos principais como nas suas menores verbas.

O movimento geral, financeiro—orçamentário, oferece o seguinte resultado no triênio em estudo:

	Cantos de réis	
Receita	98.066	
Despesa	104.005	
Deficit	————	5.939

Este deficit foi coberto da seguinte forma:

		Contos de réis	
Dívidas incorporadas em 1937 a Restos a Receber		246	
Dívidas incorporadas no triênio a Restos a Pagar			7.037
Receita extra-orçamentária			722
Despesa extra-orçamentária		1.986	
Cobertura em numerário:			
Saldos de 1936	3.854		
« para 1940	3.441		412
		2.232	8.171
Deficit		5.939	
		8.171	8.171

No capítulo dedicado ao Patrimônio estão detalhadas com minúcia as ocilações verificadas no periodo 1935—1939 e separando as cifras que afetaram essas oscilações pertinentes a exercícios anteriores a 1935, vamos encontrar, bem clara, a ação administrativa do Governo na gestão dos dinheiros públicos durante os exercícios que se seguiram. No capítulo «Despesa» estão devidamente discriminados os compromissos que contribuiram com maiores coeficientes para o excesso verificado, os quais montam a 5.337 contos de réis.

As oscilações patrimoniais a que nos referimos acima oferecem os seguintes resultados em resumo:

	Contos de réis	
Diminuição de passivo		20.900
Aumento de passivo	16.613	
Diminuição de ativo	1.930	
Aumento de ativo		14.231
	18.543	35.131
Aumento de patrimônio	16.588	
	35.131	35.131

As parcelas acima podem ser decompostas pela forma infra:

	Débito	*Crédito*
Débitos contraídos	8.452	
Terras públicas vendidas e concedidas gratuitamente	1.162	
Imovel demolido	35	
Venda e cessão de veículos	24	
Ouro em espécie vendido	4	
Dívidas ativas recebidas e canceladas	705	
Deficit de 1935—1937	8.161	
Dívidas amortizadas		20.900
Bens adqueridos	8.707	
Dívidas ativas inscritas		3.237
Superavits de 1936, 1938 e 1939		2.287
	18.543	35.131
Aumento líquido de patrimônio	16.588	
	35.131	35.131

Evidencia-se, pelo exposto, que o exame da execução orçamentária, por mais acurado que seja, não póde revelar o resultado econômico da administração, o que somente através da conta «Patrimônio» é permetido conseguir. Assim, no período em exame, contra um deficit orçamentário no valor de 5.939 contos de réis, vamos encontrar um aumento líquido de patrimônio no total de 16.588 contos de réis, decorrente da honesta aplicação do numerário em dispêndios que visam a melhora da fortuna pública, através da diminuição de seus compromisos externos e aquisição de bens para instalação dos serviços públicos por forma adequada ás necessidades.

1937 — 1939

RECEITA

A receita orçamentária do Estado no triênio 1937 a 1939 foi estimada em 84.889 contos de réis, acusando entretanto, a arrecadação, um total de 98.066, inclusivel 5.920 contos de réis, produto líquido de uma operação de crédito realizada em 1938 com o Banco do Brasil, podendo ser agrupada da seguinte forma:

	CONTOS DE RÉIS	
Receita de impostos e taxas	63.209	64,46 %
Rendas Industriais	11.472	11,70 %
Rendas Patrimoniais	9.552	9,74 %
Receita de contribuições para serviços de educação, saúde e fiscalização	6.311	6,44 %
Amortização de dívidas ativas	92	0,09 %
Eventuais, inclusive subvenções e operações de crédito	7.430	7,57 %

Confrontada em detalhe a arrecadação acima com a previsão orçamentária, obtivemos os seguintes resultados:

	CONTOS DE RÉIS			
	Orçada	*Arrecadada*	*Mais*	*Menos*
Receita de impostos e taxas:				
Vendas e Consignações	32.160	37.585	5.425	
Exportação	14.325	13.426		899
Taxa hospitalar	3.859	3.464		395
Transmissão de Propriedade	2.500	3.687	1.187	
Territorial	780	843	63	
Sêlo	1.750	2.018	268	
Caridade	300	320	20	
Serviço de Agricultura e Pecuária	690	97		593
Rendas Diversas	920	968	48	
Taxa de Gazolina	500	801	301	
	57.784	63.209	7.312	1.887
Maior receita	5.425			5.425
	63.209	63.209	7.312	7.312

	CONTOS DE RÉIS *Orçada*	*Arrecadada*	*Mais*	*Menos*
Rendas Industriais:				
Serviço de Águas	5.100	4.999		101
Matadouro do Maguarí	3.250	3.083		167
Instituto Lauro Sodré	550	446		104
Diário Oficial	250	191		59
Serviço de Navegação	1.540	2.653	1.213	
	10.690	11.472	1.213	431
Maior arrecadação	782			782
	11.472	11.472	1.213	1.213
Rendos Patrimoniais:				
Terras Públicas	5.400	6.575	1.175	
Estradas de Rodagem	25			25
Rendas Diversas	1.710	2.977	1.267	
Fundo de Educação	200			200
	7.335	9.552	2.442	225
Maior arrecadação	2.217			2.217
	9.552	9.552	2.442	2.442
Receita de Contribuições:				
Contribuições dos municípios para serviços de educação, saúde e fiscalização	5.000	5.039	39	
Idem da Liga contra a Lepra	1.350	1.272		78
	6.350	6.311	39	78
Menor arrecadação		39	39	
	6.350	6.350	78	78
Amortização de Dívidas Ativas:				
Dívida ativa cobravel	250	92		158
Eventuais:				
Receita eventual, inclusive operações de crédito	1.500	7.130	5.630	
Subvenções	980	300		680
	2.480	7.430	5.630	680
	4.950			4.950
	7.430	7.430	5.630	5.630

Pelos itens acima verifica-se que a receita de impostos e taxas representa 64, 46 % do total arrecadado, nela destacando-se, em

primeiro plano, o tributo sobre vendas e consignações, que no triênio apresenta os seguintes índices:

	Contos de réis
1937	11.222
1938	11.689
1939	14.674

Em seguida encontra-se o imposto de exportação que, não obstante a redução progressiva que lhe foi imposta, observada rigorosamente neste Estado, acusou uma arrecadação de 13.426 côntos de réis, assim detalhada:

1937	4.640
1938	3.893
1939	4.893

Os demais tributos acusam sensíveis acréscimos sobre as estimativas orçamentárias, com exceção da receita a cargo da Diretoria Geral da Agricultura e Pecuária, que a transferência para a Associação Comercial da cobrança da taxa sobre fiscalização de gêneros exportados reduziu da sua maior parte.

A arrecadação ressentiu-se grandemente da cessação da cobrança da taxa de gazolina, que vigorou até 1937, transferida á competência federal, com a qual era custeada a conservação e a construção de estradas de rodagem e que no triênio 1935 — 1937 produziu uma média de 627 contos de réis.

As rendas industriais apresentam resultados estáveis, sendo que a do Matadouro do Maguarí sofreu em 1938 sensivel diminuição, em decorrência da crise verificada no mercado de carnes, que exigiu do Governo, a par com outras providências adequadas ao caso, a redução da taxa do amanho do gado destidado ao consumo.

A receita do Serviço de Navegação acusou grande redução em 1938, quando ficou restrito ás linhas do Mosqueiro e Soure, sendo extintas as demais que o Estado vinha mantendo com grande onus para o erário público.

Nas rendas patrimoniais, o arrendamento de terras devolutas para extração de produtos nativos produziu no triênio em exame o total de 6.575 contos de réis, apresentando a receita de 1939 uma diferença para mais sobre 1937 e 1938 de 604 e 1.005 contos de réis, respectivamente.

Na receita eventual, em cumprimento ao dispositivo constitucional, incluiu se a parcela de 5.920 contos de réis, relativa ao saldo líquido da operação realizada em 1938 com o Banco do Brasil, o que fez elevar dessa quantia o resultado acusado nessa rubrica no mencionado exercício.

A incidência do imposto de vendas e consignações sofreu alterações no triênio em exame. De 3 % em 1937 desceu a 2 % em 1938, elevando se em 1939 a 2,5 %. Esta última modificação foi adotada tendo-se em vista as providências constantes do Decreto-lei n. 915 de 1.º de Dezembro de 1938. Tambem a taxa hospitalar, cuja receita

de 697 contos de réis em 1937, elevou-se a 1.239 e 1.528 contos de réis em 1938 e 1939, respectivamente, teve a sua incidência ampliada pelo Decreto n. 145, de 23 de Outubro de 1937, passando a abranger as vendas tanto á vista como a prazo, pois, até áquela data, sómente atingia ás primeiras.

A redução do imposto de exportação, preconisada pelo governo federal, já atinge no exercício de 1940 a 50 %, ou seja um acréscimo de 15 % sobre a diminuição efetuada em 1939.

Para o resultado acusado na receita do imposto de Vendas e Consignações, além da sensivel melhora registrada na cotação dos nossos produtos de exportação, contribuiram, inegavelmente, as providências fiscais adotadas pela Diretoria Geral da Fazenda apoiadas, principalmente, no contrôle do movimento comercial operado entre municípios e cujos benéficos efeitos se fizeram sentir na arrecadação do mencionado tributo pelas exatorias do interior que, de 1.586 contos de réis em 1937, elevou-se a 2.513 e 2.806 contos de réis nos exercícios de 1938 e 1939, respectivamente, valendo referir que a ação corregedora se desenvolve suasoriamente, sem violências de qualquer natureza, efetuando-se a cobrança das diferenças constatadas isentas de constragimentos irritantes e dentro das normas regulamentares.

Com a reorganização do cadastro dos contribuintes, a ação fiscal certamente muito terá a lucrar pela seleção dos elementos de que necessita para colher o movimento comercial de determinados ramos de atividade, e que aquela iniciativa lhe proporcionará.

A eficiência da fiscalização será mais produtiva quando esta for entregue á direção de um departamento autônomo, pois, o trabalho em conjunto com os órgãos de arrecadação prejudica, até certo ponto, a correição fiscal, atendendo principalmento á complexidade da tributação e variedade das repartições incumbidas da sua arrecadação.

A receita arrecadada no triênio está detalhada em quadros elucidativos, apensos a este relatório.

1937 — 1939

DESPESA

No período em estudo a despesa somou 104.004 contos de réis, assim resumida:

	Contos de réis	%
Governo e Administração	24.350	23.42
Assembléia Legislativa	589	0,56
Justiça	4.830	4.64
Polícia Civil e Militar	10.109	9,72
Instrução Pública	22.827	21 95
Saúde Pública	13.593	13,07
Dívida Pública	11.420	10.98
Diversas Despesas	16.286	15,66

Comparativamente á fixação orçamentária, a despesa efetuada acusa as seguintes diferenças:

	Fixada	*Efetuada*	*Mais*	*Menos*
Governo e Administração...	23.145	24.350	1.205	
Assembléia Legislativa.......	623	589		34
Justiça........................	4.805	4.803	25	
Polícia Civil e Militar........	10.483	10.109		374
Instrução Pública..............	22.714	22.827	113	
Saúde Pública..................	13.560	13.593	33	
Dívida Pública.................	6.733	11.420	4.687	
Diversas Despesas..............	15.828	16.286	458	
	97.891	104.004	6.521	408
	6.113			6.113
	104.004	104.004	6.521	6.521

De acôrdo com a demonstração feita no início deste relato, a despesa fixada no triênio 1937—1939 somou, pelos respectivos or a-mentos, um total de 84 461 contos de réis, tendo sido elevada através de créditos adicionais a 97.891 contos de réis. Só em 1937 os suprimentos de créditos adicionais feitos na sua maioria pela extinta Assembléia Legislativa, posteriormente á aprovação do orçamento, somaram 7.338 contos de réis.

As aberturas de créditos adicionais de iniciativa do Governo têm sido sempre acompanhadas de justificações e demonstrações explicativas das despesas que exigiram tal providência, todas inherentes ao custeio de necessidades públicas inadiáveis. Devemos considerar que a indústria extrativa representa cerca de 60 % da produção total do Estado e que os preços de seus produtos estão sempre sujeitos a especulações comerciais pelos mercados consumidores, que não raro determinam diminuição imprevista nas cotações. Este fato obriga o Governo a estimar a receita abaixo do índice médio e, consequentemente, a abstrair, no orçamento, despesas projetadas que, assim, ficam sujeitas á capacidade da arrecadação. Estão compreendidas neste argumento não só as despesas de percentagens a exatores como a construção de imóveis destinados a substituir os velhos, instalações de grupos escolares, amortização de « Resto a Pagar », aberturas de novas rodovias e outras de natureza idêntica.

Foram estas as razões que determinaram as aberturas, nso exercícios de 1938 e 1939, de créditos adicionais nos totais de 2.314 e 3.777 contos de réis, respectivamente.

As leis orçamentárias subdividem a despesa segundo a natureza dos serviços, e conforme já foi demonstrado o título «Goveno e Administração» representa 23,42 % do total despendido no triênio em exame. Torna-se, entretanto, conveniente elucidar que este título abrange despesas com os serviços de agricultura, navegação, abas-

tecimento dágua, abertura de rodovias e institutos técnicos-científicos, assim detalhados:

	Contos de réis
Agricultura	1.956
Navegação	5.447
Abastecimento dágua	4.851
Rodovias	676
Institutos técnicos-científicos	382
	13.312

A despesa subordinada a este título apresenta em 1937 um excesso de 3.287 e 2.489 sobre os exercícios de 1938 e 1939, respectivamente, originado da supressão de diversas linhas de navegação para o interior do Estado.

As verbas «Justiça» e «Policia Civil e Militar» apresentaram resultados dos equilibrados nos três exercícios mencionados.

Quanto á verba «Instrução Pública» acusou ela os seguintes totais:

	Contos de réis
1937	7.012
1938	7.758
1939	8.057

Comparando esta despesa com a realizada no triênio 1934—1936, constatamos que ela vai em escala ascendente, comprovando plenamente os propósitos do Governo em disseminar o ensino do Estado por forma eficiente e produtiva.

	Contos de réis	
1934	4.963	
1935	5.138	
1936	6.359	16.460
1937	7.012	
1938	7.758	
1939	8.057	22.827
Aumento		6.367

Ao total despendido no último triênio acima devemos acrescentar 1.058 contos de réis relativos ás despesas de ensino classificadas pela extinta Assembléia Legislativa na verba «Eventuais» e outras que, não possuindo dotação, foram tambem classificadas nessa rubrica.

Tambem as despesas com a construção, aquisição e ampliação de imóveis para instalação de grupos e escolas não foram imputadas ao título «Instrução Pública» e sim ás verbas «Eventuais» e «Obras

Públicas», tendo importado no referido lapso de tempo em 1.685 contos de réis, assim detalhados:

	Contos de réis
Grupo Escolar «Floriano Peixoto»	101
» » «Augusto Montenegro»	108
» » «Justo Chermont»	191
» » «Camilo Salgado»	142
» » «Benjamin Constant»	315
» » «Dr. Freitas»	94
» » «Vilhena Alves»	340
» » da cidade de Bragança	150
» » » » » Oriximiná	165
» » » » » Monte-Alegre	50
» » » » » Soure	10
Curso de Adaptação á Escola Normal	5
Escola «Maguarí», na Vila do Pinheiro»	14

Convem notar que as cifras acima reportam-se ao dispêndio efetuado no período em estudo, visto como já em 1936 o Governo havia adquirido o prédio onde funciona o Curso de Adaptação á Escola Normal pela importância de 50 contos de réis e empregadas nas construções dos grupos escolares «Augusto Montenegro» e «Justo Chermont» as importâncias de 60 e 27 contos de réis, respectivamente.

Do exposto se conclue, portanto, que os serviços gerais de educação, no período citado, absorveram a importância total de ..... 25 570 contos de réis, ou seja 24,58% da despesa efetuada no período 1937—1939.

Na verba «Saúde Pública» não se encontram incluidas as despesas que o Estado efetuou com a construção e ampliação de edifícios para o serviço. Em 1937, alem da ampliação do edifício onde funciona o Hospital «Juliano Moreira» que sómente nesse exercício absorveu 161 contos de réis, o Estado construiu o hospital de isolamento «São, Roque» pela importância de 186 contos de réis. Em 1939 foi efetuada a desapropriação de um terreno destinado ao Preventório «Eunica Weáver» que a Liga contra a Lepra está construindo em Val-de-Cães subúrbio da Capital, bem como adquirido um terreno para edificação do Centro de Saúde n. 2, tendo sido pagos 25 contos de réis por conta do respectivo custo. Esta edificação absorveu no exercicio citado 137 contos de reis. Alem disso o Estado construiu na Vila do Pinheiro, pela importância de 18 contos de réis, um prédio para posto médico local, adquiriu por 15 contos de réis um prédio para idêntico fim na cidade de Bragança e construiu o dispensário «Silva Araujo» para o serviço de lepra, no que foram dispendidos 43 contos de réis. Estas despesas importaram em 610 contos de réis, o que vale dizer que os serviços de saúde consumiram 14.203 contos de réis, elevande para... 13,66% a percentagem sobre o total verificado no triênio.

O total despendido com o serviço da divida pública está assim distribuido no período em exame:

	Contos de réis
1937	3.028
1938	5.847
1939	2.545

A disparidade que se verifica nas cifras acima provém do fato de terem sido imputados á verba orçamentária de 1938 os pagamentos efetuados em amortização da divida proveniente dos restos a pagar do exercicio precedente. Em 1939 a amortização desse passivo foi efetuada extra-orçamento, montando os pagamentos a 1.699 contos de réis. Alinhando estes fatores, para efeito comparativo, teremos:

	Contos de réis		
Empréstimos Externos.........	524	380	82
» Internos.	43	34	4
Banco do Brasil — C/C Garantida	1.237	2.207	1.943
Dívida Flutuante	1.224	681	480
Restos a pagar...........	—	2.545	1.699
Banco Nacional Ultramarino — C/C Garantida	—	—	37
	3.028	5.847	4.244

Em capítulos especiais trataremos da situação das dívidas acima em 31 de Dezembro de 1939.

O título «Diversas Despesas» registrou no triênio 1937 — 1939 um dispêndio na importância de 16.286 contos de réis, que representa sobre o total geral de 104.004 contos de réis, 15,66 %.

Para melhor elucidação passamos a detalhar o referido importe:

	Contos de réis
Pessoal aposentado, reformado, pensionados e em disponibilidade	4.790
Auxílio ao Montepio	959
Telegramas, Luz e Telefones...	496
Auxílios	90
Comissões e Percentagens	126
Socorros Públicos	57
Restituições e Indenisações	50
Navegação Subvencionada	24
Obras Públicas	2.906
Publicações e Impressos	311
Substituições	217
Serviços Agrícolas Articulados.	500
Instituto de Previdência do Pará	99
Rodovias	306
Exposição Nacional de Pernambuco	91
Prêmios e descontos.......	10
Eventuais	5.034
Representação Oficial	220
	16.286

As despesas com o pessoal inativo subiram a 362 contos de réis em 1939, á vista das novas aposentadorias de funcionários e reforma de militares, concedidas nesse exercício.

O suprimento de fundos ao Montepio foi menor em 1937 em 338 contos de réis comparativamente ao despendido no exercício passado e isto foi devido ao pequeno atrazo verificado no pagamento das pensões em 1937 que, hoje, está quasi sanado.

As Comissões e Percentagens variam segundo a cobrança do imposto de transmissão «Causa-Mortis», motivo por que apresentaram um acréscimo de 44 contos de réis sobre a despesa efetuada no exercício de 1937.

A verba «Obras Públicas» responde não só pela conservação de próprios do Estado como tambem pelas novas construções, conforme tivemos oportunidade de referir no tópico sobre «Instrução e Saúde». Nesta verba foram empregadas em 1937, 1938 e 1939 as importância de 939, 790 e 1.177 contos de reis, respectivamente.

A verba «Eventuais», em 1937, apresenta sobre os exercícios de 1938 e 1939 os acréscimos de 1.372 e 2.051 contos de réis, oriundos, como já tivemos oportunidade de aludir, da impropriedade de classificação que pela extinta Assembléia Legislativa foi adotada quanto ás despesas que pertenciam aos demais títulos do orçamento, bastando citar que a pertencente aos títulos de Instrução e Saúde Pública somaram, pela ordem, 1.058 e 339 contos de réis. Os gastos que a rigor pertenciam a «Eventuais» somaram em 1937, 754 contos de réis, incluidas neste total as importâncias despendidas com aquisições de bens móveis e instalações elétricas destinadas a municipios do interior.

A' fls. deste relato encontrará V. Exc. a discriminação minuciosa das despesas classificadas na verba «Eventuais» no período em estudo.

No intuito de elucidar V. Exc. sobre a execução orçamentária da despesa em 1939, oferecemos a seguir uma demonstração dos dispêndios que contribuiram para o excesso constatado, os quais se encontram compreendidos em nossa justificação de fls. quando tratamos das razões determinantes da abertura de créditos adicionais ao orçamento.

Prédio para Grupos Escolares :		
Grupo Vilhena Alves	286:531$100	
» Benjamin Constant.....	50:610$500	
» Bragança.	67:829$400	
» Oriximiná	165:000$000	
» Monte-Alegre..	50:000$000	
Construção de novas salas em ampliação nos grupos Augusto Montenegro e Justo Chermont..........	95:880$000	715:851$000
Diversos :		
Centro de Saúde n. 2.		137:125$500
Posto Médico no Pinheiro.		18:454$200
Coletoria de Igarapé-mirí.		21:342$200
Aquários no Museu Paraense Emilio Gœldi		56:660$000
Terreno á av. Tito Franco... ..		10:000$000

Terrenos á av. Independência e margens do rio Guajará para instalação, respectivamente, do Centro de Saúde n. 2	50:000$000
Concertos de vapores	228:792$500
Amortização de Resto a Pagar	1.699:241$540
Estradas de Rodagem	305:694$050
Linhas de Navegação extra-orçamento	413:715$500
Bens móveis	151:229$600
	3.808:105$090
Percentagens a exatores (Excesso s/ a dotação)	388:549$600
	4.196:654$690
Amortização da Dívida Flutuante (Excesso s/ a dotação)	349:392$100
Pessoal inativo, idem, idem	79:034$100
Suprimento ao Montepio, idem	146:478$200
Substituição funcionarios, idem	47:239$300
Eventuais, idem, idem	517:618$200
	5.337:016$590

1937 — 1939

PATRIMÔNIO

Damos a seguir elementos elucidativos do movimento operado na conta «Patrimônio» nos exercícios de 1937, 1938 e 1939, em demonstrações isoladas, bem como um resumo de todas as oscilações patrimoniais ocorridas no período de 1935 a 1939.

A análise da administração financeira através das demonstrações mencionadas torna-se sobre modo facil pela condensação de todos os fatores que determinaram aumento ou diminuição da riqueza pública, sem prejuizo dos detalhes necessários ao seu exame.

Desde 1932 o Estado vem adotando esta prática, facultando assim elementos proveitosos ao exame da aplicação do numerário arrecadado.

Sómente com a adoção, em 1926, do sistema digráfico para o registro das operaçoes tornou-se possivel um contrôle no funcionamento das contas, pois que anteriormente, o método utilizado não permitia a constatação dos resultados por forma eficiente, dando margem a que os direitos e obrigações do Estado não possuissem um cadastro perfeito. A contabilidade restringia-se ao movimento orçamentário e a análise perfunctória das dívidas e realizações levadas a efeito pelo Governo. Consequentemente, a repercussão ocasionada no patrimônio pela gestão financeira deixava de ser escriturada convenientemente na contabilidade fazendária e os dados disponíveis para isso ficavam condensados em relatórios e mensagens, refletindo

atos da determinada gestão, sem a seqüência lógica imposta pela escrituração regular das operações.

Entretanto, á adoção do sistema digráfico em 1926 seguiu-se um período de estagnação das contas patrimoniais nos seus valores iniciais e só em 1935 os serviços de revisão e coleta de elementos foram iniciados. Um simples confronto dos relatórios dos serviços fazendários demonstra plenamente a evolução que temos imprimido á contabilidade, dando aos inventários das contas a exatidão que exigem a clareza e a regularidade dos serviços.

A narrativa que fizemos no capítulo « Dívida Flutuante » dos trabalhos referentes a esta conta dão idéia perfeita da ação desenvolvida em torno do objetivo já mencionado.

Os resultados registrados pelos balanços do quinquênio 1935/1939, acusam as seguintes diminuições patrimoniais :

	Contos de réis
1935	4.168
1936	9.942
1937	5.183
1938	2.011
1939	208

Juntamos um quadro do movimento operado nesta conta no período já aludido cujo resumo é o seguinte:

	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			
	Somas		*Saldos*	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
Dívidas Passivas	41.601	23.449	18.155	
Bens do Estado	7.975	9.423		1.448
Dívidas Ativas	4.881	6.006		1.125
Resultados Orçamentários	8.161	2.287	5.874	
Depósitos Diversos	1.427	543	884	
	64.048	41.708	24.913	2.573
		22.340		22.340
	64.048	64.048	24.913	24.913

Afim de constatar os resultados inherentes á gestão financeira nos exercícios de 1935 a 1939, isolamos, a seguir, as cifras que se reportam aos anos anteriores e efetuamos um detalhe do movimento operado naquele lápso de tempo

Sendo assim, teremos:

	DÉBITO Diminuição		CRÉDITO Aumento	
	Até 1934	1935 39	— 1934	1935 39
Totais constantes do quadro « Oscilações Patrimoniais»	45.505	18.543	6.577	35.131
ou seja:				
Dívidas Passivas		8.452		20.900
Bens do Estado		1.225		8.707
Dívidas Ativas..		705		3.237
Resultados Orçamentários...		8.161		2.287

	DÉBITO Diminuição		CRÉDITO Aumento
Dívidas Passivas:			
Dívida Flutuante.			
Créditos Cancelados...	71		
Amortizações	3.849		3.920
Dívida Interna Fundada:			
Títulos resgatados			408
Banco do Brasil—C C Garantida:			
Débitos contraídos.......		7.060	
Amortizações			4.680
Banco Nacional Ultramarino—C C Garantida:			
Amortizações.....			157
Banco do Brasil—C Penhor:			
Débitos contraídos		518	
Liquídação			518
Dívida Externa:			
Títulos resgatados			8.610
Restos a Pagar:			
Créditos inscritos extra-orçamento.........		874	
Retificações.......	11		
Amortizações pelo orçamento	2.596		2.607
Bens do Estado			
Bens Imóveis:			
Baixa do valor de terras vendidas e concedidas...	1.162		
Baixa de um imovel para demolição.	35	1.197	
Construções e aquisições..			6.938
Bens Móveis:			
Vendas e cessão de veículos		24	
Aquisições			1.769

Valores do Estado:			
Baixa de ouro em espécie vendido		4	
Dívidas Ativas:			
Baixa por cancelamento e recebimentos		705	
Inscrições			3.237
Resultados Orçamentários:			
Superavits de 1936, 1938 e 1939			2.287
Dificits de 1935 e 1937.......		8.161	
		18.543	35.131
Aumento líquido no Patrimônio		16.588	
		35.131	35.131

Diminuição de Passivo.....			20.900
Aumento de Passivo.........		16.613	
Diminuição Ativo.......... ...	1.930		
Aumento de Ativo.			14.231
		18.543	35.131
Aumento de Patrimônio....		16.588	
		35.131	35.131

Consequentemente, póde-se afirmar com segurança que o aumento líquido no patrimônio do Estado no lapso tempo compreendido pelos exercícios de 1935 a 1939 é de 16.588 contos de réis.

Para a alevada cifra, concernente ás terras públicas alienadas, contribuiu a concessão feita á Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, em 1936, de 393.162^{h} 05^{a} 84^{c} á razão de 15$000 o hectare, cujo título definitivo foi expedido nesse exercício.

Os detalhes das contas «Bens Imóveis» e «Bens Móveis» esclarecem perfeitamente a incorporação ao patrimônio nos mencionados exercícios das aquisições e construções efetuadas.

Situação Econômica

Não sendo possivel, ainda, em relação a 1939, estabelecer um cômputo rigoroso da nossa produção, serviço que só este ano está sendo organizado com o cuidado e zêlo que o Departamento Estadual de Estatística pôs na organização das estatísticas de exportação e importação, os dados relativos a estas últimas nos bastam para, num estudo comparativo, mostrar a contínua e progressiva melhoria da situação econômica do Estado.

Em 1937 o volume total da nossa exportação foi de 131.258:055,857 quilogramas, em 1938 subiu a 164.926:793,125 e em 1939 atingiu a 190.729:368,245 quilogramas, tendo havido, portanto, um aumento de 33.668:737,268 quilos de 1938 sobre 1937 e de 25.802:575,120 quilos de 1939 sobre 1938.

O quadro comparativo, abaixo, do volume de nossa exportação nos seis últimos anos, patenteia bem claramente a sua evolução ascendente muito embora, como se póde ver na série do crescimento percentual, tenha havido uma notavel depressão de 1939 sobre 1938, mais ou menos correspondente à ascenção de 1938 sobre 1937.

Anos	*Exportação total em kg.*	*Crescimento %*
1934	101.213.312,193	—
1935	104.543.014,198	3,28
1936	114.064.269,291	9,17
1937	131.258.055,857	15,07
1938	164.927.293,125	25,65
1939	190.729.368,245	15,64

Não se póde atribuir à guerra a depressão acima apontada, porquanto a nossa exportação para o estrangeiro em 1939 foi muito superior à que fizemos no ano anterior, como se vê no quadro n. 3. Queremos crer que essa queda na evolução do crescimento percentual provenha do fato de nos termos, nos dois anos considerados, aproximado do limite máximo das nossas possibilidades no campo atual da nossa exportação, o que vem demonstrar: 1.º que as medidas governamentais têm favorecido essa fonte apreciavel de renda; 2.º que é necessário fomentar a produção, problema cuja solução o governo vem atacando com vigor, em conjunção com os poderes federais.

Esse fato melhor se evidencia observando-se nos quadros ns. 2 e 3 que a exportação de origem regional para os Estados brasileiros caiu sensivelmente em 1939 ao passo que a mesma exportação

para os países estrangeiros subiu de mais do dobro daquela depressão.

Em valor, a nossa exportação tambem ascendeu de 1938 para 1939: no 1.º exercício exportamos 210.388:084$700 e 248.129:925$500 no 2.º, tendo havido, portanto, um acréscimo de 37.741:840$800. O levantamento estatístico dos anos anteriores, tendo sido feito com o valor oficial e não com o comercial, como nos dois últimos exercícios, não é possivel estudar o desenvolvimento dos valores de exportação no sexênio considerado acima, como o fizemos para o volume exportado. Convém, no entanto, assinalar que a percentagem de aumento de 1938 para 1939 foi em volume, de 15,64 %, como vimos, e em valor de 17,94 %, o que indica ter havido sensivel melhora nos preços de nossos produtos.

O mesmo quadro n. 1 ainda nos mostra que, em volume ou em valor, a nossa exportação experimentou apreciavel aumento em qualquer das três origens nas quais são classificados os gêneros exportáveis.

Considerando os gêneros de origem regional, nota-se um acréscimo de 9,04 % no volume de exportação, enquanto o aumento do valor é de 13,88 %, sensivelmente maior. O vulto dessa diferença, porém, decorre da exportação do ouro, que foi a seguinte nos dois períodos considerados:

Ano	*Volume*	*Valor*
1938..........	Kg. 579,125	11.909:553$600
1939..........	» 765,245	17.187:808$800
Diferença.....	» 186,120	5.278:255$200

Enquanto no volume houve o acréscimo de apenas 186,120 quilos, no valor se deu um aumento de 5.278:255$200. Abatendo esse vultoso valor, que inflúe sobre a percentagem acima calculada, temos que os acréscimos da exportação regional em 1939 são respectivamente de 9,04 % para o volume, que não sofreu variação notavel, e 10,44 % para o valor, o que não invalida a observação acima de que houve, no último período, sensivel melhora nos preços dos nossos produtos.

Si compararmos, porém, os índices percentuais da nossa exportação de origem regional relativamente à exportação total em 1938 e 1939, verificamos que baixaram no 2.º desses períodos:

Ano	*Volume*	*Valor*
1938..........	89,8 %	72,8 %
1939..........	84,7 %	70,3 %

Esse fato se explica pelo consideravel aumento da exportação de origem estrangeira para os Estados brasileiros em 1939.

No mesmo quadro n. 1, se verifica que a percentagem do volume da exportação de origem estrangeira passou de 4,6 %, em 1938, a 9,5 % em 1939, e que a do valor subiu de 5,5 % em 1938 para 10,1 %, em 1939; o quadro n. 2 completa a observação, ex-

plicando plenamente o fenômeno atrás assinalado: a exportação de gêneros de origem estrangeira para os Estados elevou-se em 1939, acima do dobro da efetuada no ano anterior.

No último triênio, 1937/39, o volume de exportação dos nossos produtos regionais oferece o seguinte aspecto:

1937..........	118.842.601,857 Kg.
1938..........	148.092.364,125 »
1939..........	161.484.410,245 »

Houve, ainda, ascenção notavel, devendo porém assinalar se que o aumento de 1938 sobre 1937 foi de 24,61 %, ao passo que o de 1939 sobre 1938 foi apenas de 9,04 %, como já vimos.

O quadro n. 2 nos mostra que a nossa exportação total para os Estados aumentou, quer em volume, quer em valor, notando se que a de origem regional, perdendo em quantidade, ganhou em valor, pelo motivo já verificado da exportação do ouro. Em 1938, o valor da exportação regional para os Estados, constituiu 82,2 % do total da nossa exportação com esse destino, tendo baixado para 73,2 % em 1939; em compensação, a percentagem da mesma exportação para o estrangeiro subiu de 61,2 % para 66,9 %.

Os melhores mercados nacionais para os nossos produtos regionais em 1938 foram os escalados no quadro abaixo, de acôrdo com a montante em réis, tendo conservado as suas posições de 1938 apenas os dois primeiros, e se deslocado os demais, como se póde verificar na mesma especificação.

	1939	*1938*	*Diferença*	
			(+)	(—)
Rio de Janeiro....	34.970:314$	34.433:950$	536:364$	—
Amazonas.........	13.946:072$	10.277:761$	3.668:311$	—
São Paulo.........	12.105:038$	9.844:875$	2.260:163$	—
Rio G. do Sul.....	8.485:692$	8.476:388$	9:304$	—
Ceará.............	8.477:980$	10.269:549$	—	1.791:569$
Pernambuco.......	5.007:116$	3.974:527$	1.032:589$	—
Rio G. do Norte....	3.714:308$	6.228:322$	—	2.514:014$
Acre..............	2.758:619$	2.265:642$	492:977$	—
Baía...............	2.095:483$	1.966:678$	128:805$	—
Maranhão..........	1.972:189$	1.742:225$	229:964$	—
Piauí.............	1.025:199$	1.117:071$	—	91:872$

Tiveram apreciavel aumento as nossas exportações para Amazonas, São Paulo e Pernambuco, tendo sofrido consideravel depreciação as exportações para Rio Grande do Norte e Ceará. Enorme queda tambem sofreu a nossa exportação para o Espírito Santo, que em 1938 ascendeu a 1.423:780$100, tendo em 1939 caído para 465:142$100.

Convém notar que, si em valor a nossa exportação para o Rio pouco oscilou, tendo, aliás, subido em volume, a sua baixa foi bastante expressiva, pois de 22.110.752,125 kg. em 1938, caiu para 14.889.604,245 kg. em 1939, explicando-se, ainda, esta aparente anomalia pela exportação do ouro, toda feita para o Rio de Janeiro.

No exterior, os nossos melhores mercados foram os relacionados no quadro abaixo, no qual se poderão observar, tambem, as variações sofridas em relação à exportação em 1938 :

	1939	*1938*	*Diferença* (+)	(—)
Estados Unidos...	43.213:632$	28.156:270$	15.057:362$	—
Inglaterra.........	9.881:978$	8.214:272$	1.667:706$	—
Alemanha	9.131:176$	12.668.361$	—	3.537:185$
Portugal..........	3.426:905$	3.689:788$	—	262:883$
Japão.............	2.491:030$	1.505:305$	985:725$	—
Egíto.............	1.624:017$	—	1.624:017$	—
Argentina.........	1.619:616$	—	1.619:616$	—
Austrália.........	1.377:773$	705:423$	672:350$	—
Canadá...........	1.002:753$	795:649$	207:104$	—
França...........	982:121$	924:595$	57:526$	—

Ao contrário do que aconteceu em 1938, a exportação regional para a Inglaterra em 1939 superou à que fizemos para a Alemanha, tendo crescido vultosamente as nossas relações com os Estados Unidos e aparecido dois novos bons mercados : Egíto e Argentina, para onde não exportamos gêneros de produção paraense em 1938. Perdemos apenas Noruega e Jamaica, com as quais tivemos fracas transações em 1938. No quadro acima se verifica, na coluna «Diferença», que logramos intensificar grandemente as nossas relações comerciais com o exterior, as quais apenas enfraqueceram com Portugal e Alemanha, estas prejudicadas pela crise européia.

A nossa importação processou-se como segue :

	QUANTIDADE KG. *1938*	*1939*	VALOR *1938*	*1939*
dos Estados....	69.109.990	75.335.703	153.036:361$	166.332:868$
do exterior....	64.414.216	82.037.420	50.656:111$	51.130:638$

Houve, portanto, aumento na importação, quer em volume, quer em valor, sendo-nos, porém, ainda favoravel, neste ano, como no anterior, o saldo da nossa balança comercial, como se vê dos números abaixo :

	Quilos	*Valor*
Exportação em 1939.........	190.729.368,245	248.129:925$500
Importação em 1939.........	157.371.123,000	217.463:505$900
	33.358.245,245	30.666:419$600

O quadro abaixo nos mostra a evolução da exportação total dos principais gêneros de produção paraense no sexênio 1934/1939:

EXPORTAÇÃO EM QUILOGRAMAS

	1934	*1935*	*1936*	*1937*	*1938*	*1939*
Madeira....	44.189.850	54.878.514	47.017.497	51.431.041	65.785.439	88.384.252
Farinha....	19.981.245	7.573.928	3.380.368	19.318.674	34.356.929	22.523.332
Arroz......	6.839.700	6.254.830	12.885.517	12.834.545	12.156.892	13.035.178
Milho.......	242.395	—	2.139.230	3.436.781	3.598.060	755.360
Castanha...	11.432.550	16.024.000	12.184.522	7.865.810	10.646.197	15.789.434
Borracha...	5.598.767	5.753.631	6.540.510	7.359.346	5.690.815	7.391.370
Cacáu.... .	1.685.560	2.669.125	2.126.542	1.472.487	1.397.315	2.687.655
Algodão....	2.097.149	1.056.802	758.922	1.812.667	969.611	1.015.869
Fumo.......	4.524	5.438	138.149	269.537	212.545	188.537
Fibras......	223.885	280.955	246.005	60.838	454.724	501.105
Azts. e óleos	560.200	1.422.664	1.138.609	741.923	489.606	608.255
Couros e péles...	2.140.769	2.030.735	1.296.880	3.212.942	1.535.235	1.636.845
Peixes.....	214.872	657.495	1.173.124	623.977	517.027	371.131

Vê-se, por aí, que mantiveram a sua evolução ascendente, em nosso comércio de exportação: a madeira, o arroz, a castanha, a borracha, o cacáu e as fibras; o algodão, os óleos e as péles apresentam, novamente, tendência para subir; o milho, o fumo e os peixes tendência acentuada para baixo, devendo assinalar-se que a deste último artigo foi determinada por medidas de coibição aconselháveis no exercício; a depressão notada na exportação da farinha de mandióca proveiu, em parte, da escassez da produção, em virtude da colocação facil, mais cômoda e mais vantajosa da «fécula» e do «fubá», de que chegamos a exportar 282.830 kgs. e 101.440 kgs. respectivamente, e, em parte, do consumo local da farinha panificavel, por determinação do Governo da República. O preço do quilo exportado de farinha sêca e dágua foi respectivamente de $410 e $490, ao passo que o «fubá» e a «fécula» de mandióca, cuja produção é menos dispendiosa e mais rápida, atingiram por quilo, os preços de $550 e $640, respectivamente.

O exame feito assinala apenas as linhas gerais da nossa situação econômica, verificando-se que a orientação impressa pelo Governo à solução dos problemas vitais da nossa riqueza, vai satisfazendo às exigências regionais e correspondendo plenamente aos dispositivos do plano, que nos traçamos, de reconstrução econômica do Estado.

QUADRO N. 1

Exportação total

ORIGEM	QUILOS				VALOR			
	1938	%	1939	%	1938	%	1939	%
Regional.........	148.092.364,125	89,8	161.481.410,245	84,7	153.140:328$4	72,8	174.404:598$3	70,3
Nacional.........	9.188.326	5,6	11.100.061	5,8	45.680:333$7	21,7	48.726:037$0	19,6
Estrangeira.......	7.616.103	4,6	18.144.897	9,5	11.567:422$6	5,5	24.999:290$2	10,1
	164.926.793,125	100	190.729.368,245	100	210.388:084$7	100	248.129:925$5	100

QUADRO N. 2

Exportação para os Estados

ORIGEM	EM QUILOGRAMAS 1938	1939
Regional	82.365.142,125	71.498.802,245
Nacional	2.506.793	3.341.684
Estrangeira	7.566.073	18.114.341
	92.438.008,125	92.954.827,245

	EM RÉIS	
Regional	94.315:181$800	96.997:217$100
Nacional	9.205:841$400	10.884:955$900
Estrangeira	11.199:769$200	24.696:064$800
	114.720:792$400	132.578:237$800

QUADRO N. 3

Exportação para o estrangeiro

	EM QUILOGRAMAS 1938	1939
Regional	65.727.222	89.985.608
Nacional	6.681.533	7.758.377
Estrangeira	80.030	30.556
	72.488.785	97.774.541

	EM RÉIS	
Regional	58.825:146$600	77.407:381$200
Nacional	36.474:492$300	37.841:081$100
Estrangeira	367:653$400	303:225$400
	95.667:292$300	115.551:687$700

Educação e Cultura

De todos os problemas que mais de perto dizem respeito ao interesse da nossa nacionalidade e ao futuro da nossa Pátria, incontestavelmente, o principal é o da educação. Realmente, um país não pode progredir se o seu sistema educacional é falho, porquanto nos tempos que atravessamos em que todos os ramos da atividade humana tendem à especialização, não se pode mais compreender a existência de avultado número de analfabetos incapazes de uma eficiente produção, por isso mesmo que não possuem base para tal. Hodiernamente o Estado precisa dar não só instrução, como criar ambiente e despertar vocações para que as grandes massas populares possam inteligentemente integrar-se no rítmo do progresso, tornando-se, destarte, fator decisivo e conciente da prosperidade da nossa terra. Esta questão, vital para nós, precisa ser encarada com desassombro e, sobretudo, com muito patriotismo, afim de serem removidos todos os obstáculos que possam entravar o nosso desenvolvimento como nação forte, que confia no valor de seus filhos. Para alcançar esta finalidade é indispensavel que o ensino seja orientado no sentido da constituição de uma população fisicamente sã e homogênea, pela sólida formação da sua cultura intelectual e moral.

A obra educativa, realizada no Pará nos últimos cinco anos, patenteia um grande benefício à mocidade paraense, abrindo-lhe novos horizontes e dando-lhe maiores possibilidades, pela eficiência do ensino que lhe é ministrado por mestres competentes, em amplos e higiênicos edifícios, recem-construidos, onde, para o desenvolvimento harmônico do espírito e do corpo, encontra desde a moderna sala de aula, do campo apropriado para os exercícios físicos, até à reconfortante merenda escolar, distribuida gratuitamente a todos.

Um trabalho deste vulto, para dar bons resultados, não pode absolutamente ser o produto de uma reforma radical, cujos efeitos não serão previstos com segurança, e sim a consequência de paciente investigação que torne possivel a adoção de novos métodos sem que estes venham a provocar a natural reação do meio. Foi obedecendo a esse critério que se tornou possivel, no que concerne ao ensino primário, dar-lhe maior amplitude, transformando a escola em local desejado pelas crianças como é prova o aumento consideravel de matrícula e sobretudo de frequência, sendo de inteira justiça salientar a colaboração inteligente e esclarecida do professorado paraense, que se tem revelado à altura da sua dignificante missão.

O governo, empenhado em facilitar ao professor a aquisição dos novos conhecimentos da pedagogia moderna, mandou instalar o curso de aperfeiçoamento, que vem funcionando ininterruptamente desde 1938, com grande aproveitamento para os que frequentam suas aulas.

Cuidando de desenvolver nas crianças o gosto artístico e de criar o senso da harmonia, introduziu obrigatoriamente nas escolas públicas o canto orfeônico, cujas exibições demonstraram notavel aproveitamento.

Zelando pelo fortalecimento da raça, ampliou a educação física, dotando o seu serviço do aparelhamento necessário, não só para o completo exame médico do estudante, como para a organização do fichário de acôrdo com os princípios da biotipologia.

Esta importante secção da Diretoria da Educação está entregue à direção da professora Eugenia Souza Filho, aluna laureada pela nossa escola de educação física e estão matriculados na Escola Nacional de Educação os doutores Armando Bordalo da Silva e Ataualpa Lobato Fernandez, que virão reabrir o curso de acôrdo com as exigências do Ministério da Educação e Saúde.

A ação do Governo não se circunscreveu à zona urbana da capital, mas se estendeu, tambem, ao interior com a criação de novos grupos escolares e de escolas rurais, orientadas no sentido do campo, afim de ser aproveitada a capacidade do homem no trato da terra para atingirmos à realidade de país agrícola e de trabalho.

O interesse que vem despertando no interior as escolas rurais, recentemente inauguradas, leva-nos a pensar com maior insistência na fundação dos internatos rurais que se tornariam, dentro em pouco, o fator máximo da benéfica transformação do nosso «hinterland». Para isso, em cada município deverá ser fundado um internato rural masculino, numa zona povoada, porém distante dos grandes centros urbanos. Esses estabelecimentos deverão, além de prédio adequado, possuir terreno bastante para a organização de um campo experimental, de uma horta, de um pomar, de um aviário e de um pequeno estábulo, para a aprendizagem da indústria de laticínios e fornecimento de leite ao educandário. O seu corpo docente será constituido de professores de letras, de um técnico em economia rural e de um enfermeiro diplomado. O ensino deverá ser ministrado de acôrdo com as riquezas do município, isto é, se procurará estudar cientificamente a fâuna e a flora da região, mostrando ao estudante, praticamente, qual o melhor meio de desenvolvê-las racionalmente, de modo a torná-las uma base econômica segura para o futuro do Estado. Além disso, será este ensino completado com noções de higiene, de saneamento e do melhor meio de combater as principais doenças que dizimam as populações rurais.

Não sendo, entretanto, possivel, devido à crise que atravessamos e aos grandes encargos que pesam sobre o erário público, dar início imediato a esta obra relevante, resolveu o Governo solucionar parcialmente este complexo problema da educação nas regiões mais distantes da nossa metrópole, criando para os professores do interior um curso de férias, que lhes permitirá aperfeiçoar seus conhecimentos, especialmente de higiene e de agricultura, suprindo essa falta.

ENSINO PRIMÁRIO

Em nenhum momento a atenção do Governo foi desviada da instrução primária.

Assim, os métodos, bem como a garantia de propício ambiente escolar ao infante, que busca as nossas casas de ensino, mereceram

Grupo Escolar Dr. Freitas, construido na administração atual.

especial cuidado por parte dos que, nesta hora difícil do mundo, assumiram a responsabilidade administrativa do Estado.

E' corrente que se apropriam as formas de transmissão dos conhecimentos aos homens de cada país, que as normas se modificam, como se alteram os usos e costumes, de maneira que seria baldado esforço de quem se aventurasse a querer conservar os meios de aprendizagem utilizados em tempos idos.

Para que os resultados sejam compensadores, tanto para os mestres como para o Estado, judiciosamente se tem aproveitado dos novos processos educativos apenas o que a experiência de nossa própria gente mostra digno de atenção e apreço.

Com o intuito de completar o aparelhamento escolar, o Governo iniciou, na capital, uma série de edificações apropriadas, com salas amplas, com bôa distribuição de luz e de ar, sendo de inteira justiça destacar dentre essas, como correspondendo às mais exigentes condições pedagógicas, os grupos escolares Benjamin Constant, Vilhena Alves, Dr. Freitas, Justo Chermont, Augusto Montenegro e Professor Camilo Salgado, com capacidade, cada um, para mais de mil alunos e as escolas rurais Santa Lúcia e do Matadouro do Maguarí. Presentemente estão sendo construidos dois prédios para grupos, um à rua dos Tamóios e o outro à avenida Ceará.

Este conjunto de novas e modernas casas de ensino e o aumento, todos os anos, do número dos estabelecimentos de ensino no interior, tanto em grupos como em escolas isoladas e auxiliares, de acôrdo com as necessidades da região, permite verificar um quadro animador do desenvolvimento da instrução popular no Estado.

Assim, os trinta e cinco (35) grupos escolares existentes em 1935, elevaram-se, a esta data, a quarenta e seis (46) e as quatrocentas e sessenta e duas (462) escolas auxiliares a setecentos (700), sem incluir as quatro escolas rurais criadas ultimamente nos municípios de Bragança, Monte-Alegre, Soure e Abaeté, em cooperação com as respectivas municipalidades. As duzentas e sessenta e oito (268) escolas agrupadas e isoladas já existentes, continúam, tambem, em franco funcionamento.

Esses 1.014 estabelecimentos têm um corpo docente de 1.676 professores, sendo: 444 na capital e 1.232 no interior do Estado.

O trabalho escolar é feito em dois turnos: o 1.º inicia-se às 7,30 horas e termina às 11; o 2.º às 14 horas e termina às 17,30 horas.

Os Jardins de Infância funcionam das 8 às 10 da manhã. Tanto no 1.º turno como no 2.º há o ensino das cinco séries que constituem o curso primário e tambem educação física e canto orfeônico.

O ano letivo no Pará inicia-se a 15 de janeiro e termina a 24 de outubro. Muitos fatores justificam a determinação desse período escolar, principalmente o clima da região.

O serviço durante o ano letivo fica assim distribuido:

Janeiro e fevereiro — Matrícula, verificação do nivel de aprendizagem, aplicação de testis de maturidade para seleção dos estudantes, revisão de matéria.

De março a junho — 1.º período para aquisição de conhecimentos novos.

De julho a setembro — 2.º período para aquisição de conhecimentos novos.

Março, junho e setembro — Provas para verificação de aprendizagem.

Outubro — Correção de provas, promoção, encerramento de aulas, sendo destinado um dia para cada grupo ou escola encerrar seus trabalhos, a partir de 16. Independente das provas citadas, que são organizadas pelo serviço de orientação, há ainda em cada estabelecimento provas semanais e mensais feitas pelas professoras das diferentes séries.

JARDINS DE INFÂNCIA

Os Jardins de Infância, em número de 11, distribuidos pelos diversos bairros desta cidade, funcionam anexos aos grupos escolares.

Vem sendo eles, graças à dedicação das professoras, integrados, aos poucos, em sua verdadeira finalidade.

Em 1939, com a criação do Curso de Aperfeiçoamento, foram auspiciosos os resultados obtidos, em consequência dos conhecimentos que as professoras jardineiras adquiriram da psicologia da criança em idade pré-escolar, ministradas em aulas de tão proveitoso Curso.

A articulação com a 1.ª série do curso primário vem sendo feita gradativamente e com reais vantagens.

O serviço de orientação do «Jardim da Infância» está confiado a duas professoras com as atribuições de delinear os planos gerais de trabalho, bem como de orientar as jardineiras sobre os métodos de ensino e verificar a sua aplicação prática.

A matrícula nos Jardins de Infância se elevou a 970 alunos. Retirados desse total 396 alunos eliminados, por terem atingido a maturidade, ficou reduzida a 574 alunos. Destes foram promovidos ao 2.º gráu 191, ao 3.º 143 e à 1.ª série primária 240.

Apezar de algumas dificuldades que se apresentam no ensino pré-primário, como seja especialização técnica de professoras e falta de mentalidade dos pais das crianças, constata-se a vantagem desse ensino como preparo básico para a aprendizagem da leitura e escrita. O anexo esclarece, sob a forma de esquema, a organização do ensino pré primário em vigor entre nós.

E' desvanecedor afirmar que esses esforços do Governo foram bem compreendidos pela população, pois as matrículas crescem anualmente, a ponto de elevar-se de 72.061 alunos, em 1934, a 105.241, em 1939, e a frequência de 46.619 em 1934, a 88.607, em 1939, o que representa o consideravel aumento de 33.180 na matrícula e de 41.986 na frequência.

Afim de atender às necessidades imperiosas do ensino, foi organizado um novo programa para o curso primário.

E' com satisfação que salientamos o fato do projeto federal que fixa as novas diretrizes a serem observadas no ensino primário nacional, não estar em desacôrdo com o nosso trabalho.

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO

O serviço de orientação do ensino foi iniciado no Pará em 1934, tendo sofrido alterações na sua organização e no seu quadro de funcionárias, de acôrdo com as suas necessidades.

Tipo de sala para o Jardim da Infancia num grupo da capital

No corrente ano, o serviço técnico esteve sob a direção da professora Ofélia Boisson Levi Cardoso, chefe das orientadoras no Distrito Federal. O corpo de orientadoras é composto de 10 professoras, ficando o serviço assim dividido:

a) Jardim da Infância — 2 orientadoras;
b) 1.ª série — 3 orientadoras;
c) 2.ª e 3.ª séries — 2 orientadoras;
d) 4.ª e 5.ª séries — 2 orientadoras;
e) Escolas Profissionais — 1 orientadora.

TRABALHO REALIZADO EM 1939

1.ª SÉRIE — *Aplicação dos testis de maturidade* do dr. Lourenço Filho, seleção das turmas por nivel de maturidade e estudos decorrentes dessa aplicação.

Organização das turmas da 1.ª série adiantada à 5.ª série, por nivel de aprendizagem.

Esse trabalho foi feito mediante provas organizadas sobre a matéria constante do programa da série imediatamente inferior.

Provas trimestrais — As provas trimestrais realizaram se em abril, junho e setembro. Os testis foram organizados dentro da matéria explicada, cuja dosagem havia sido fixada desde o ano passado. Esse trabalho obedeceu rigorosamente aos princípios da técnica moderna.

Para melhor contrôle da aplicação dos testis foram designadas professoras para servirem de coordenadoras, facilitando assim a tarefa das orientadoras.

A apuração e revisão das provas foi feita, em comum, pelas orientadoras e coordenadoras.

Processo de promoção — O critério adotado para as promoções foi o seguinte:

a) opinião do professor, baseada no aproveitamento do aluno durante o ano;

b) prova oral — nas 3 primeiras séries constou da leitura de um trecho, levando-se em consideração o mecanismo e a compreensão. Para esse fim foram organizadas pelo corpo de orientadoras diferentes sentenças, sorteadas na ocasião do exame.

Nas 4.ª e 5.ª séries, além da leitura, houve tambem provas das outras matérias.

c) prova coletiva — constou de testis escritos de Linguagem, Matemática e Ciências (sociais e naturais);

d) notas das provas de abril e de julho (estas provas figuram na promoção porque representam o adiantamento das crianças, por etapas, nas diferentes matérias).

Julgamento final — Reunidas todas as notas, do total foi extraída a percentagem, tendo sido promovidas as crianças da 1.ª série que alcançaram no mínimo 40 % e das outras séries que obtiveram 50 % ou mais.

Para os alunos que concluiram o curso primário foi observado o mesmo critério, isto é, o limite mínimo de 50 %.

CONCLUSÕES GERAIS DE ORDEM TÉCNICA

As pesquisas feitas desde o início do ano pelo Serviço de Orientação, revelaram o seguinte:

a) conhecimento certo do gráu de adiantamento da criança e do nivel da classe, pelo contrôle nas provas e levantamento de gráficos;

b) visão perfeita dos pontos fracos e mal compreendidos nas diferentes disciplinas do currículo escolar;

c) avaliação justa do trabalho das professoras.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

A professora dona Ofélia Boisson Levi Cardoso, orientadora no Distrito Federal, a quem o Governo em bôa hora confiou a direção do Curso de Aperfeiçoamento de professoras, soube dar-lhe diretrizes seguras para a solução dos diferentes problemas de ordem técnica do ensino primário.

O trabalho realizado com as orientadoras obedeceu a seguinte ordem:

a) noções de filosofia educacional.

ESCALA	*a)* criança estudada isoladamente	**Biologia**	geral educacional
		Psicologia	educacional da criança experimental
	b) em relação com o grupo	**Sociologia**	geral educacional experimental
		Administração escolar	Administração propriamente dita Educação comparada

A parte de administração escolar foi dada ás diretoras dos grupos escolares em reuniões semanais.

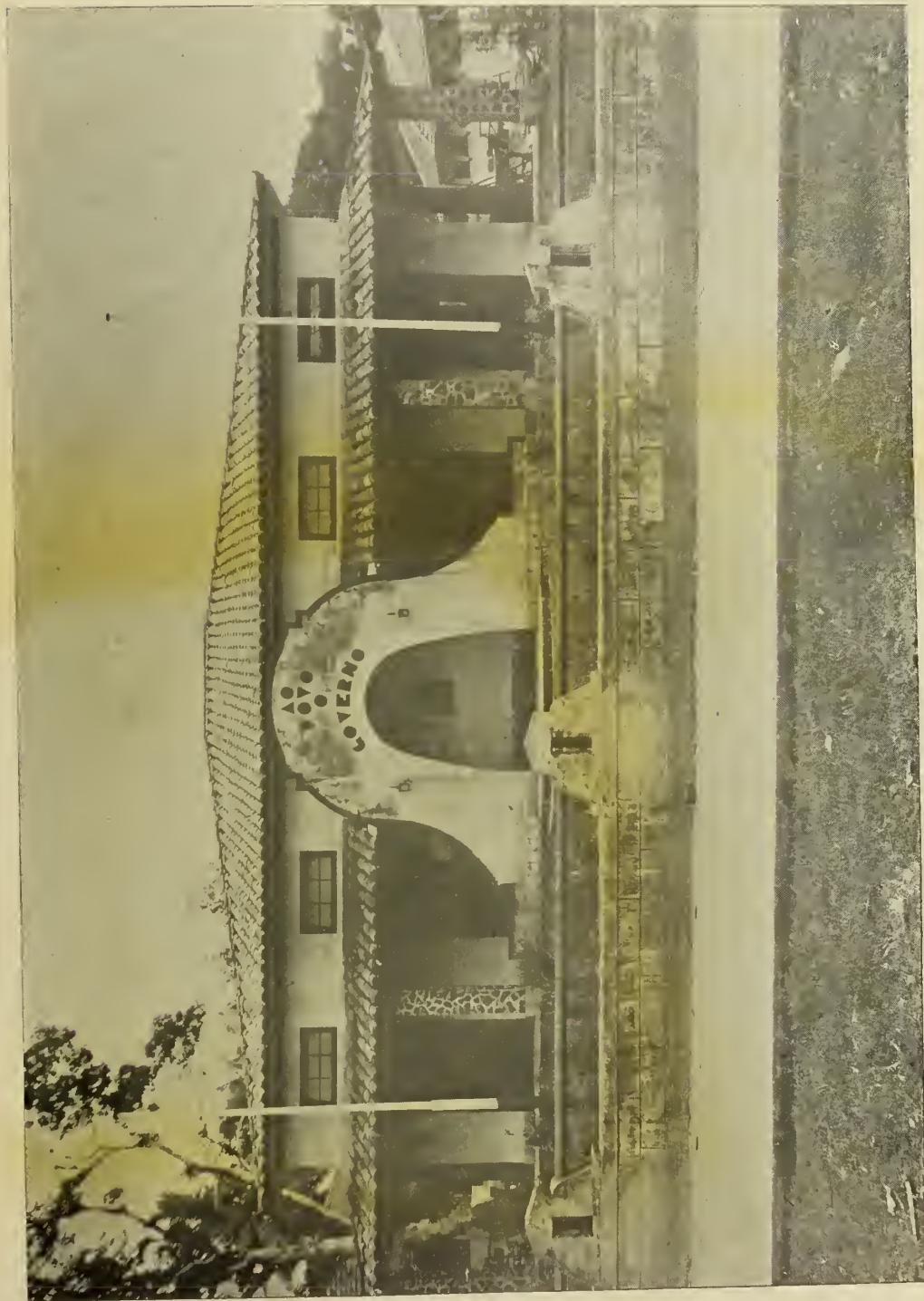
Independente das aulas ministradas às orientadoras, houve um curso para o professorado em geral, tendo esta competente diretora realizado uma série de palestras, sobre os seguintes temas:

1.º — princípios gerais de educação.

a) 2.º — princípios de sociologia experimental.

3.º — problemas da escola primária — métodos e processos.

b) Conhecimentos indispensáveis de psicologia experimental.

Conhecimentos indispensáveis de sociologia experimental e de filosofia educacional.

Novo Pavilhão "Professora Anezia," do grupo escolar Doutor Freitas

ENSINO SUPLETIVO

Este ensino é ministrado no Estado aos alunos de sexo masculino maiores de 14 anos, em escolas isoladas noturnas e diurnas.

O programa adotado nessas escolas vai até o 2.º ano do curso, findo o qual será expedido ao aluno o respectivo certificado de aprovação.

No plano de ensino dessas escolas, de acôrdo com o Regulamento em vigor, estão incluidas noções sobre ofícios mais comuns, comércio, indústria e desenho aplicado às artes, afim de que os estudantes possam adquirir a conveniente preparação profissional.

O Govèrno, com o fim de tornar uma realidade o ensino desses cursos de cultura popular, não tem poupado esforços em pról dessa organização escolar, de grande e indiscutivel finalidade, dando-lhe a máxima extensão para a alfabetização.

E' preciso salientar que dessas escolas duas (2) funcionam nas sedes das unidades da Força Policial do Estado, uma (1) no 26.º Batalhão de Caçadores do Exército, duas (2) nas sedes dos sindicatos de Bonde, Força e Luz e União dos Sindicatos, três (3) na Colônia Reformatória de Cutijuba, para menores abandonados e uma (1) na cadeia de São José, para os detentos.

MERENDA ESCOLAR

De há muito que se vinha fazendo sentir a necessidade de prestar auxílio direto às crianças que frequentam as escolas públicas, especialmente às que habitam os subúrbios. As dificuldades a serem transpostas para alcançar essa finalidade eram enormes, porquanto as verbas de que dispõe a Diretoria da Educação não permitem dar-lhe o necessário vulto. Foi então que resolvemos apelar para o concurso particular afim de realizarmos esta obra profundamente patriótica e humana. Esta idéia de proporcionar diariamente aos alunos pobres das nossas escolas uma refeição modesta, mas reconfortante, não caiu em terreno sáfaro. Um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade, fundou a sociedade da Merenda Escolar, com o objectivo de cooperar com os poderes públicos nesta nobilitante missão.

Os resultados não se fizeram esperar e é com a maior alegria e gratidão que as crianças recebem diariamente a sua merenda.

Esta sociedade, no afan de ampliar os seus trabalhos, cogita de fundar uma colônia de férias para os menores fracos, onde, a par de bôa alimentação e cuidados médicos, encontrarão ar puro para refazerem suas forças. Esta iniciativa, que só merece aplausos, contará, certamente, com o apoio de todos aqueles que se interessam pelas crianças de hoje, homens de amanhã, dos quais dependerá o destino da nacionalidade.

CANTO ORFEÔNICO

Mais do que era de esperar, em vista dos que o presagiavam ineficaz, tem sido apreciavel o êxito do ensino de canto orfeônico entre nós.

Com ele adoçam-se as massas corais, como já tivemos oportunidade de verificar, ouvindo interessantes números musicais ex-

celentemente cantados pelos nossos escolares. Aliás, a grande demonstração orfeônica realizada em praça pública, por ocasião das comemorações cívicas da «Semana da Pátria», na qual tomaram parte 2.000 escolares, evidenciou a utilidade e os resultados magníficos desse ensino.

De tal modo se tem feito sentir seus efeitos, que os próprios colégios particulares já o estão adotando. As aulas de canto orfeônico são ministradas, diariamente, nas escolas públicas, de acôrdo com o programa elaborado pela Diretoria Geral da Educação e Cultura.

Dirige atualmente esse serviço a professora Margarida Schivazappa, diplomada pela universidade do Distrito Federal, que obedece a direção do maestro Villas Lobos.

CONCERTOS EDUCATIVOS

Realizaram-se, mensalmente, no corrente ano, os concertos educativos, no Teatro da Paz, sob a direção da superintendente do ensino de canto orfeônico e no qual tomaram parte, além dos alunos das escolas públicas, professores e alunos do Instituto Carlos Gomes.

Esses concertos têm despertado nas crianças o gosto pela arte, obtendo franco sucesso nos meios escolares desta capital.

EDUCAÇÃO FÍSICA

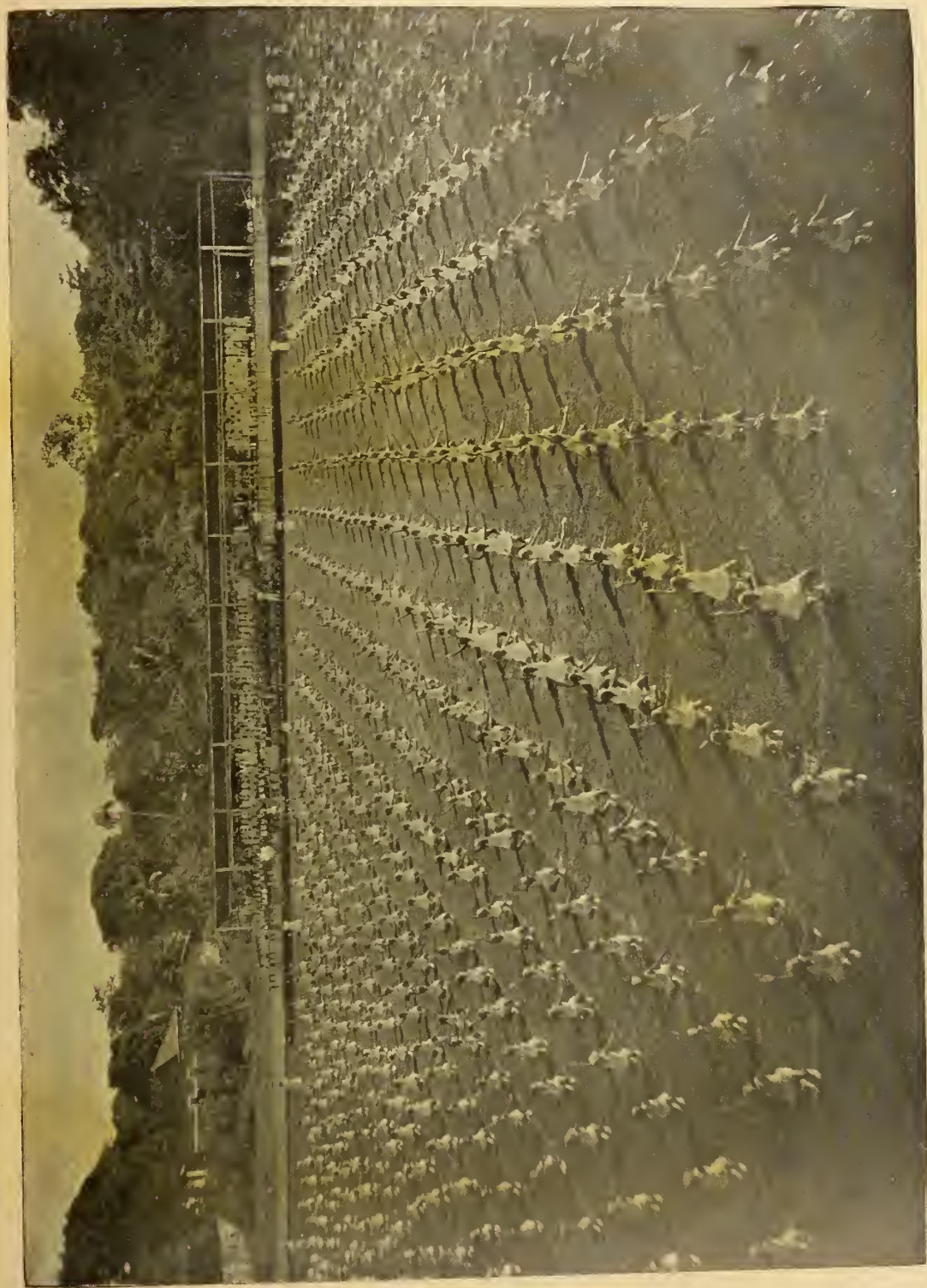
Ninguem há hoje entendido em assuntos educacionais, que desconheça a necessidade imperiosa da educação física, em base científica. A escola não pode precindir da sua colaboração em benefício da saúde e do desenvolvimento harmônico da criança, nem sempre devidamente atendido pelos pais. E foi, por o ter assim compreendido, que o Governo do Pará, quando ainda não se cogitava da obrigatoriedade dessa disciplina, a instituiu com esse carater, mandando incluí-la nos programas e determinando a imediata reorganização do serviço, com o aproveitamento de todas as diplomadas pelo Departamento de Educação Física do Estado.

Este ensino é ministrado diariamente, em dois turnos, nas escolas públicas primárias e secundárias, sendo o método francês o adotado. Seu corpo docente é constituido por uma superintendente, duas orientadoras e vinte professoras.

Os resultados colhidos têm sido apreciáveis, notando-se já na mocidade escolar maior vigor e disposição para o trabalho. A esplendida demonstração de educação física, que todos os anos se realiza em homenagem à Semana da Pátria, é um espetáculo empolgante que atráe grande parte da nossa população.

Para maior garantia de suas vantagens foi criado o Gabinete de Biotipologia a cargo de um médico especializado.

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

O novo programa do ensino primário, já em execução nas nossas escolas, deu maior vulto ao estudo desta matéria tão importante para a formação da nossa mocidade. Além disso, todas as grandes festas nacionais são comemoradas com sessões cívicas, nas quais são devidamente estudadas, salientando-se as crianças o nobre exemplo a seguir.

Demonstração de cultura fisica por alunos do curso primario

Tipo de Pavilhão de Ginastica dos novos grupos escolares construidos nos suburbios da Capital

Na magna data de 7 de Setembro realiza-se, todos os anos, a grande parada cívica, na qual formam todos os estabelecimentos de ensino, quer públicos quer particulares, que empunhando a bandeira nacional, desfilam pelas ruas da cidade, com os seus corpos docentes à frente. Em 1939 desfilaram 15.000 escolares.

DAS CAIXAS ESCOLARES — SUA ORGANIZAÇÃO

Obra de cunho social e profundamente humana é a instituição das Caixas Escolares nos estabelecimentos de ensino primário do Estado.

Visando, como é do conhecimento público, amparar e proteger a infância desvalida ou menos bafejada pela sorte, necessário é, pois, esteja a Caixa Escolar devidamente aparelhada para a realização dos seus fins, entre os quais ressalta a urgência de vestir, calçar e auxiliar os escolares reconhecidamente pobres.

As fontes de renda das Caixas são constituidas:

a) por donativos; *b)* pela contribuição mensal dos que se interessam pela instrução e educação popular; *c)* pelo produto das subscrições e de festas de qualquer natureza; *d)* pelas gratificações que os professores e funcionários administrativos do ensino deixaram de perceber, por faltas justificadas e com vencimentos integrais das injustificadas.

Além das Caixas Escolares de carater oficial, poderão ser instituidas outras por associações particulares, com a mesma finalidade, como permite o art. 168 do Regulamento do Ensino, a exemplo da que foi instalada na cidade de Bragança, por elementos representativos da sociedade local.

MAPA COMPARATIVO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DO PARÁ NO PERÍODO DE 1934 A 1939

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

	PÚBLICOS E PARTICULARES						MATRÍCULA GERAL			FREQUÊNCIA MÉDIA		
PERÍODOS	GRUPOS ESCOLARES	ESCOLAS AGRUPADAS	ESCOLAS ISOLADAS	ESCOLAS AUXILIARES	E. E EXTERNATOS	TOTAL	MASCULINA	FEMININA	TOTAL	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
1934.......	32	17	283	457	249	1.038	40 005	32.056	72.061	25.487	21.132	46.619
1935......	35	17	283	462	273	1.070	41.021	33.561	74.582	36.165	22.942	59.107
1936......	39	24	292	677	196	1.228	43.784	37.808	81.592	38.242	28.185	66.427
1937.......	42	18	280	1.006	116	1.462	53.307	43.741	97.051	46.311	29.827	76.138
1938.......	45	15	250	689	136	1.135	59.242	44 693	103.935	48.140	36.520	84.660
1939.......	46	15	253	700	141	1.155	60.304	44.937	105.241	49.422	39.185	88.607

NOTA — E' de salientar a diferença para mais entre a matricula de 1934 e a constatada na do corrente ano, sendo que se verifica na matrícula o consideravel aumento de 33.180 e na frequência o de 41.988, que corresponde quasi ao dobro da inicial.

ENSINO PROFISSIONAL

Hoje, em todos os países policiados, o ensino profissional ou técnico constitúe uma das maiores preocupações dos Governos.

No Pará, este ensino aplicado às artes e ofícios, é ministrado no Instituto Lauro Sodré, que vem preenchendo seus fins de modo satisfatório. A procura crescente de candidatos á matrícula nesse educandário é o melhor título de recomendação.

Desde o seu início, a atual administração compreendeu a necessidade de dar mais completo aparelhamento a essa escola profissional, de modo a torná-la capaz de preparar operários especializados nos diversos ramos da indústria. Infelizmente, a exiguidade das dotações orçamentárias ainda não permitiu dar-lhe a ampliação que pretendemos, entretanto, podemos citar entre os melhoramentos realizados, a aquisição de mais uma oficina pàra a fabricação de calçados, dotada de máquinas modernas. Atualmente se está procedendo a estudos afim de ser aumentado e reconstruido o pavilhão onde estão instaladas as várias oficinas desse estabelecimento.

O seu atual diretor, dr. Alfredo Chaves, com a sua capacidade de trabalho e de inteligência, vem desempenhando suas funções com critério e correção.

ENSINO ESPECIAL

Para o nosso desenvolvimento artístico é de justiça mencionar que muito tem concorrido o Instituto Carlos Gomes. Reunindo em seu corpo docente os melhores mestres da arte dos sons, aqui existentes, capricha em preparar mestres e profissionais capazes de concorrerem para o bom nome de nossa terra.

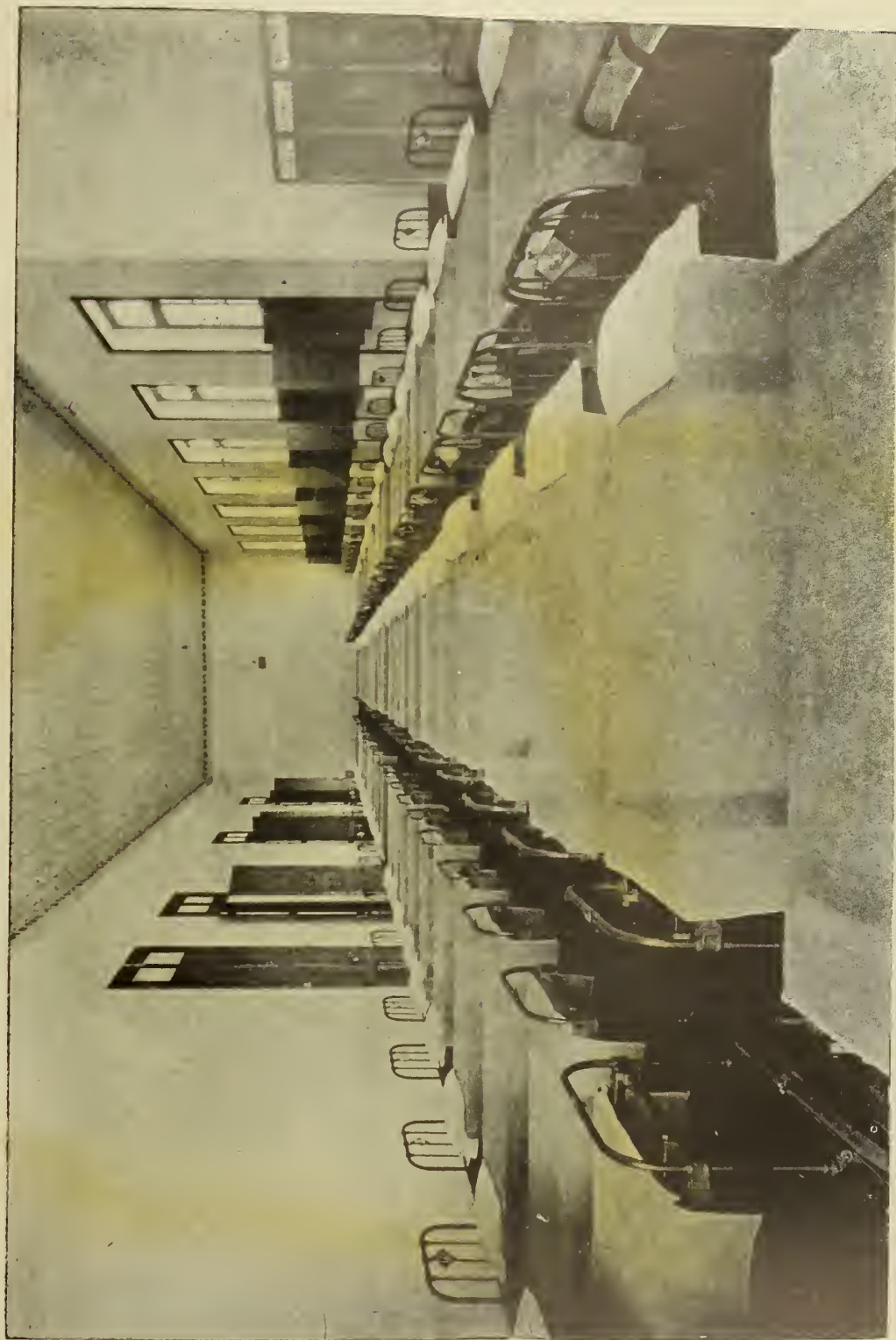
Continúa em sua direção o professor João Pereira de Castro, espírito esclarecido, que lhe dá o melhor de seus esforços. O seu corpo docente é constituido de 12 professores e sua matrícula atingiu no corrente ano 204 alunos, dos quais 8 concluiram o curso.

ENSINO DOMÉSTICO E NORMAL RURAL

Em dois estabelecimentos de instrução do Estado é ministrado às educandas órfãs o ensino primário doméstico e normal: no Instituto Gentil Bittencourt e na Escola Doméstica Antonio Lemos.

O Governo mantém e custeia essas duas casas de ensino, que de ano a esta parte, vêm concorrendo para o desenvolvimento moral e intelectual dessa juventude que o destino privou dos carinhos maternais. Com o intuito de dar às asiladas uma educação completa, fez adotar nesses estabelecimentos o ensino de trabalhos manuais, córte geométrico, datilografia e de indústrias químicas e domésticas, cujos resultados foram devidamente apreciados por ocasião do encerramento do ano letivo.

Na Escola Doméstica Antonio Lemos funciona o curso norma rural, criado pelo decreto n. 520, de 26 de outubro de 1931, para a formação de professores primários rurais e que tão excelentes resultados vem obtendo. Terminaram o curso normal 13 alunas.

Escola Domestica Antonio Lemos, Construção ultimada na administração atual

Um dos dormitorios recentemente construidos na Escola Domestica Antonio Lemos.

ENSINO NORMAL

Desde o último quartel do século passado, vem a Escola Normal funcionando como estabelecimento de ensino oficial do Estado, para o preparo dos professores primários.

Primeiramente, o curso era dividido em dois, um para rapazes e outro para meninas, ainda com o governo provisório de 1889, e, quando a instrução pública obedeceu à superior direção de José Verissimo, passou a ser reunido num só como até hoje.

Dispõe a Escola Normal de escolhido corpo docente, que lhe dá o prestígio que há muitos anos desfruta em nosso meio.

Dirigi-a atualmente o professor dr. Themistocles Araujo, conceituado mestre, que muito se tem esforçado pelo engrandecimento dessa casa de ensino.

No corrente ano a matrícula atingiu a 577 alunos assim distribuidos:

Curso preparatório	300
Curso especial	134
Curso de adaptação	143
	577

O Governo dispendeu com esse estabelecimento a quantia de 367:379$200. No Instituto Gentil Bittencourt foi criado pelo decreto n. 1.235, de 6 de fevereiro de 1934, o curso normal, que é servido por excelente corpo docente, composto de professores mais conceituados nesta capital.

Dessa maneira, vai obtendo o curso os melhores resultados.

Tambem os cursos normais equiparados dos Colégios Progresso Paraense e Santo Antonio, sob a fiscalização do Governo, aumentam o quadro de normalistas competentes, para o ensino primário.

Foi concedida equiparação do curso normal dos Colégios Santa Terezinha, em Bragança, Santa Clara, em Santarém e Nossa Senhora de Lourdes, na vila do Pinheiro, todos eles criteriosamente dirigidos e que vão concorrendo para a disseminação do ensino normal no interior do nosso Estado.

ENSINO SECUNDÁRIO

O Estado mantém um único estabelecimento de ensino secundário, nesta capital: o Ginásio Pais de Carvalho, para o curso de humanidades.

Casa de tradições onde se prepara a juventude para as escolas superiores, nunca deixou de merecer os cuidados do Governo. Recentemente foram adquiridos os gabinetes de História Natural e de Biologia, afim de completar seus laboratórios e o edifício está sendo objeto de concertos e de limpeza para pô-lo em condições de receber o grande número de discentes que o procuram, não só naturais deste como de outros Estados da República, o que diz bem da seriedade do ensino ali ministrado, por competentes professores.

MATRICULA — *Curso Fundamental*

Masculina — 1.ª a 5.ª série..................	521
Feminina — » » »	318
Total......................	839

MATRICULA — *Curso Complementar*

Masculina — 1.ª a 5.ª série..................	202
Feminina — » » »	531
Total......................	233

O Governo dispendeu no corrente ano com este educandário a importancia de 729:984$400.

ENSINO PARTICULAR SECUNDÁRIO, NORMAL E COMERCIAL EQUIPARADOS

O ensino secundário, normal e comercial têm se desenvolvido de maneira consideravel, neste Estado. As estatísticas provam evidentemente as vantagens advindas do ensino particular, especialmente no interior com a instalação dos cursos normais do Colégio Santa Clara, na cidade de Santarém, Instituto Santa Terezinha, na cidade de Bragança, e Nossa Senhora de Lourdes, na vila do Pinheiro.

Por toda a parte, onde se abrem escolas ou institutos de ensino, a iniciativa particular tem encontrado o apoio do governo, no interesse de ampliar e desenvolver o ensino na capital e em todos os municípios paraenses.

Os dados colhidos pelo serviço de estatística da Diretoria Geral de Educação e Cultura, acusam a matrícula e frequência seguintes:

	Matrícula 1938	*Frequência* 1938	*Matrícula* 1939	*Frequência* 1939
Ginasial......................	931	830	1.172	1.081
Comercial......................	919	748	1.035	898
Normal......................	298	267	447	412
Total........	2.148	1.845	2.654	2.391

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dando a devida atenção às crianças que a orfandade, em muitos casos e noutros a deficiência de meios de pais paupérrimos, atirou ao abandono, expondo-as ao contacto de todos os perigos e vícios, o Governo, no sentido de ampará-las, resolveu ajudar a meritória obra do Instituto de Assistência Social de Cutijuba, concedendo-lhe um auxílio anual de cincoenta contos de réis (50:000$000), independentemente do pagamento que faz dos professores das três (3) escolas isoladas que aí mantém.

Predio do Curso de Adaptação da Escola Normal, aquisição do governo atual.

ENSINO SUPERIOR

O ensino dos cursos superiores é ministrado nas Faculdades de Direito, Odontologia, Medicina e Cirurgia e nas Escolas de Engenharia, Agronomia e Medicina Veterinária, as duas primeiras mantidas pelo Governo e as últimas auxiliadas pelo Estado.

A todas elas não tem faltado o estímulo do Governo, que lhes presta assistência e faculta os meios de desenvolver a cultura científica, intelectual e social.

A concorrência de estudantes a estes institutos de ensino atesta o conceito vantajosamente firmado pela idoneidade dos corpos docentes e pela rigorosa organização, na conformidade da legislação federal.

Encarada a situação do ensino superior no Pará, o que precisariamos, conforme já o demonstramos anteriormente, seria a fundação de uma Universidade, com a incorporação de todos os institutos, nos moldes do padrão nacional.

Só assim teriamos realizada a maior aspiração da mocidade paraense, para a formação de nossa cultura, com base profundamente científica.

DEMONSTRAÇÃO DA MATRÍCULA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NOS ANOS DE 1938 E 1939

Denominação do estabelecimento	MATRICULA *1938*	MATRICULA *1939*	*Observação*
Faculdade de Direito	144	133	
Faculdade de Medicina e Cirurgia	150	137	
Faculdade de Odontologia	19	15	
Escola de Engenharia	26	27	
Escola de Agronomia	37	41	
Escola de Medicina Veterinária	23	26	
Total	399	379	

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO

Repartição importante, em toda a parte entregue a especialistas capazes de facilitar ao público os tesouros do saber humano, a nossa preenche os seus fins, aumentando sensivelmente o número de suas obras literárias e científicas, muitas das quais estão geralmente fóra do alcance das posses modestas dos estudiosos.

Tanto os novos volumes como os velhos, que o uso frequente desgasta, recebem o necessário trato e a competente encadernação.

O arquivo público, que conta em seu seio documentos de relevante importância é cuidadosamente defendido pela ativa vigilância do competente diretor, dr. Oswaldo Vianna.

TEATRO DA PAZ

Não obstante o tempo decorrido e o avanço progressivo do país, de anos a esta parte, não perdeu essa primorosa casa de espetáculos o relevo que adquiriu desde a data de sua inauguração, não só pela sua bôa construção e beleza de suas linhas arquitetônicas, como ainda pela notavel valia artística de sua pintura, produto do pincel de De Angelis. Hoje como ontem, quem nos visite encontra ali o atestado vivo do bom gosto e da cultura dos nossos antepassados, rigorosamente conservado e defendido por todos nós.

Para que se não desvalorizasse o pano de bôca, obra do pintor patrício Chrispim do Amaral, o Governo incumbiu o pintor Branco e Silva de retocá-lo, o que foi executado de um modo perfeito.

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

Estabelecimento destinado à cultura científica, o Museu Paraense continúa a desfrutar o melhor conceito de todos que o visitam, estudiosos ou não das ciências naturais. E' ali que se encontram expostos os mais raros espécimens de nossa flora e fâuna e grandes mostruários de produtos das riquezas naturais desta vasta e riquissima região amazônica.

Para dar uma idéia do que tem sido feito pelo atual Governo naquele próprio do Estado, podemos mencionar o campo de psicicultura, que se compõe de dois (2) grandes lagos, medindo cada um vinte (20) metros de comprimento por dez (10) de largura e dois (2) de profundidade; a remodelação completa do aquário com instalações elétricas especiais, de forma a permitir a iluminação das 20 divisões pequenas e 8 grandes. A secção de etnografia foi tambem aumentada com a aquisição de 2 coleções compostas de 192 peças. O Estado dispendeu no corrente ano a quantia de 289:160$000, com este estabelecimento.

Vai ser iniciada a construção do grande prédio que abrigará o enorme arquivo, coleções e amostras, para o que o governo federal concedeu verba de 200:000$000.

ESTATISTICA EDUCACIONAL

Este serviço, a cargo da Diretoria da Educação, por força do Convênio Estatístico celebrado em 20 de dezembro de 1931, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, não tem tido solução de continuidade na sua execução.

O objetivo do Convênio foi uniformizar e coordenar todos os trabalhos oficiais de estatística educacional, de modo que fôsse possivel conhecer e divulgar rapidamente, com segurança, as condições gerais do Brasil, nos vários aspectos da sua cultura nacional.

Até o presente temos cumprido todas as cláusulas estipuladas no Convênio, como é de nossa obrigação contratual.

Tipo de Pavilhão para Jardim da Infancia dos grupos escolares de suburbio, recentemente construidos.

DEMONSTRAÇÃO DA MATRICULA E FREQUÊNCIA DOS CURSOS GINASIAIS DOS SEGUINTES ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NOS ANOS DE 1938 E 1939

Denominação do estabelecimento	MATRÍCULA		FREQUÊNCIA		*Observações*
	1938	1939	1938	1939	
Colégio Progresso Paraense.....	147	177	135	170	
Colégio Moderno..................	255	322	218	310	
Colégio Nossa Senhora do Carmo	129	191	119	176	
Colégio Santo Antonio...........	90	110	78	95	
Instituto Nazaré...................	310	332	280	295	
Curso de Ciências e Letras......	—	40	—	35	Este cur. foi criado em 1939
TOTAL..........	931	1.172	830	1.081	

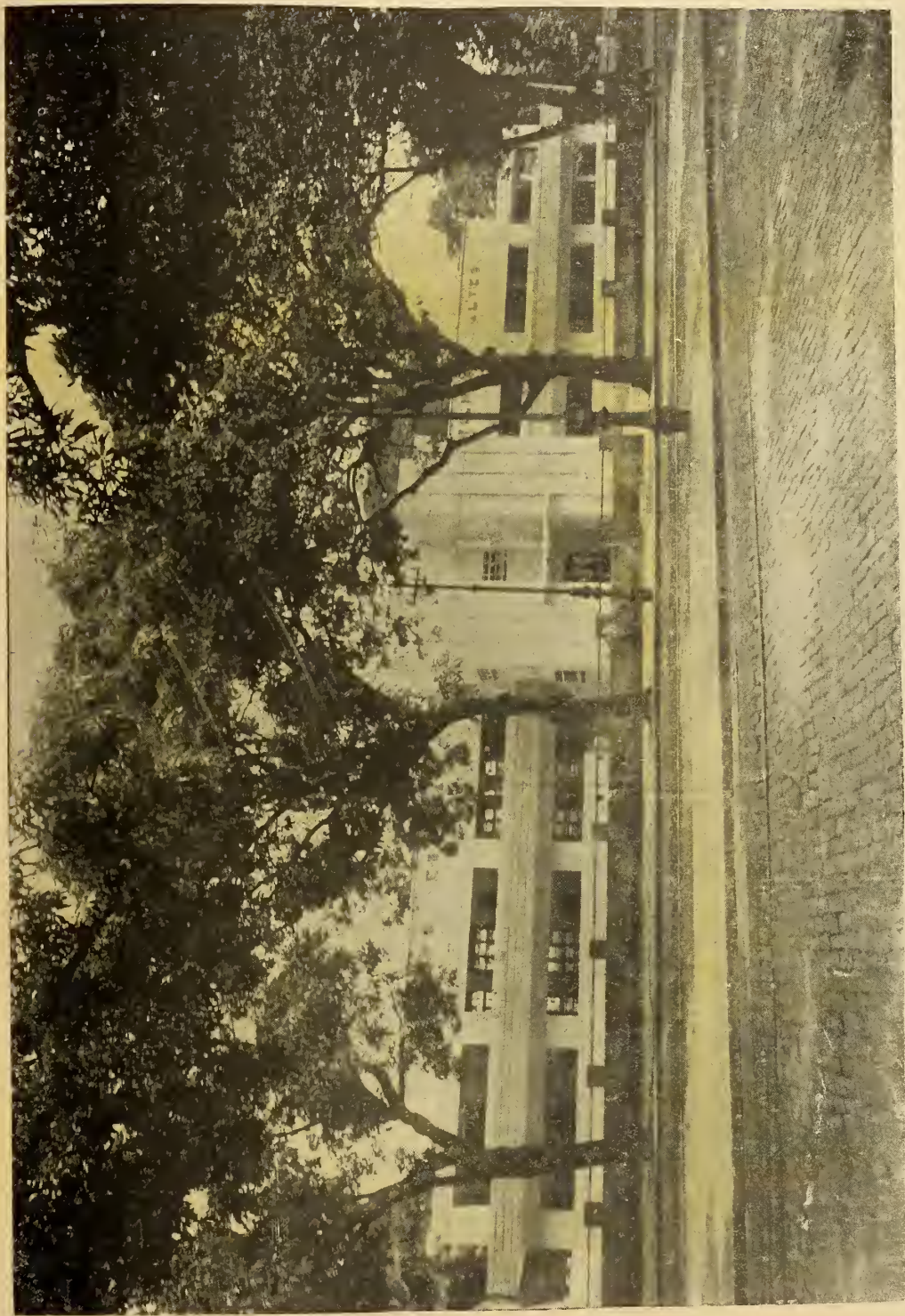
DEMONSTRAÇÃO DA MATRICULA E FREQUÊNCIA DOS CURSOS COMERCIAIS DOS SEGUINTES ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NOS ANOS DE 1938 E 1939

Denominação do estabelecimento	MATRÍCULA		FREQUÊNCIA		*Observações*
	1938	1939	1938	1939	
Colégio Progresso Paraense......	39	39	34	35	
Colégio Moderno...................	45	54	34	50	
Colégio Santa Catarina...........	40	29	38	27	
Instituto Gentil Bittencourt.......	43	30	35	23	
Grêmio Literário Português......	146	132	101	117	
Curso de Ciências e Letras......	85	100	79	92	
Escola Prática de Comércio......	331	451	275	383	
Academia Livre de Comércio da Fenix Caixeiral Paraense......	190	200	152	171	
TOTAL..........	919	1.035	748	898	

DEMONSTRAÇÃO DA MATRICULA E FREQUÊNCIA DOS CURSOS NORMAIS DOS SEGUINTES ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NOS ANOS DE 1938 E 1939

Denominação do estabelecimento	MATRÍCULA 1938	MATRÍCULA 1939	FREQUÊNCIA 1938	FREQUÊNCIA 1939	*Observações*
Colégio Progresso Paraense......	63	89	58	82	
Colégio Santo Antonio............	148	155	136	142	
Instituto Gentil Bittencourt.......	87	120	73	112	
Colégio Santa Clara (Santarém)..	—	52	—	48	
Colégio N. S. de Lourdes (Pinheiro)	—	9	—	9	
Colégio Sta. Terezinha (Bragança)	—	22	—	19	
TOTAL..........	298	447	267	412	

QUADRO DEMONSTRATIVO DA MATRICULA E FREQUÊNCIA DOS CURSOS SECUNDÁRIOS DOS SEGUINTES ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (ENSINO PARTICULAR)

C U R S O	Matrícula em 1938	Matrícula em 1939	Frequência em 1938	Frequência em 1939	O B S.
Ginasial	931	1.172	830	1.081	
Comercial.........	919	1.035	748	898	
Normal............	298	447	267	412	
Resumo....	2.148	2.654	1.845	2.391	

Vista de frente do grupo escolar "Vilhena Alves", construido na administração atual.

Lado posterior do Grupo Escolar Vilhena Alves

Sala de aula dos novos grupos urbanos construidos na Capital

Saúde Pública

E' incontestavel que o ano de 1939 foi um período de trabalho intenso para o Departamento de Saúde do Estado, podendo mesmo ser considerado um dos mais importantes, em face à relevância de suas iniciativas e a execução de um programa traçado cuidadosamente pelos melhores mestres sanitaristas brasileiros, tendo sido mais do que pequenas modificações, uma reforma capital, tocando no cerne do regimen até então seguido.

De fato, quem examinar a natureza dessa reforma compreenderá a mudança radical que se operou em todo o sistema com a transformação do critério de assistência propriamente dita para aquele de proteção e garantia até então mal percebido e feito com hesitações normais à falta de diretrizes técnicas ou o consubstanciar em norma única todos os ramos das atividades sanitárias.

Além disso, o Pará não podia deixar de fazer a sua obrigação no concerto da obra profilática nacional, como um dos seus elementos de maior garantia, tornada incompleta e ineficiente sem o seu concurso.

Por isso nos integramos de pronto no padrão sanitarista brasileiro, vendo em breve nossos esforços resultarem ótimos e concretos como aqueles dos maiores Estados da Federação, cabendo à Diretoria Geral do Departamento, um papel saliente nessas modificações técnicas e soma consideravel de responsabilidade científica que exigiram do seu diretor geral, em comissão, dr. Carlos Higino da Silva e do corpo de saúde do Estado, a máxima capacidade de trabalho.

De pronto verificou a direção do Serviço que dentre os entraves sérios para realização da reforma eficiente vultuavam a insuficiência de pessoal técnico e especializado e a reduzida dotação orçamentária para que fosse possivel exigir a cooperação total de todos os funcionários do Departamento. E, a reforma propriamente, objetivou-se por esses dois atos: 1.° o aumento do quadro técnico com médicos que se submeteram, por conta do Estado, a vários cursos de sanitáristas na Capital da República, drs. Amintor de Virgolino Basto, Honorato Neves, Rui Martins, Oscar Miranda, Miguel Lupi Martins, Francisco Cerqueira, Inalio Castro, Pedro Paulo França, Augusto Olivio Chaves Rodrigues, Armandc Bordallo da Silva e Arnaldo Corrêa Prado, além daqueles médicos em número de trinta e um que se submeteram ao Curso Intensivo de Higiene e Saúde Pública realizado nesta Capital, dos quais vinte e quatro médicos paraenses e funcionários da Saúde do Estado; guardas sanitários que se submeteram a provas de habilitação; curso para Enfermeiras Visitadoras, nos moldes da Escola «Ana Nery» e, concomitantemente, o contrato dessas enfermeiras, as primeiras aprovadas, para organização do primeiro grupo e início do trabalho; 2.° o aumento dos vencimentos dos médicos e demais funcionários da Diretoria Geral de Saúde.

A Interventoria Federal, atendendo essas duas exigências preliminares, tornou possivel toda soma consideravel de trabalhos que posteriormente foram realizados.

Outros problemas vinham aparecendo, máxime quando se apertaram os traços de união entre a Diretoria Geral e as autoridades sanitárias da Capital da República que demonstraram um interesse marcado pelas cousas de Higiene do Pará, pondo à disposição do Estado os seus técnicos orientadores, médicos e enfermeiras, alargando a cooperação e cordialidade num grande trabalho de profilaxia nacional.

Entretanto, a Interventoria Federal não trepidou em resolvê-los, dotando todo o Serviço das instalações necessárias com edificios próprios e aparelhamento moderno. Mesmo no que diz respeito à Assistência.

Foi assim que melhorou as condições do prédio e material de serviço do Pronto Socorro;

——construiu e inaugurou o Hospital de isolamento «São Roque»;

——adaptou uma das salas e pavilhões do Asilo «D. Macêdo Costa» para abrigar menores de nove anos, filhos de pais leprosos e saidos da «Créche Santa Terezinha»;

——construiu e inaugurou o Dispensário de Lepra «Souza Araujo», prédio moderno e francamente dotado para o mistér de fazer inspeção, seleção e tratamento dos doentes de lepra;

——promoveu melhoramentos das instalações do Lazarópolis do Prata, melhorando as condições de vida de seus internados, dandolhes duas refeições diárias e alí construindo e inaugurando, com o concurso da Liga contra a Lepra, o Casino, a Escola, a cozinha dietética;

——instalou no mesmo Leprosário para o maior conforto do pessoal, notadamente o sadio, refrigerador a petróleo;

——aparelhou e adaptou para Higiene da Criança um dos melhores próprios estaduais, montando com esmero suas clinicas de Pre-natal, Natal, Pre-Escolar, Escolar com os gabinetes de Oto-rino-laringológico, de olhos, tracoma e dentário. Aliás, os gabinetes dentários do Centro e os do subúrbios não são inferiores aos melhores particulares da cidade;

——e, finalmente, a construção do Centro de Saúde n. 2 já ultimada. Aliás, por esse tempo recebemos a promessa formal do sr. Ministro da Educação e Saúde de que o Governo Federal, em demonstração concreta de cooperação e interesse coletivo, iniciaria a construção do Centro de Saúde n. 1.

Foram tomadas medidas de alta relevância, dentre as quais vultuam:

A preocupação de melhorar as condições de salubridade do leite fornecido à população da cidade, principalmente a infantil, utilizando o recurso moderno da tuberculinização.

Para isso foi baixado ato determinando a obrigatoriedade dessa medida que, posta em prática, resultou eficientissima, demonstrando, à saciedade, não só a sua utilidade, mas e principalmente a urgência de sua prática, pena de dolorosissimos precalços.

Ainda como medida de profilaxia nesse sentido foi publicado edital para concorrência no Serviço de Pasteurização.

Escola da Creche Santa Terezinha, para filhos de pais leprosos.—Adaptação em 1939.

Então o Pará, levado pela preocupação de entrar no Concerto Universal de interesses pela Saúde Pública, que foi a característica dos últimos mêses do ano de 1939, ajudou interessadamente todas as iniciativas que se concretizaram, apoiando a idéia e pondo à disposição da mesma todos os recursos que lhes foram solicitados

Dentre essas iniciativas tivemos:

—— O Congresso dos Médicos do interior do Estado, promovido pela Diretoria Geral de Saúde.

—— O Congresso Médico Amazônico, promovido pela Sociedade Médico Cirúrgica.

—— A Campanha da Solidariedade para a construção do Preventório.

—— O Curso de Sanitarista para médicos do norte, realizado em Belém.

MOVIMENTO DA DIRETORIA DE SAÚDE DURANTE O ANO DE 1939

De acôrdo com os estabelecidos pela reforma, a Diretoria de Saúde se constituia o traço de união entre os vários serviços de saúde, especializados ou não, de todo o Departamento e a Diretoria Geral do mesmo, consubstanciando toda a sua orientação técnica.

Ficavam assim a seu cargo a hierarquia científica dos Centros de Saúde, com suas secções de Bio-estatística, Epidemiologia, Visitadoras Sanitárias, Assistência do Exercício Profissional de Medicina e Farmácia, Serviço de Lepra, Saneamento do Interior, Laboratórios de Biologia e Bromatologia, Farmácia, Secção Pasteur, Serviço Veterinário, Higiene de Alimentação, de Habitações, do Trabalho, Cadernetas Sanitárias, Inspeções de Saúde e Higiene da Criança.

Compreende-se a extensão dos trabalhos que esta sub divisão do Serviço teve que realizar, fazendo justiça à capacidade, esforço e dedicação de seu dirigente, seus colegas médicos e demais auxiliares, esquematizando e transportando para este relatório a respectiva sinopse.

ASSISTÊNCIA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE MEDICINA E FARMÁCIA—1939

Licença para abertura de:	
Farmácia na Capital	3
Farmácia no interior do Estado	10
Laboratório na Capital	3
Departamento de drogas na Capital	2
Renovação de licença para:	
Farmácia na Capital	54
Farmácia no interior do Estado	48
Laboratório na Capital	6
Departamento de drogas na Capital	11
Socorros à população no interior	9
Registro de diplomas de:	
Farmacêuticos	5
Médicos	5
Dentistas	4

Receitas Visadas:

De entorpecentes	345
Diversas	358
Visto e requisições de entorpecentes	124
Títulos de Farmacêuticos expedidos	7
Certificados de importação de Tóxicos	15

Renda arrecadada .... Rs. 10:190$000

EPIDEMIOLOGIA E BIO-ESTATISTICA DURANTE O ANO DE 1939

Póde-se dizer que estes são os principais fatores de um Serviço de Saúde que tenha preocupação de eficiência.

Criado o primeiro pela reforma, modificado o segundo em bases de maior capacidade técnica, eles representam os únicos meios de orientação para a profilaxia e as medidas que se tornarem necessárias no sentido de melhorar as condições de salubridade de todo o Estado.

Por eles podemos verificar a capacidade do trabalho feito e marcar os limites do esforço ainda a empregar. Foi conseguido um notavel resultado, principalmente na Epidemiologia.

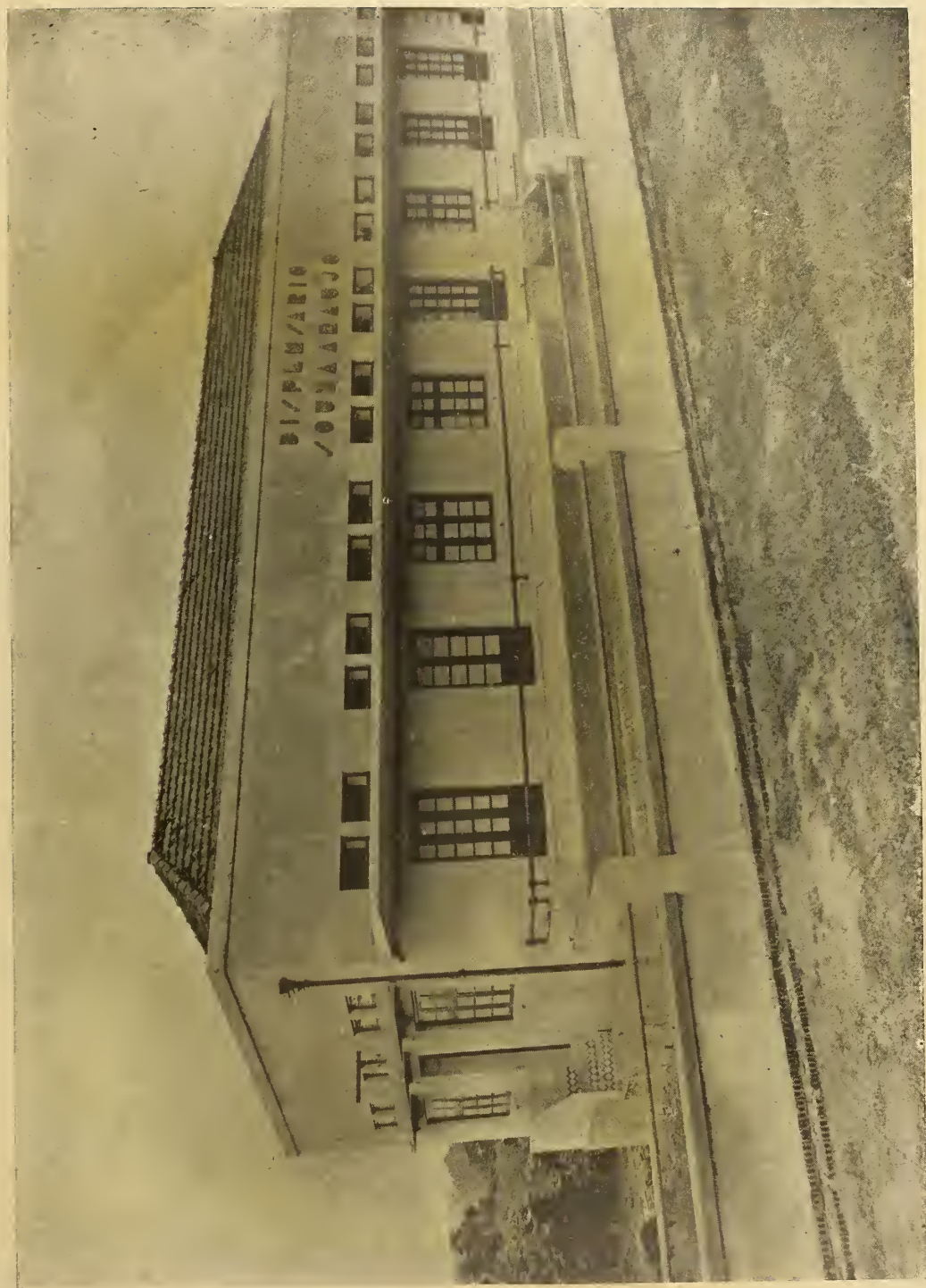
Epidemiologia — Esta secção teve, desde logo, de fazer decidida propaganda pela imprensa, por meio de conferências públicas, palestras, circulares, de maneira a obter o apoio indispensavel, não só da classe médica, como por parte do povo em geral.

Já entrosada com as secções que lhe estão intimamente ligadas, isto é:

——o laboratório e a bio-estatística poude desempenhar, a contento, a sua alta finalidade de proteger a cidade de Belém das doenças contagiosas.

Cumpre-nos declarar que ainda contamos no seio da classe médica com um reduzido número de que julga a notificação, sendo obrigatória, uma dificuldade à clínica, conceito errôneo, que exige esforços, afim de conseguir dentro da classe médica de Belém prosélitos da notificação compulsória.

E' de justiça salientar o proficuo trabalho das enfermeiras visitadoras, quer no descobrimento dos casos afetos a esta Secção, quer no isolamento e cuidados profiláticos dispensados aos enfermos de doenças contagiosas.

De há muito tempo que a cidade de Belém se ressentia de um hospital de isolamento, bem aparelhado, para as ocorrências de qualquer epidemia. Felizmente, esta lacuna foi preenchida com a construção do Hospital S. Roque, pelo governo atual.

Dispensario de Lepra "Sousa Arujo", construção de 1939

A estatística de 1939 mostra o seguinte movimento:

	N.	C.	O.
Tuberculose pulmonar	926	606	726
Impaludismo	9.025	6.704	783
Sarampo	134	134	6
Disenteria mebiana	252	33	14
Coqueluche	335	335	24
Grupo tífico	199	66	28
Disenteria bacilar	21	7	11
Difteria	68	25	11
Varicéla	96	96	—
Alastrim	44	44	—
Parotidite	1	1	—
Lepra	231	91	30
Paralisia infantil	1	1	—
Total do ano	11.333	8.143	1.633

Verifica-se, olhando o traçado e as elevações que esses números representam, notadamente quanto ao paludismo, um aumento considerável de casos que dão a impressão de um surto epidêmico. Isto, porém, resulta do fato de haver sido o Serviço reorganizado com a criação da Secção de Epidemiologia e a obrigatoriedade efetivada das notificações, posta em prática no começo deste ano de 1939. Entretanto, o quadro demográfico não variou demasiadamente, antes diminuiu, quanto à mortalidade.

O Laboratório de Biologia realizou 16.111 exames, cifra nunca alcançada desde o início do Serviço.

Seguem-se sucintas considerações a respeito das doenças sujeitas à verificação, por parte da Saúde Pública, excetuando lepra e paludismo, de vez que ambas têm secções especializadas onde melhores informes são prestados.

Tuberculose: — Nesta doença foram fixados 180 casos, dos quais 94 ocorreram no sexo masculino e 86 no sexo feminino. Houve maior incidência nos adultos, nos quais foram encontrados 167 casos. Os menores contribuiram apenas com 13 casos. Quanto à nacionalidade, tivemos 173 brasileiros e 7 estrangeiros atingidos.

A curva da turbeculose em Belém vem apresentando, nestes últimos anos, sensivel ascenção, conforme demonstram as estatísticas desta doença. Tivemos, este ano, 726 óbitos, sendo, pois, a segunda doença da causa da mortalidade em Belém.

Como é sabido, a classe pobre paga maior tributo à peste branca.

Para ela principalmente tem convergido o Serviço de Saúde as suas vistas. A aplicação do B. C. G. desde 14 de Março do ano passado, é de esperar que, por este meio, dentro de alguns decênios, novas gerações surgirão já imunizadas, reduzindo se cada vez mais o número de infeccionados, até seu possivel extermínio.

Atingiu a 1.627 o número das vacinações aludidas até 31 de Dezembro findo.

Convem salientar que nenhum insucesso perturbou a bôa marcha das vacinações referidas.

Quanto à massa já atingida pela moléstia, envida a Saúde os maiores esforços no sentido de tratá-la convenientemente: isolando

os casos de tuberculose aberta, nos hospitais competentes e, por intermédio das enfermeiras visitadoras, melhorando o nivel da educação sanitária, procurando diminuir as fontes da infecção.

Infelizmente, os casos que têm chegado ao conhecimento da Saúde, já se encontram bem adiantados, havendo já deixado um rastilho de contagiados, motivo que leva a admitir que o único meio de combater este infortúnio público é fazer o diagnóstico precoce, e, para isto, a obrigatoriedade do recenseamento toraxico de toda população, por meio da roentagen-fotografia.

O governo federal iniciou a construção de um monumental Sanatório em ótimo local nesta capital e com capacidade para 600 leitos. E acha que a massa humana espera para levantar da grave crise mórbida que a devasta, em proporção assustadora.

Alastrim: — Houve dez casos, sendo três do sexo masculino e sete no feminino. Cinco adultos e cinco menores. Oito casos ocorridos em Belém e dois vindos do interior do Estado. Não houve nenhum óbito por esta doença.

Varicéla: — Verificaram-se oitenta e três casos, sendo trinta e quatro do sexo masculino e quarenta e nove do sexo feminino; trinta e dois adultos e cincoenta e um menores. Não houve tambem nenhum caso de óbito.

A respeito destas doenças, que o povo teme e confunde com a variola, foram recebidas notificações da maioria dos casos, os quais, sistematicamente isolados, concorreram para sua rápida extinção.

Sarampo: — Nesta doença houve 114 casos, sendo 61 do sexo masculino e 53 do sexo feminino; 15 adultos e 69 menores. Ao contrário do que dissemos para a variola e o alastrim, o sarampo, sendo considerado pelo povo moléstia benigna, descura-se a população da notificação e do próprio isolamento, havendo, pois, facil infiltração desta doença, notadamente nas camadas pobres, onde domina o conceito errôneo de que a infecção é necessária durante a infância.

Coqueluche: — Elevaram se a 325 o número dos atingidos, sendo 158 do sexo masculino e 167 do sexo feminino; 4 adultos e 321 menores. Trezentos e vinte e quatro nacionais e um estrangeiro.

Nesta doença, dada a vaga sintomalógica inicial, que muitas vezes se confunde com simples acessos de gripe, fica de certo modo prejudicado o nosso Serviço, que só tem tomado conhecimento de casos adiantados e, portanto, já alastrados pelos membros de familias inteiras, e quiçá péla vizinhança. Ocorreram 23 óbitos por esta moléstia.

Diftéria: — Houve 19 casos: sendo 9 do sexo masculino e 10 do feminino. Cinco adultos e 14 menores. Achamos a maior fonte desta doença entre os escolares, motivo porque sugerimos praticar a imunização dos discentes no ato da admissão.

Grupo tífico: — Ocorreram 48 casos, sendo 27 do sexo masculino e 21 do sexo feminino; 34 adultos e 14 menores. Quarenta e seis brasileiros e dois estrangeiros. Trinta e dois ocorreram em Belém e 16 vieram do interior. Quanto ao grupo tífico, tem aparecido em Belém casos muito disseminados. Dada a exiguidade do número de fichas existentes no arquivo respectivo não é possivel afirmar a verdadeira origem dos casos verificados; contudo, uma terça parte de tais casos nos veio de fóra do Estado. Em virtude da corrente emigratória do interior para Belém ser grande, pensamos que decerto modo influa na marcha epidemiológica desta enfermidade, pois é conhecida a precari-

dade das condições higiênicas do nosso *hinterland*. Hospedam-se os adventicios em pensões e hoteis onde parte da população de Belém faz suas refeições, usando os mesmos utensílios e aparelhos e sanitários, etc., contraíndo, possivelmente, a moléstia.

Futuramente, com o serviço iniciado em Dezembro findo, para pesquisa de portadores de germens, facil será descobrir as fontes geradoras desta doença.

Disenteria mebiana: — Houve 13 casos, sendo 5 do sexo masculino e oito do sexo feminino; 6 adultos e sete crianças, sendo todos os 13 em Belém, e todos nacionais.

Disenteria Bacilar: — Registrou-se apenas um caso ocorrido do sexo feminino e em menor.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOENÇAS QUE FORAM VERIFICADAS E FICHADAS PELA SECÇÃO DE EPIDEMIOLOGIA NO ANO DE 1939

CLASSIFICAÇÃO	SEXO		IDADE		NACIONALIDADE		EM VINDOS	
	Masc.	Fem.	Adultos	Menores	Brasil	Extrangeiros	Belém	de fóra
Tuberculose...	94	86	167	13	173	7	180	—
Grupo tifico........	27	21	34	14	46	2	32	16
Disent. bacilar....	—	1	—	1	1	—	1	—
« mebiana.......	5	8	6	7	13	—	11	2
Diftéria	9	10	5	14	19	—	19	—
Coqueluche........	158	167	4	321	324	1	325	—
Varicéla....	34	49	32	51	83	—	83	—
Sarampo	61	53	15	99	114	—	114	—
Alastrim..	3	7	5	5	10	—	8	2

Tuberculose	180
Grupo tífico	48
Disent. Bacilar	1
« mebiana	13
Diftéria	19
Coqueluche	325
Varicéla.................	83
Sarampo	114
Alastriam.......	10
	793

Bio-estatística – Estatística de nascimento:—E' inegavelmente a estatística de nascimento a mais dotada de falhas. Consultando-se a tabela B, observaremos a variabilidade enorme dos dados, não sómente de valores anuais como mensais. (Setembro de 1937 com 1.151 nascimentos e Janeiro com 149).

(Defeituosa era a coleta e apuração dos dados: 1.° — os dados fornecidos unicamente por cartórios; 2.° — o cômputo não representava em absoluto o número de nascimentos do mês em questão, pois as notificações nos Cartórios eram sempre tardias; 3.° — eram apurados os registros de nascimentos de qualquer época, como pertencentes ao mês em questão; sendo assim, durante os periodos eleitorais em que se exigiam atestados de nascimento, crescia muito o total de «pseudo-nascimentos».

Atualmente o Serviço de Bio-estatística recebe dados diretamente:

a) das parteiras curiosas;
b) das maternidades;
c) dos cartórios.

A secção de Enfermeiras-visitadoras tem sob registro, até o presente, 337 parteiras e curiosas; as quais fizeram 2.551 notificações sobre 4 180 recebidas pelo Serviço, isto é, 60,9% do total de nascimentos; este valor seria pouco maior, considerando-se que sómente em Março de 1939 iniciou-se a verificação dos nascimentos assistidos por parteiras e curiosas. Entretanto, na presente época acreditamos que a Secção de Bio-estatística recebe 90% de notificações de nascimentos ocorridos no mês em questão. E' preciso salientar o seguinte: as enfermeiras visitadoras, logo que recebem notificação das parteiras, assistem o recem-nato, ministrando entre outras cousas de notavel utilidade o B. C. G.

Infelizmente, ainda não está vulgarisada à massa popular a utilidade desses recursos sanitários; sendo assim, qualquer acidente como simples coincidência aparecendo após a vacinação pelo B. C. G. é suficiente para uma publicação desabonando o emprego da citada vacina, provocando uma queda no número de notificações pelo receio de futuros pseudo acidentes vacínicos.

Com a apuração rigorosa dos nascimentos, obteremos valores muito próximos de 100 % dos nascimentos ocorridos, no espaço de tempo e logar considerado, e, sómente com este valor aproximado é que poderemos avaliar o gráu de crescimento natural da população em estudo, a aquilatar nos da pujança demográfica, pela determinação de indice vital.

Estatística de Óbitos: — Após o decreto n. 3.105, de 30/9/938, que regulamenta a demografia do Estado, todas as notificações de óbitos são feitas à Secção de Bio-estatistica da Saúde, dentro do prazo de 18 horas, mediante atestado, assinado pelo médico assistente ou Instituto Médico Legal.

Após classificação da causa-mortis, são os atestados de moléstias infecto-contagiosas remetidos à Secção de Epidemiologia para executar atribuições que lhe competem.

Inegavelmente, tivemos este ano acréscimo na mortandade global (quadro A). Este aumento foi grandemente influenciado pelo maior obituário do paludismo (quadro F).

Observando-se a curva da mortandade pelo paludismo (gráfico I), verificaremos que, após uma queda brusca em 1936, que corresponde ao ponto inflexão mínima, obtido em nove anos de observações. ascende paulatinamente, provocando uma tendência para maior ascenção. Apezar da curva de tuberculosos apresentar pequena descida em 1939, sua tendência é para crescimento lento. Até agora, computando-se vários anos, não obtivemos nenhuma tendência para diminuir a mortandade por este flagelo de nossa população.

A mortandade pelas moléstias infecto-contagiosas representa, como valor médio, 47,1 % do obituário global. Reunindo-se os dados do quiquênio 1935-1939, obtivemos o gráfico «II», que representa na ordem de frequência a mortandade pelas principais moléstias infectuosas, e, onde observamos claramente que a tuberculose e paludismo afloram em 1.º plano, muito além das outras moléstias infectuosas.

Obituário de «0 a 1 ano»: — Entende-se por obituário infantil ou de 0 a 1 ano, a mortanda de 1 ano de idade.

Obtivemos para o quinquênio de 1935 1939, o seguinte resultado:

1935	855
1936	856
1937	768
1938	841
1939	827
Somando	4.147 *Óbitos.*

Este obituário representa 19,4 % da mortandade global no período de 1935-1939. Não podemos determinar o coeficiente de mortalidade infantil pela falta de exatidão dos dados de nascimentos; entretanto, considerando-se que em 1939 melhorou muito o serviço de notificações, acreditamos que computamos 80 % dos nascimentos neste ano. Sendo assim, obteriamos mais ou menos 5.016 nascimentos, e o índice de mortalidade infantil seria para 1939 igual a 164,8.

As diversas moléstias causadoras do obituário infantil encontram-se determinadas no Gráfico «III», realçando-se notadamente a gastro-enterite, debilidade congênita, o paludismo, o bronco pneumonia.

Estatística de Moti-Natalidade: — Seguindo-se o mesmo critério adotado na determinação do coeficiente de mortalidade infantil, obtivemos para 1939 o c. m. 104, 28%.

* * *

Os coeficientes e índices relativos à população não foram determinados por falta e imprecisão dos censos que possuimos. Aguardamos o censo de 1940.

SECÇÃO DE BIO-ESTATISTICA

Movimento Demógrafo-Sanitário da cidade de Belém

	1.º Semestre	*2.º Semestre*	*TOTAL*
Casamentos	204	224	428
Nascidos vivos	1.934	2.246	4.180
Nascidos mortos	313	271	584
Óbitos gerais	2.464	2.106	4.570
Óbitos pelas principais moléstias transmissíveis:			
Tuberculose	366	360	726
Lepra	17	12	29
Paludismo	473	311	784
Grupo tifico	18	11	29
Disenteria bacilar	12	1	13
Ameba	7	6	13
Diftéria	7	4	11
Coqueluche	16	9	25
Sarampo	3	3	6
Gripe	44	25	69
Totais	963	742	1.705
Óbitos por outras causas	1.501	1.365	2.865
Total Geral			4.570
Óbitos 0 a 1 ano	536	381	917

Laboratórios:—Póde-se dizer que o nosso Estado, mesmo antes das reformas que se sucederam nestes últimos três anos, já possuia laboratórios carinhosamente montados e sempre sob a direção de elementos muito respeitáveis, médicos especialistas notáveis, dentre os quais podemos citar o professor Jayme Aben-Athar, Souza Araujo e Pery Assú.

Nunca foi possivel duvidar de sua eficiência e atualmente então se constituem elementos de marcada utilidade, principalmente o de Biologia que, ajudando decididamente a Secção de Epidemiologia, vem sendo utilizado pela maioria de nossos médicos que, fazendo a notificação das moléstias, têm em pouco tempo confirmado ou não o seu diagnóstico.

Outras secções de nossos laboratórios são de assistência franca, tais como a de produtos injetáveis e a Secção Pasteur.

Além disso, contamos com o Laboratório de Bromatologia. Por meio dele garantimos à população a integridade organolética e intrínsica dos produtos dados a seu consumo, ainda mesmo daqueles que possam trazer certificados de outros laboratórios do Sul. Claro, que não fazemos isso porque os mesmos não mereçam toda nossa consideração quanto a seu merecimento científico. Mas, pelo fato de a maioria dos produtos vindos de outros Estados poderem sofrer as consequências nocivas de nosso clima, muito mais quente, as demoras do transporte e os precalços de embalagens muitas vezes impróprias.

Em regra geral, portanto, todos os gêneros alimentícios dados a consumo de nossa população, são escrupulosamente examinados pelos nossos laboratórios.

Isso podemos verificar pelos quadros anexos.

Por eles constateremos que o número de análises e exames efetuados em nosso Laboratório de Biologia subiu a um número consideravel e poucas vezes conseguido por instituições públicas dessa natureza. A soma total dos referidos exames subiu a 16.111, compreendendo pesquisas diversas de bactérias e helmintoses, de elementos anormais e reações de «Wassermann».

SERVIÇO VETERINÁRIO — 1939

Fazendo parte integrante da Diretoria de Saúde do Departamento de Saúde, o Serviço Veterinário em pouco tempo se constituiu de grande valor entre nós pela necessidade de controlar com eficiência a carne, o pescado, o marisco, o leite e sub-produtos dados diariamente ao consumo da nossa população.

Este é um dos problemas que vamos dando o máximo desenvolvimento.

Regra geral, todo gênero alimentício dado a consumo nesta Capital está submetido ao contrôle, ao exame, à análise de nossos técnicos e de nossos laboratórios, quer provenham do próprio Estado, quer procedam de outros Estados da Federação.

Sabemos que somos dos poucos que assim procedem; concordando a maioria com o certificado dado pelos Departamentos da União, ou mesmo pelos Departamentos dos Estados de origem. Entretanto, não nos podemos submeter ao critério, certamente respeitavel, dessas análises, de vez que as condições de nosso clima, a de-

mora do transporte para o seu consumo, e, muita vez, a influência e a falta de garantia das embalagens são de natureza a modificá-los, alterando o ótimo de sua integridade bromatológica. Por isso tivemos que analizar, em 1939, 6.950 amostras de produtos diversos.

Além disso, para melhorar as condições técnicas desta Secção, os guardas que a compõem fizeram uma prova de habilitação com um programa especializado e só os mais hábeis foram aproveitados e o Governo do Estado contratou três veterinários médicos, recem-formados pela nossa Escola de Veterinária do Estado, cujos diplomas têm sido convenientemente registrados nos Departamentos Federais.

Coube a esta Secção o trabalho de grande relevância profilática que a Interventoria Federal decidiu pôr em prática, conforme já nos referimos neste relatório, ou seja o da Tuberculinização de todo o gado leiteiro de nossa capital e do interior do Estado. O serviço da capital foi terminado sem incidentes de maior, graças à capacidade técnica dos médicos veterinários desse Serviço, cujos resultados positivos à reação em apreço, foram na totalidade confirmados pela biopses posteriores. Foram sacrificadas 649 vacas, que deram reação positiva e foram consideradas tuberculosas. Isso reconheceu o Governo que mandou elogiar aqueles que fizeram o referido serviço tão útil e tão verdadeiramente humano.

CENTROS DE SAÚDE

A criação dos Centros de Saúde dentro da organização sanitária do Estado, póde-se dizer que foi a base e a razão de ser científica de toda reforma.

De fato, eles só por si presidem e distribuem todo o Serviço de Saúde do Estado, e as demais secções se constituem seus corolários e agem no sentido de garantir e fazer a eficiência de toda sua atividade.

A sua capacidade técnica resulta de um critério totalmente modificado, vis a vis os estabelecidos clássicos do antigo Serviço, passado a se constituir uma garantia efetiva do estado de salubridade da população, prevenindo, evitando, defendendo e, sobretudo, criando normas de conduta higiênica e de natureza a fazer com que possamos breve fruir o conforto de uma saúde permanente.

Eles, em última análise, controlam todas as medidas técnicas de conservação, melhorando, se possivel, as condições de higidez da população em geral. Representam a entrosagem das atividades do Departamento que se subdividem em medidas de profilaxia coletiva, higiene individual e eugenia.

O velho sistema de Assistência Pública, que se constituia em princípio a única atividade da Saúde do Estado, passou a ser considerada, nos Centros de Saúde, a atividade negativa, para cujo aparelhamento se presume a existência de órgãos a parte, sem ligação direta com o Serviço. Aos Centros, nesse particular, ficou sómente o papel de fiscalizador racional e, ainda assim, como garantia dos elementos sadios que com a mesma possam ter alguma relação.

Quando um Centro de Saúde superintende sevirços tais como os de Lepra, Tuberculose, Malária, Moléstias Venéreas ou outras infecto-contagiosas, tem objetivo primário, a preocupação de afastar da coletividade os atacados dessas moléstias, dirigindo-se para os dis-

pensários, hospitais e preventórios que lhes são refúgios indicados, à margem de seus fichários permanentes. Nesses fichários figuram, à margem, os elementos normais, sanitariamente policiados e frequentemente inspecionados e reinspecionados.

São assim os seus serviços de Higiene de habitação, de Higiene alimentar, de Higiene do trabalho e finalmente de Higiene da Criança.

Este último, pela sua relevância, pela importância de sua natureza como preparador do amanhecer da raça, tem sempre uma grande tendência para, dentro dos Centros de Saúde, absorver a maioria de suas atividades. O Serviço Pré-Natal, por exemplo, o Infantil, crianças menores de 0 a 1 ano, obrigam na maioria das vezes uma assistência imediata que se traduz pelas clinicas e pelas distribuições de alimentos.

O seu número, devendo variar conforme a densidade da população, fez com que o nosso Departamento dividisse a cidade de Belém em dois distritos, cada um sob o contrôle sanitário de um Centro de Saúde. Entretanto, enquanto não ficava terminada a construção do Centro de Saúde n. 2, foi o serviço acumulado no Centro de Saúde n. 1 e o resultado de seu trabalho póde ser constatado pelos quadros anexos.

E, muito embora fosse o sistema novo, nem por isso deixou de obedecer na íntegra as razões técnicas de sua finalidade, reunindo todas as suas secções especializadas, e lhes prestando toda uma decidida atividade que resultou de pronto eficientissima. Assim é que o Centro de Saúde reuniu os Serviços de Epidemiologia, Enfermagem, Laboratórios, Higiene do Trabalho, Higiene da Alimentação, Higiene de Habitações, Policia Sanitária, Saneamento, Exames de Saúde, Higiene da Criança, Tuberculose, Lepra, Malária e Doenças Venéreas.

Dentre esses serviços alguns merecem especial menção. O de Epidemiologia por exemplo, novo e de suma importância para toda a orientação sanitária do Estado, realizou um trabalho notavel e inesperado. As enfermeiras visitadoras, que sem dúvida alguma são os alicerces aonde assenta todo o trabalho de rotina do Centro de Saúde, demonstraram de pronto até onde vai a capacidade de trabalho e a conciência da responsabilidade de nossas patrícias, marcando desde logo, mais longe do que fôra razoavel esperar, um grande círculo de atividades proveitosas e utilissimas para todo o Serviço.

SERVIÇO DE VISITADORAS SANITÁRIAS — 1939

Outra organização de máxima importância, que veiu por assim dizer ajudar o Serviço do Centro de Saúde, é o das enfermeiras visitadoras. Orientado pelos moldes da Escola «Ana Nery», o curso prepara as enfermeiras para as funções técnicas de despistarem através as aglomerações dos centros e dos arrabaldes da cidade, os casos mórbidos que interessam ao nosso Serviço, encaminhando-os para as clinicas ou aconselhando as medidas que se imponham para uma bôa higiene, segurança e garantia da saúde da população.

E o seu serviço resultou proficuo, conforme poderemos vêr pelo alto teor numérico apresentado em um ano. Tão alto que de pronto nos convenceu de sua eficiência e de sua necessidade.

Saude Publica do Pará — Posto de Saude n. 2 — Avenida Independencia — Construido e Inaugurado em 1939.

Foi assim que em 1939 tivemos os seguintes resultados:

Pessôas matriculadas no Serviço	65.327
Visitas à domicílios	95.681
Crianças vacinadas pelo B. C. G.	1.627

Pessôas matriculadas no serviço:	
Tuberculose	420
Pré-natal	4.754
Higiene Infantil	29.019
Pré-escolar	12.409
Escolar	10.253
Lepra	—
Outras espécies	3.272
Visitas a domicílios	95.681
Tuberculose	663
Pré-natal	6.965
Higiene Infantil	34.276
Pré-escolar	15.113
Higiene Infantil	34.276
Pré-escolar	25.113
Escolar	10.937
Lepra	—
Outras espécies	25.424
Vacinas	2.902
B. C. G.	1.627
Anti-variólica	1.154
Anti-tífica	121
Credeisação	1.844
Partos	845
Por curiosas	629
Por médicos	61
Nos hospitais	149
Sem assistência	6

Higiene da Criança: — Não há negar que a criança, as condições de sua vitalidade, a carinhosa assistência à sua saúde, a cuidadosa orientação de seu desenvolvimento, antes mesmo de seu nascimento, na primeira fase de sua infância e já na idade escolar, deve ser o maior problema, a preocupação maior de uma administração. Isso compreendendo, a Interventoria Federal neste Estado, por intermédio da Diretoria Geral da Saúde Pública, tem envidado os maiores esforços no sentido de conseguir o máximo de eficiência no amparo e na garantia devidas às crianças paraenses.

Assim é que, antes de Janeiro de 1938, nada havia que podesse ser considerado, propriamente, um serviço metodizado de higiene da criança. Havia sim uma secção de higiene escolar, arrastando-se ao sabôr das reclamações e vivendo ao léo das deficiências técnicas que avultavam, desde as instalações positivamente impróprias, até a reduzida atribuição de sua finalidade, que se julgava necessária, tão sómente, para a assistência da criança em idade escolar.

No início de 1938, todavia, o serviço tomou a direção técnica de sua verdadeira razão de ser, sob imperativos patrióticos de curar das crianças em todas as fases de seu desenvolvimento, vendo assim, ampliado o critério de que, velar por ela, seria marcar o início de uma obra ampla e generalizada, de eugenia nacional.

O Serviço encontrou prontamente o auxílio e as garantias materiais necessárias para a sua execução por parte da Interventoria Federal.

Foi instalado o Serviço de Higiene da Criança. O Governo cedeu, para isso, um de seus melhores imóveis da capital e assistiu as novas reformas, carinhosa e interessadamente, sentindo que estava concluindo uma das maiores obras de sua administração. As instalações são modernas e eficientes. Correspondem a todas as necessidades do Serviço, que assim ficou constituido :

Serviço de Higiene Pré-Natal: — Auxílios, conselhos, profilaxia da maternidade, para gestantes. E, coisa nova entre nós, para as parteiras curiosas, aparadeiras, evitando os precalços de sua falta completa de conhecimentos técnicos, o que ainda infelizmente se constitue um perigo para a nossa população pobre. Vamos corrigindo, assim, o que não pode ser de pronto irradicado. Essas mulheres são obrigadas a notificar os casos para que forem chamadas, e pelo seu número, calculamos de sua influência. Ajudamo-las. Dando-lhes, além dos conselhos inherentes, uma trousse com alguns recursos de urgência, ensinando-lhes a sua aplicação. Quando sentimos que a sua «clientela» vai diminuindo, impedimos que continuem. Por esse meio acreditamos que, em breve, estaremos libertados desse mal com o qual somos obrigados a condescender, embora como viram, procurando corrigir os seus grandes defeitos. Felizmente, encontramos a bôa vontade das interessadas que, logo no início das exigências, acorreram à matrícula, em número de 261. Estão sujeitas, outrossim, à vigilância do Serviço, condicionadas a avisar o médico da Secção, no mesmo dia do nascimento a que forem chamadas a assistir, para que nossas visitadoras possam ir à casa da parturiente fazer o respectivo «Credée», a vacina B. C. G. e encaminhar o recem-nascido para o Consultório de Higiene Infantil.

ESTATISTICA DO SERVIÇO PRÉ-NATAL DURANTE O ANO DE 1938 COMPARADO COM O DE 1939

	1938	*1939*
Total de comparecimentos..	409	3.013
Eram gestantes........	314	2.744
Não gestantes..........	34	269
Comparecimentos para 1.º exame	163	986
Eram gestantes	147	815
Não gestantes	19	86
Eram suspeitos	2	85
Comparecimentos para ré-exames e cons.	186	823
Reação de Wassermann	—	469
Exames de urina........	85	999
Receitas fornecidas	224	1.476
Visitas a gestantes	983	7.837
Gestantes enviadas ao dentista..............	—	555

Saude Publica do Pará — Posto Médico da Pedreira, construção de 1939

Serviço de Higiene Infantil :—Esta secção de Higiene da Criança é destinada à assistência médica higiênica dictética de todas as crianças de o a 1 ano de idade, encaminhadas e dirigidas pelas enfermeiras visitadoras ou para as que procurarem espontaneamente o Serviço. Foi tal sua frequência que houve necessidade de desdobrá-lo em dois consultórios.

A sua finalidade precípua é, como já vimos, receber as crianças sadias ou com simples distúrbios alimentares, sendo dado às mães conselhos e recomendações sobre uma alimentação racional quer para manter o seu estado de saúde, quer para corrigir os distúrbios verificados.

Além disso, tem sido consideravel a distribuição de latas de leite nestlé, conforme se poderá verificar pela seguinte estatística:

Em 1939 para mais de 5.000 latas.

Neste ano compareceram ao Serviço e aí foram matriculadas 1.890 crianças, com um total de comparecimento aos nossos consultórios de 10.595 vezes.

As crianças doentes, quer se trate de doenças infecto-contagiosas ou outras moléstias, de conformidade com o que ficou acordado com o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, são para ali encaminhadas e, após o tratamento, devolvidas às consultas de Higiene da Criança.

Todas as crianças nessa idade, ou de o a 1 ano, deverão ser vacinadas pelo B.C.G. e se submeterão ao Credée, praticado pelas nossas enfermeiras visitadoras Tudo isso sem prejuizo de sua matrícula e frequência aos consultórios da Higiene Infantil. Entretanto, não nos fiamos exclusivamente nos interesses particulares, ainda sob a impressão de um mundo de indiferentismo, de vez que sómente agora existe realmente um Serviço organizado, e assim as enfermeiras fiscalizam em domicílio o cumprimento dos conselhos dados em consultório.

Outro Serviço de elevado alcance para a assistência de nossos pequeninos patrícios é a criação de lactários anexos aos nossos consultórios, o que já é objeto de cogitação do governo.

Como comprovante do que acabamos de afirmar, juntamos o presente quadro:

Total de comparecimento	10.595
Com saúde aparente	964
Declarados doentes	926
Para rè-exames	3.453
Receitas fornecidas	5.343
Injeções aplicadas	170
Infantes Soc. c/ alimentos	1.730

Higiene Pré-Escolar e Escolar — Estamos chegados finalmente a esse dos mais importantes setores de nossa atividade em pról da saúde, da vida das crianças paraenses.

Temos que lastimar o fato de, sómente agora, o termos orientado como o estamos fazendo, para conseguir realizar o melhor de sua eficiência. E lastimamos porque, é natural, teremos que aguardar pacientemente os resultados que é de justiça esperar. Entretanto, fazemos atualmente o que nos estão aconselhando os melhores mestres nesse assunto da Saúde Nacional. Ficam, portanto, os nossos escolares e as

demais crianças que ainda não ingressaram nas escolas, sujeitos ao contrôle de nosso Serviço. Inspecionados convenientemente, são automaticamente afastados da coletividade, das escolas, grupos, estabelecimentos congêneres, públicos ou particulares, desde que se verifique qualquer moléstia infecto-contagiosa ou transmissivel, afastados e dirigidos para nossas clinicas, até que possam voltar à salubridade exigida, após tratamentos a que são submetidos. Caso se verifique molèstia incuravel, aliás com perigo de contágio, a separação será definitiva. Toda criança, necessitando de tratamento dentário, é encaminhada aos consultórios de odontologia, cujas instalações nada ficam a dever às mais modernas da cidade, onde são submetidos a um rigoroso tratamento como será facil provar pelos números abaixo. Aliás, os nossos gabinetes de odontologia atendem tambem as gestantes.

Serviço Dentario

Crianças:

FREQUÊNCIA TOTAL		19.217
Pela 1.ª vez	12.354	
Já matriculados	6.863	
Dentes		41.346
Extraídos	3.040	
Curados	34.951	
Obturados	3.255	
Tártaros retirados		1.539
Injeções feitas		60

Para gestantes:

FREQUÊNCIA TOTAL		555
Pela 1.ª vez	400	
Já matriculadas	155	

Serviço de Higiene Escolar e Pré-Escolar

COMPARECIMENTO TOTAL		14.328
Com saúde aparente	8.604	
Declarados doentes	3.269	
Para re-exames	2.455	

Além disso, a nossa Secção de Higiene da Criança tem mais os consultórios de Oto-rino-laringologia, com uma frequência nos últimos seis meses de 7.645 crianças; oftalmologia, 7.883; e uma Secção especial para tracoma. Aliás, é sensivel a diminuição dessa moléstia que não é endêmica, nem comum no nosso Estado.

O nosso Centro de Saúde ainda tem a seu cargo uma Secção de Doenças Venéreas. A sua frequência aumenta à medida que a sec-

ção se vai tornando conhecida, sendo nos últimos seis mêses a sua frequência assim computada:

Comparecimento para 1.º exame	406
Sifilitos	323
Não sifilitos	182
Comparecimento para injeções	2.432
Intravenosas, arsenobenzois	366
Intramusculares	19
Bismutò	41
Mercuriais	1.960
Iodeto	15

a) *Serviço de Higiene Escolar e Pré-Escolar:*

Comparecimento total	14.328
Com saúde aparente	8.604
Declarados doentes	3.269
P/ re-exames	2.455

b) *Serviço de Oto-rino laringológico:*

Total de comparecimento	10.114
Homens	394
Mulheres	367
Crianças	9.353
Re-exames e consultas	427
Receitas fornecidas	298
Curativos	149

c) *Serviço de Oftalmologia:*

Total de comparecimento	10.478
Homens	375
Mulheres	355
Crianças	9.748
Ré-exames e consultas	2.122
Receitas fornecidas	280
Curativos	2.273

d) *Serviço Dentário:*
Crianças:

Frequência total	19.217
Pela 1.ª vez	12.354
Já matriculadas	6.863

Dentes	41.246
Extraídos	3.040
Curados	34.951
Obturados	3.255
Tártaros retirados	1.539
Injeções feitas	60
Para gestantes:	
Frequência total	555
Pela 1.ª vez	400
Já matriculadas	155
Dentes	1.213
Extraídos	49
Curados	1.137
Obturados	27
Tártaros retirados	150
Injeções feitas	9

e) *Serviço de Exame de Saúde:*

Pessôas examinadas	14.399
Cadernetas expedidas	14.365
Cadernetas recusadas	39
Inspeção de saúde em funcionários	264
Idem, idem em estranhos	4
Exames de laboratório	56
Renda Total:	
Cadernetas vendidas	23:481$000
Sêlos vendidos	67:062$000
Total Geral	90:543$000

a) *Higiene da Alimentação:*

(Fiscalização a estabelecimentos)

Visitas em polícia sistemática	1.109
Idem p/ concessão de licença	51
Autorização para funcionamento	32
Exigências cumpridas	352

b) *Higiene das Habitações:*

(Polícia Sanitária)

Visitas a casas vasias	2.656
Casas vasias em bôas condições	721
Visitas em polícia sistemática	1.253
Exigências cumpridas	989
Interditos provisórios expedidos	214
Editais para mudança	45
«Habite-se» expedidos	1.241

c) *Higiene do Trabalho:*

(Fábricas e oficinas)

Visitas em polícia sistemática	104
Idem para concessão de licença	6
Exigências cumpridas	2
Renda proveniente de multas	4:440$000

Além disso, não foram abandonados os detalhes. Quando, da créche de Santa Terezinha, era preciso tirar os filhos de leprosos sãos, em idade escolar, a Interventoria Federal, respondendo prontamente à solicitação, mandou adaptar duas alas do Instituto «D. Macêdo Costa», para que eles alí fossem recolhidos. Essas alas são as precursoras do Preventório, a questão social que mais empolgou a nossa população nestes últimos meses. Além disso, a assistência vai até aos particulares. Os nossos laboratórios abrem-se a todos os médicos, do serviço ou não, às instituições, e coletividades que a eles recorram, prontos sempre para ajudar a resolução de todos os problemas de saúde de interesse geral. Nada é condicionado para essa ajuda. Não é sabido o nome, a côr, as condições de fortuna dos que recorrem aos serviços da Saúde Pública.

As vacinas são distribuidas gratuitamente. Entregamô-las para quem nô-las solicite. Anti-tifica, paratifica, alastrim, varíola. Na Secção Pasteur é feito o tratamento contra a raiva, bastando para isso que os interessados procurem o respectivo Serviço.

Não serão talvez os serviços de Saùde do Pará perfeitamente eficientes, mas, numerosos, abrangem quasi todas as atividades de nossa população. Cadernetas Sanitárias exigidas para todos os que por qualquer maneira têm contacto direto com o povo; desde o funcionário público até a serviçal empregada ou trabalhando nas casas particulares, operários, caixeiros, padeiros, condutores de ônibus e bondes, barbeiros, mercieiros, etc. Exigência de esterilizadores e condições de higiene de botequins, bars e hoteis. Policia Sanitária intensa nas casas comuns ou de comércio.

Assistencia aos Psicopatas -- Assistencia, aliás, em hospital fechado e acomodações para pensionistas. Integrado na legislação federal que regula o assunto, é de se verificar que 50 % dos internados pertencem a outros Estados visinhos que assim atestam o valor e a eficiência técnica do nosso Hospital «Juliano Moreira».

A grande casa, de construção antiga, mas sóbria e imponente tradição do carinho de nossos maiores pelas coisas de Saúde, vem, entretanto, de passar por algumas reformas, oferecendo atualmente a comodidade de novas enfermarias e apartamentos mais consentâneos com as exigências de uma terapêutica moderna.

Outros hospitais de isolamento estão sob a orientação da Diretoria Geral de Saúde do Estado, tais como: — Para tuberculosos, «Domingos Freire» e «São Sebastião» e para moléstias infecto contagiosas, o último construido na administração do Dr. José Malcher, o Hospital «São Roque».

HOSPITAL «JULIANO MOREIRA»

MOVIMENTO DE DOENTES

No periodo compreendido de Janeiro a Novembro de 1939, o movimento de doentes atingiu a cifra 848 pacientes, sendo: passados de 1938, 472 e internados naquele periodo — 376.

Desses doentes obtiveram alta no mesmo período — 424, passando, assim, para Dezembro—414, número aliás suficiente para superlotar o nosocômio.

Dos 434 que obtiveram alta, 58, (32 homens e 26 mulheres) estavam clinicamente curados; 179, (75 homens e 104 mulheres) melho-

rados de seu estado mental; 86, (59 homens e 27 mulheres) no mesmo estado; 111 (46 homens e 65 mulheres) falecidos.

E' conveniente salientar que dos 86 doentes que saíram no mesmo estado, 23 receberam diagnóstico de — não alienados — e eram na maioria menores internados à ordem do juiz, para exame fisico-psicológico e pedagógico.

Mortalidade — A mortalidade, quer pelo «causa-mortis», quer pela forma mental apresentada pelos pacientes, ainda nos dá percentagens satisfatórias para um hospital de alienados, superlotado como o nosso.

Dos 848 pacientes que passaram por este nosocômio de Janeiro a Novembro, faleceram 111, ou seja 13 %, percentagem aliás baixa, se atendermos que muitos dos doentes internados, provenientes do interior do Estado ou transferidos de outros hospitais, dão entrada neste nosocômio em estado grave, falecendo muitas vezes, poucos dias após o internamento.

Dos 376 internados no mesmo período, 192 pertenciam ao sexo masculino (adultos 170; menores 22) e 184 ao sexo feminino (167 adultos e 17 menores), ou seja 51% de homens e 49% de mulheres.

Dos 376 doentes entrados de Janeiro a Novembro, 129 (34,30) tinham a idade entre 21 e 30 anos; 106 (38,19% entre 31 e 40 anos; 53 14,09%) entre 41 e 50; 50 (13,29%) entre 11 e 20 anos; 28 (7,44%) entre 51 a 60 anos; 5 (1,32%) entre 61 e 70 anos; 3 (0,79%) entre 71 e 80; apenas um entre 1 e 110 anos e entre 81 e 90 anos 0,26.

Não tivemos nenhum internado com idade superior a 90 anos.

Dos doentes internados, 214 (56,91%) eram solteiros, 140 (37,23%) eram casados e 22 (5 85%) viuvos, perfazendo o total de 376 pacientes.

Entradas pelas doenças mentais: — Dos 376 internados no período de Janeiro a Novembro de 1939, 82 (21,82%) receberam o diagnóstico de psicose maníaco depressiva; 63 (16,75%) de esquizofrenia; 38 (10,10%) de pisicose epiletica; 34 (9,04%) de psicose hetero toxica; 21 (5,58%) de psicose infecciosa; 19 (5,05%) de personalidade psicopática; 15 (3,98%) de psicose auto-tóxica; 15 (3,98%) de oligofrenia; 11 (2,92%) de paralisia geral; 10 (2, 65%) de psicose de decadência (pre senil e senil); 7 (1,86%) de neuro-sifilis Six-cerebral e psicose tabida); 5 (1,32%) de pafrenia e delirio sistematizado crônico; e 5 (1,32% de psicose por afecções cerebrais (traumatismo, artério-esclerose, afecções orgânicas do sistema nervoso). Além destes, 23 internados receberam o diagnóstico de — não alienados — e eram na maioria presos de justiça e menores recolhidos à ordem do Juiz, para exames físico psicológico e pedagógico. Estão em observações e por esse motivo ainda não receberam diagnóstico, 28 doentes.

Serviço de Laboratório: — Durante o período de Janeiro a Novembro de 1939, foram feitas 221 soro-reações de Wassermann, 155 exames para pesquisa de hematozoário, 15 exames de liquido céfalo raqueano (R. de Wassermann), (benjoim coidal, contagem de glóbulos e dosagem de albumina), exames de escarros, fezes, urina, etc., num total de 416.

Além desses exames, muitos outros foram feitos no laboratório da Diretoria Geral de Saúde do Estado.

Lepra: — A Interventoria Federal do Estado, por intermèdio da Diretoria Geral de Saúde, fez tudo quanto esteve a seu alcance para resolver este dos mais importantes problemas de Saúde Pública do Estado. Isto posto e ao par da assistência prestada aos hanseanos, com o Lazarópolis do Prata, um dos mais bem aparelhados do Norte, não se descuidou de seu aspecto clínico, aparelhando o Serviço de Saúde dos recursos para o fichamento dos casos novos e seu tratamento em dispensário. Portanto, além do Leprosário que abriga e mantem mais de 800 doentes, garantidos por um corpo de funcionários especializados, sob a direção de um técnico que é um grande e abenegado leprólogo, o Dr. Alfredo Bluth e um médico de nosso Serviço, podemos contar mais com o Dispensário Souza Araujo, construido e inaugurado pela Interventoria atual, tambem sob a direção de um médico especializado, com o curso de leprologia na Capital da República, o Dr. Nilson Silva, e mais dois médicos de nossa Diretoria Geral, realiza a questão social da lepra, fazendo o possivel para jugular casos novos, utilizando-se dos métodos mais modernos, quer se trate de despistar os casos suspeitos de lepra nervosa, não contagiante, quer os casos de lepra aberta que serão imediatamente isolados e internados convenientemente. Neste setor, aliás, estamos contando com a decidida cooperação das autoridades federais, que têm em construção o Leprosário de Marituba e têm destinado verbas para manutenção e ajuda para aumento das instalações do Prata.

Sobre o importante assunto tomamos o relatório do dr. Nilson Silva, inspetor geral da Lepra:

A PROFILAXIA DA LEPRA NO ESTADO DO PARÁ NO ANO DE 1939

Princípios gerais da Profilaxia

O contrôle da Lepra deve ser orientado pelos seguintes princípios fundamentais relativos à patologia e epidemiologia da doença, levando-se em conta tambem para os detalhes da campanha as condições particulares de cada região a sanear:

1 — A Lepra é uma doença contagiosa transmissivel de homens para homens.

2 — O mecanismo da transmissão é provavelmente múltiplo, fazendo-se mais frequentemente por contacto direto e tambem, mais raramente, indiretamente por meio de objetos contaminados, picadas de mosquitos, etc.

3 — O contacto íntimo e prolongado do são com o doente é o mais apto à transmissão. Esta condição é favorecida pela vida em comum, daí poder-se considerar a Lepra como uma infecção doméstica, recrutando-se os casos novos principalmente entre os familiares dos doentes.

4 — O gráu de contagiosidade varia dentro de largos limites com o tipo da doença, a extensão das lesões e fatores acessórios que influem na disseminação e sobrevivência do virus no meio ambiente, ainda não bem estabelecidos. O tipo lepromatoso dá mais de 90 % dos casos novos.

5 — As crianças são as mais perigosas fontes de contágio e são grandemente suscetíveis à infecção. E' provavel que, senão todas, a mór parte das contaminações, nos logares de lepra endêmica, se façam nos primeiros anos da vida, podendo ou não a moléstia de-

senvolver-se por ocasião de crises na resistência imunitária ou humoral do organismo.

6 — O intenso crescimento dos primeiros anos da vida, a puberisação, a gravidez, a menopausa, as doenças debilitantes e anergisantes são condições que favorecem a eclosão e o agravamento da doença.

7 — A precaridade de hábitos de higiene corporal, vida promíscua, má alimentação, falta de tratamento de outras dermatoses etc, são tambem fatores que facilitam grandemente a disseminação da Lepra.

8 — O tratamento da Lepra atingiu um alto gráu de perfeição, permitindo o seu uso como poderosa arma profilática, pois diminue acentuadamente a importância das fontes de contágio e mesmo as extingue.

9 — O charlatanismo médico e farmacêutico, espalhando processos inadequados e perigosos de tratamento e exaurindo os doentes de seus recursos, constitue um grande entrave à profilaxia.

10 — Todos os casos, mesmo os de sintomatologia dermatológica muito discreta, podem constituir já perigosas fontes de contágio, merecendo por isso cuidados especiais.

Medidas sanitárias necessárias à profilaxia

1 — O isolamento compulsório dos casos de Lepra pela ordem seguinte: *a*) criança da forma lepromatosa com extensas lesões; *b*) adultos da forma lepromatosa gráu 12 e 13; *c*) crianças e adultos da forma nervosa nuco-positivos; *d*) casos nervosos que não tenham subsistência assegurada e não possam exercer nenhuma atividade profissional; *e*) casos lepromatosos incipientes onde não fôr possivel o tratamento e vigilância eficaz.

2 — O isolamento deverá ser feito em Asilo e Colônia ou em domicílio. Entre nós só em casos excepcionalissimos será permitido o isolamento em domicílio, sempre precário e de dificil fiscalização.

3 — O tratamento ambulatório será compulsório e sistemático para todos os casos não internados e será feito em ambulatório para os casos bacteriologicamente negativos ou pelos menos muco-negativos.

4 — Não devem ser internados os doentes em condições de tratamento ambulatório nem devem permanecer no hospital as formas benignas, incipientes ou negativas (casos tuberculoides, nestésicos, maculosos e mesmo lepromatosos incipientes).

5 — Devem ser envidados todos os esforços para encontrar-se os casos quando a doença ainda se acha nos seus primeiros estádios.

6 — Para isso deverá ser feito o trenamento de médicos e enfermeiros no reconhecimento dos sintomas iniciais da Lepra, sendo necessário difundir e facilitar a assistência dermatológica às populações pobres e realizar a educação sanitária da população e propaganda sobre a necessidade do tratamento precoce de quaisquer dermatoses.

7 — Deve ser instituido o tratamento obrigatório de todos os casos de Lepra pelo Serviço ou por médico que mereça confiança deste.

8 — Todos os familiares (contactos) dos casos de Lepras devem ser examinados periodicamente.

9 — E' necessário impedir por todos os meios a propaganda e venda de produtos especiais para a Lepra não aprovados pela Saúde Pública e impedir a venda dos aprovados, sem a respectiva prescrição médica exigida pelos regulamentos em vigor.

10 — E' necessário intensificar a instrução sanitária do povo com a finalidade de difundir os conhecimentos fundamentais sobre a epidemiologia, diagnóstico e tratamento da Lepra, bem como melhorar as condições higiênicas em geral e especialmente os que dizem respeito à higiene da pele.

11 — As crianças doentes ou comunicantes devem merecer cuidados especiais quanto ao tratamento e vigilância, devendo ser separadas em estabelecimentos ou pavilhões especiais, completamente separados dos logares para internação de adultos e providos de escolas primárias e profissionais nas instituições para doentes.

Serviços realizados em 1939

Funcionaram as seguintes secções:

a) Direção, secretaria e arquivo técnico.
b) Estatística e almoxarifado.
c) Elucidação de diagnóstico e Revisais.
d) Exame de comunicantes.
e) Tratamento.
f) Vigilância sanitária sobre os doentes da capital que aguardam internação.
g) Serviço de remoção.
h) Laboratórios.
i) Propaganda e educação sanitária.

Para *Elucidação de diagnóstico* foram examinadas 985 pessôas, sendo encontrados 222 doentes ou seja uma percentagem de positividade de 22,5%.

Comunicantes foram examinados 296. Para os comunicantes suspeitos foi solicitado o exame da respectiva secção.

Foram removidos para a Lazarópolis do Prata por intermédio do Dispensário 151 doentes. Na secção de tratamento houve a frequência de 2.600 pessôas, sendo aplicadas 1918 injeções de medicamentos contra a Lepra.

Dos Serviços de Laboratórios apenas funcionou o de bacterioscopia, desde de Setembro, tendo suas atividades interrompidas no mês de Dezembro por licença concedida pelo Governo do Estado ao respectivo microscopista. Foram realizados 1.448 exames microscópicos. Colaborou com o Serviço o Laboratório Central da Diretoria de Saúde, que procedeu aos exames sorológicos e o Instituto de Patologia Experimental do Norte, onde se realizaram as verificações histopatológicas necessárias «Elucidação do Diagnóstico».

Tambem o Serviço de Visitadoras colaborou com este Serviço, realizando os inquéritos a domicílio solicitados.

Para educação sanitária foram distribuidos entre os doentes boletins de instrução sanitária fornecidos pelo SPES do Departamento Nacional de Saúde e publicados nos jornais diários diversos artigos de divulgação e conselhos sanitários, bem como foi dado um pequeno curso de Leprologia para Enfermeiras Visitadoras.

No mapa anexo consta a especificação por semestres do movimento do Serviço, pelo qual se pode verificar a intensificação que se poude conseguir no 2.º semestre de 1939.

Os gráficos inclusos permitem constatar a variação mensal do movimento do Dispensário, com melhoria de todos os Serviços, principalmente Exame de suspeitos e Tratamento, salvo nos meses de Novembro e Dezembro em que o crescimento do trabalho deve ser atribuido ao afastamento de dois médicos do Serviço, um para realizar o Curso de Higiene e Saúde Pública nesta Capital e outro para representar o Serviço nos trabalhos da 1.ª Conferência de Assistência Social aos Leprosos reunida no Rio de Janeiro em Novembro de 1939.

Condições especiais da endemia no Estado do Pará

Peculiaridades regionais de clima, situação geográfica, incidência do mal e outras dão do ponto de vista epedemiológico, uma situação singular ao problema da Lepra no Estado, diversos em detalhe das condições existentes em outras regiões do país.

Apezar de não se dispor ainda de uma investigação epidemiológica completa e bem conduzida, contudo pelos dados até agora recolhidos e pela história da luta contra a Lepra neste Estado pode-se concluir ser muito elevada a incidência da Lepra no Pará, como um dos mais elevados índices do país o qual provalvemente ainda crescerá logo que se disponha de dados mais completos.

No vale do Amazonas se encontram as mais propícias condições geográficas para difusão da Lepra. Situada de um lado e outro da linha equinoxial, essa região constitue com as Guianas, Colômbia e Venezuela o grande foco tropical da América (WADE).

«Não excluindo a possibilidade de vicejar noutras circunstâncias a epidemiologia mostra contudo que a Lepra, do ponto de vista geográfico, tem acentuada predileção pelas planicies e pelos trópicos. O grande vale do Amazonas e seus tributários preenche, desde ângulo epidemiológico, ótimo de condições favoráveis à disseminação do mal.

«O clima quente e húmido com chuvas abundantes durante todo o ano, representa outro fator reconhecido que, neste Estado, facilita a semeadura e germinação do perigoso Mycobacterium. (Rogers e Miur»).

«Vasta região despovoada, necessita a grande Planicie, durante muitos anos ainda, para sua colonização do afluxo de correntes migradoras, material novo, na mór parte virgem de contacto com o micróbio da Lepra e que contribuirá para manter sempre intenso o foco leprogênico nesta zona do país.»

«A cultura em geral e especialmente a cultura sanitária, apezar do grande esforço realizado pelos governos nos últimos anos, ainda não poude ser difundida, como seria necessário, por toda a população e sobretudo pela população mais castigada das endemias—a do interior. Todos os que trabalham no combate à Lepra em todo o mundo sabem a importância que tem este fator disseminação da doença impedindo por um lado a assistência e a vigilância médicas e por outro lado favorecendo, pela promiscuidade e deficiência de higiene, a difusao do mal».

As condições econômicas tambem agravam a situação do problema, impossibilitando o governo de ampliar rapidamente o apare

Saude Publica do Pará — Serviço de Engenharia Sanitaria em Belem

lhamento antileprótico e impedindo os particulares de lutar contra a difusão da Lepra pelo levantamento de seu padrão de vida.

Tem portanto a Lepra, infelizmente, em nosso Estado, o ótimo de condições para vicejar, exigindo sua profilaxia no Estado o máximo de esforços, tanto do governo como dos particulares e realizado sem interrupção durante muitos anos, tantos quantos forem necessários para o contrôle completo da difusão do mal, significando sua interrupção ou enfraquecimento a perda dos capitais e do trabalho já empregados como o demonstrou a atual situação do Estado, do ponto de vista da endemia leprótica.

Sugestões para 1940

Conforme se verifica dos dados sobre o movimento de 1939 acima expostos, muitos dos setores da campanha contra a Lepra estão com o trabalho ainda incipiente. A secção de propaganda e educação sanitária (SPES) p. ex. necessita ter no corrente ano um desenvolvimento e amplitude muito maiores. E' necessário ter em primeiro logar uma pessôa que tome a seu cargo a orientação deste serviço, não sendo necessário para isso especialista em leprologia, mas que tenha conhecimentos rudimentares sobre a doença e seja inteligente e cuidadosa. Aos médicos do S. P. L. incumbirá a redação de pequenos artigos de divulgação para serem impressos ou irradiados como já vem sendo feito. Conselhos sanitários em linguagem simples e focalisando os princípios fundamentais da patologia, tratamento e profilaxia da Lepra devem ser publicados e irradiados repetidamente. Tambem em boletins e folhetos devem ser espalhados os conhecimentos elementares sobre a doença, além da instrução direta que deve ser dada ao doente e sua familia sobre os meios de controlar a difusão do mal. Propaganda por meio de cartazes, mostrando que os meios de luta contra a Lepra devem ser levados a efeito sobretudo no interior. Cursos elementares sobre o diagnóstico da doença devem ser dados a professores, enfermeiros, estudantes superiores e médicos.

A secção de Elucidação precisa ter o seu trabalho muito entensificado. E' necessário proceder o exame dermatológico das corporações ou agremiações compreendido aí, em primeiro logar, o exame sistematizado dos escolares com o fim principal de encontrar as lesões iniciais da doença e em seguida o de fábricas, sindicatos e outros estabelecimentos. Tambem é necessário intensificar o exame de portadores de outras dermatoses. Para isso, já em 1939 começaram a funcionar dois ambulatórios para tratamento de doenças da pele que devem ser melhorados e ampliados, não só quanto ao material como ao pessoal cuidadoso e habilitado. Estes ambulatórios devem funcionar em locais acessíveis sobretudo à população pobre dos subúrbios, sabendo-se que é entre esta gente que lavra principalmente o descaso pelas doenças da pele que não incomodam, abandonadas à sua própria evolução se não fôr extremamente facilitada a assistência médica oferecida pelo Estado.

A secção de comunicantes deverá merecer cuidados especiais este ano. Seu funcionamento foi precário em 1939, conforme se vê dos gráficos anexos. O exame dos comunicantes deverá equiparar-se ou exceder o número de pessôas examinadas na secção de Elucidação, o que não vem acontecendo ainda. Este serviço deve ser centralizado na Capital, mas o exame periódico destes comunicantes deverá ser feito

em diversos logares. Mesmo na capital tal exame poderá ser feito, além do Dispensário Central, nos ambulatórios para Doenças da Pele, mais próximos da residência dos doentes. Todas as fichas deverão, porém, ser remetidas para o Serviço Central, inclusive a dos comunicantes do interior. Arquivos deverão conter estas fichas, classificadas por número de ordem, por sobrenome, separando as da capital e as do interior. Os parentes dos internados que são encaminhados da capital para visitas ao Leprosário não o deverão ser se não estiverem com os respectivos exames desta secção em ordem. Tambem outros que se apresentem diretamente ao Leprosário para visita a parentes internados deverão ser examinados por médico na portaria do Leprosário e o resultado anotado em sua carteira de matrícula e remetido para a Secção Central e Posto de Higiene no caso de residir no interior.

A secção de tratamento teve constantes melhorias no seu movimento. O seu aparelhamento e organização precisam contudo de ser melhorados. E' necessário instalar a secção de fisioterápia que disponham de um aparelho para electrocoagulação e electro-fulguração assim como de um aparelho do Tipo de Noishil para corrente alternada. Talvez seja necessário, futuramente, instituir o tratamento em outros postos além do Dispensário Central, assim como turmas para funcionamento noturno, afim de atender todos os casos altamente contagiantes, cujo isolamento é obrigatório. Deve-se procurar manter tão rigoroso quanto possivel o isolamento em casa e instituir para estes casos, a título precário, o tratamento em domicílio.

Deverá ser organizada a secção para vigilância sobre os doentes com alta do hospital e intensificadas as altas do hospital de acôrdo com as condições estabelecidas pelo regulamento afim de aliviar o estabelecimento e permitir a internação de outros casos mais contagiantes livres.

Um dos mais importantes problemas a solucionar em 1940, sem o que todos os demais esforços e medidas realizadas correrão o risco de se tornarem inúteis, é o de fazer efetivo o isolamento compulsório de todos os casos que dessa medida necessitam, sob a fiscalização imediata do Serviço. O isolamento voluntário não tem nenhum valor profilático, quasi nada influindo no contrôle da difusão da doença e, por consequência, sobrecarregando inutilmente os orçamentos.

O isolamento a domicilio, nas nossas condições de vida, só muito excepcionalmente será eficaz. Portanto, para tornar eficiente o isolamento, é necessário: *a*) dispôr sempre o Serviço de um certo número de leitos nos hospitais de internação e a respectiva dotação para custeio; *b*) possibilidade de remoção facil.

Sobre os leitos necessários para o isolamento pensamos ser possivel manter ainda, pelo menos para uma primeira etapa, da campanha a sugestão de Barros Barretò de 1937 para o Estado do Pará: «Fica de pé ainda a cifra anteriormente fixada de 4.000 leprosos. De acôrdo com o critério anteriormente estabelecido dos 4.000 doentes são passíveis de isolamento 2.660, 1.684 dos quais carecem de acomodações a instalar». Arq. Hig. 27 — Mai. pg. 33).

São necessárias providências urgentes para que um tal número de leitos fique à disposição do Serviço afim de que não sejam disperdiçadas, com tentativas parciais de medidas que já provaram ser ineficazes noutros logares, as verbas invertidas na capanha, tanto as empregadas pelo Estado como as de origem federal ou particular.

Saude Publica do Pará — Serviço de Engenharia Sanitaria na cidade de Belem

Para remoção dos doentes é necessário todo o apoio das autoridades sanitárias do Estado e mesmo policiais, assim como facilidades de transporte, tais como ambulância para a capital e localidades servidas por rodovias e batelões ou barcos para o interior servido por navegação fluvial.

O laboratório, apezar de recentemente instalado, demonstrou um grande rendimento em 1939. Deve ser melhor aparelhado em 1940 e completado com outras secções como a de sorologia e histopatologia, cujos exames são atualmente feitos fóra. Tambem para o contrôle do tratamento e auxiliar de diagnóstico certo aparelhamento é necessário como estufa, banho-maria, autoclave e outros.

E' necessário estender tão rapidamente quanto fôr possivel a ação do Serviço a todo o Estado. Para isso convém, em primeiro logar treinar médicos e enfermeiros em Serviço no interior no diagnostico, tratamento e profilaxia da Lepra, parecendo-me que a melhor forma de consegui-lo será instituir o estágio mediante rodizio, nas diversas secções do Serviço na Capital. Em seguida, deverão ser instaladas nos Postos de Higiene do interior secções organizadas nos mesmos moldes das da Capital e perfeitamente articuladas com o Serviço Central quanto à remessa e troca de dados e fichas, além de, possivelmente, uma fiscalização direta por intermédio de inspetorias intinerantes.

DISTRIBUIÇÃO SEMESTRAL DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELO S. P. L. EM 1939

	1.º SEMEST.	2.º SEMEST.	TOTAL
Elucidação de diagnóstico			
Pessôas examinadas como suspeitas	270	715	985
Doentes novos fichados	92	130	222
% de positividades	34,0	18,2	22,5
Secção de contactos			
Comunicantes examinados	15	281	296
Serviço de remoção			
Doentes internados	41	110	151
Secção de tratamento.			
Frequência	336	2264	2600
Injeções aplicadas	207	1711	1918
Serviço de laboratório			
Exames negativos	267	995	1262
Exames positivos	96	157	186
Total de exames	296	1152	1448
% de positivos	9,8	13,6	
% de negativos	90,2	86,4	
Lazarópolis do Prata			
Entradas—Internações	61	107	168
Fugas	5	21	26
Altas	0	4	4
Saídas —Obitos	61	48	109
Total de saídas	66	73	139
Existem internados			857

Internamentos : —O total de internados durante o ano de 1939 aumentou. A maior leva que chegou ao Prata veio de Santarém. Gente constituindo em sua maior parte casos avançados da doença, o que demonstra o índice elevado da lepra naquela região. Nos últimos meses do ano não houve levas maiores, por falta de maior número de carros sanitários na Estrada de Ferro de Bragança. Desta maneira o Prata continúa ainda com a capacidade não aproveitada para cem internamentos. A proporção entre homens e mulheres internados ficou quasi exata de dois por um, que é a proporção observada na maioria dos leprosários do mundo.

A média dos falecimentos, de 11,16 %, não é tão elevada em se considerando que os leprosos internados no Prata, mais ou menos 20 % dos leprosos de todo o Estado do Pará, naturalmente, representam, em conjunto, as formas mais adiantadas da doença. As causas mais frequentes de mortalidade são : tuberculose pulmonar e nefrite.

Aumentou muito tambem o número dos nascimentos, evidenciando-se assim o efeito benéfico do tratamento específico, o que não deixa de ser face pouco desejavel da questão.

Serviço médico : —O tratamento específico é aplicado da maneira mais intensiva possivel. O grupo maior dos internados sem tratamento específico compõe-se exclusivamente dos doentes do antigo Asilo do Tucunduba, velhos doentes, de 15 até 50 anos de lepra, profundamente acéticos e pessimistas. E de um grupo menor, talvez, o grupo do Prata, de casos tão adiantados de quem se não pode esperar melhoras consideráveis.

Uma grande atenção foi dispensada aos assuntos de malária e verminose. Quasi 100 % dos doentes que vêm de fóra são opilados. Pelos exames microscópicos sistemáticos e pelas medicações específicas, foi possivel combater eficientemente o ancilostoma e o tricocéfalus. Existe ainda bastante áscaris.

A questão da malária, tão assustadora, há poucos anos atraz, foi resolvida pela petrolização e ixtinção dos fócos, e pela medicação combinada de Atebrina e Plasmoquina. Esta medicação se mostrou no Prata superior a qualquer outro tratamento. Hoje, a maior parte dos casos de malária, vem de fóra, vem com os internados novos, quasi sempre impaludados crônicos.

Um assunto importante a respeito do melhoramento das condições fisicas e morais dos menores de ambos os sexos foi resolvido satisfatoriamente. Conseguimos instalá-los em pavilhões separados e bem aparelhados.

Si é verdade que a alimentação dos internados tornou-se abundante, principalmente pelos esforços do atual diretor do Departamento de Saúde, continúa, entretanto, deficiente, com respeito às vitaminas, pois que faltam na maioria dos gêneros alimentícios que as condições locais se nos oferecem. Estamos empenhados em melhorar esta situação, animando e protegendo a cultura de verduras pelos próprios doentes e estudando a possibilidade de distribuir arroz não polido, rico em vitaminas B, de tamanha importância à alimentação dos leprosos.

Vida social dos internados : — Dois acontecimentos foram de maior importância para a vida social desta Lazarópolis : a inauguração dos edificios da escola e do casino. Sem entrar em detalhes, é agradavel dizer que, ambas estas realizações, contribuiram muito

Saude Publica do Pará — Obras de Engenhara Sanitaria

para a elevação da sociabilidade, oferecendo entre os melhores elementos, uma verdadeira plantaforma de ação benéfica aos internados.

Uma séria preocupação constitue o ensino profissional aos menores. Enquanto a mór parte dos meninos está ocupada na turma da limpeza pública, procura-se dar aos mais aptos uma educação profissional mais adequada, como aprendizes nas várias oficinas existentes e dirigidas por mestres doentes.

Infelizmente, os resultados nem sempre foram bastante satisfatórios. Desejavel seria entregar e pagar a confecção das roupas e calçados, distribuidos anualmente aos internados, a oficinas de doentes para possibilitar o aumento e o melhor aparelhamento das mesmas, criando, desta maneira, novos logares de trabalhos aos profissionais existentes, como tambem a eficiência técnica aos aprendizes.

As meninas aprendem com bastante facilidade prendas domésticas com as irmãs religiosas que já projetam a instalação de uma sala de costura. A jardinagem é tambem ministrada pelas irmãs que se revelaram mestra desta arte.

A horticultura está desenvolvendo bem pela iniciativa de alguns internados; fornecendo já certa quantidade de verduras, se bem que insuficiente ainda para o consumo geral. Existe um número regular de gado cavalar, vacum, suino e lanígero, além da criação de aves domèsticas. A caixa beneficente, cuja tarefa principal é a distribuição de donativos e pequenos auxílios aos mais necessitados, tenciona construir um estábulo para gado vacum, afim de produzir maior quantidade de leite. Acha-se em franco progresso a agricultura. Enquanto foram cultivadas pelos doentes no ano passado 34 tarefas de terra, neste ano foram roçadas nada menos de 100 tarefas.

MALÁRIA

PLANO PARA SUA PROFILAXIA NO ESTADO DO PARÁ

E' o impaludismo, incontestavelmente, um dos maiores flagélos que diminuem a capacidade de desenvolvimento e evolução das populações do norte do Brasil; quer da que se localiza nas grandes capitais, quer da que se aventura para o seu interior.

Sómente ele é responsavel pela demora de progressão dos agregados de corajosos desbravadores da selva amazônica; determinando sua mudança periódica, tangidos pelo morticínio e pelo enfraquecimento de sua energia produtora.

Daí decorre essa quasi impossibilidade de evolução desses Estados, impedidos de acompanhar os seus irmãos do Sul nessa ascenção vertiginosa de progresso que está fazendo um Brasil cada vez maior.

Isso é de natureza a chamar a atenção dos poderes públicos responsáveis pela administração Nacional; maximé quando, todas as medidas postas em prática, têm falhado, não valendo todo o trabalho feito e toda a energia empregada, técnica, científica ou materialmente falando.

Devemos isso, em parte, à magnitude do problema; à vastidão de seu enunciado.

Devemos isso à quasi impossibilidade de subsidiar, com os pequenos recursos do Estado, trabalhos de tão grande monta, fechados tal qual estamos dentro de imperativos geográficos pouco menos que insuperáveis, importando isso em dizer que, só o poderemos realizar ou resolver com a ajuda decidida do Governo da República.

E' certo que não nos temos descurado quanto à necessidade de impedir que o impaludismo campeie livremente; e, grande já tem sido o nosso trabalho, notadamente na Capital, para diminuir os seus precalços.

E' óbvio, porém, que não sòmente a Capital precisa de assistência contra a malária. O problema aumenta e se amplia quando nos certificamos que bem mais grave e bem mais dificil de combater, o impaludismo castiga severamente o interior do Estado.

Então a proporção do esforço a empregar se multiplica assustadoramente, reduzindo ainda mais a capacidade econômica do Estado para debelá-lo.

Não queremos demorar na técnica utilizada pelos malariólogos nacionais para combater essa endemia, com que nos conformamos plenamente. Traduz-se, na maioria dos casos, em engenharia sanitária para diminuição do teôr dos transmissores e completa-se pela vigilância cuidadosa dos portadores de germens e defesa dos bons.

Esse trabalho tem sido a rotina de nosso serviço.

Quanto à engenharia sanitária foi possivel realizar desde 1938, na Capital, todo um serviço de saneamento que ultrapassou tudo quanto tinha sido feito anteriormente.

Superfície trabalhada	10.577.442 ms2
Despesa com mão de obra	163:416$000
Custo por metro quadrado	$013,85.

Trabalhos de hidrografia sanitária:

Nivelamento	25.281 ms2
Locação de obras projetadas	7.404 m.
Caminhamentos	47.676 ms.
Levantamentos	17.652 ms.
Superfície projetada e desenhada	260.850 ms2
Demarcação de terreno	260.850 ms2

Serviço de saneamento do solo:

Roçagem de capoeirão	2.911.434 ms2
Idem de capoeira baixa	5.877.531 ms2
Terraplanagem (transporte média 50 ms.)	26.697 ms2
Limpeza e desobstrução de curso de água	26.613 ms
Construção de drenos e canais de saneamento	25.707 ms
Limpeza e desobstrução	11.982 ms
Fechamento de valas	9.003 ms.
Limpeza e desobstrução de drenos	70.671 ms.
Capina	350.616 ms.

Saude Publica do Pará — Grande vala aberta pela Engenharia Sanitaria em Belem

Para que o mesmo plano seja executado no interior do Estado temos, além disso, de considerar as condições demográficas de cada uma de nossas cidades, sedes ou não dos Municípios, estabelecendo quais os seus meios comuns de comunicação, fixando a natureza de sua produção e estudando cuidadosamente o movimento migratório de sua população, subindo os rios para as safras da madeira, da borracha, da castanha, da balata, e até para as estações de pesca.

E assim podemos estabelecer uma vigilância sanitária tão necessária para os que regressam das regiões endêmicas onde a malária impera sem o menor impedimento.

Claro que, para fazer uma vigilância dessa natureza, é força realizar um trabalho de assistência permanente traduzido por um constante enviar de recusrsos, médicos e medicamentos e uma aparelhagem muito mais eficiente do que aquela que podemos usar atualmente; fazendo mais um serviço de engenharia sanitária nas cidades maiores que deverão ser providas, além disso, de Centros de Saúde de onde irradiem conselhos de profilaxia, exigências judiciosas, resultantes de exames de laboratórios, para defender os sadios e não demorar a terapêutica específica para os atacados de formas agudas, tanto mais mortais quando não imediatamente atalhadas.

Para isso dividimos o Estado em zonas que denominaremos:

Zona do Salgado — Compreendendo Vigia e Curuçá. Seus habitantes geralmente se dedicam à indústria da pesca e quasi se não afastam de sua residência habitual, o que facilitará em muito o nosso serviço de profilaxia da malária. A população dos dois Municípios é calculada em 30.000 para o primeiro e 45.012 para o segundo.

Zona do Gurupí — Sede Vizeu. Limites com o Maranhão. Município de mais de 20.820 habitantes. As condições dessa região resultam sempre precárias em virtude de grande parte de sua população deslocar-se para o garimpo do ouro no rio Gurupí, onde o impaludismo é, positivamente, endêmico. Contrôlar a saúde desses homens e tratá-los na chegada seria o meio de evitar as disseminações contínuas do hematozoário a que estão sujeitos os que moram na sede.

Zona da Estrada de Ferro de Bragança. — Municípios de Santa Izabel, Castanhal, Igarapé-assú, Capanema e Bragança. As cidades têm a mesma denominação. Ao todo 126.572 habitantes. O trabalho de saneamento dessas cidades resultaria em grande benefício, inclusive para a Capital, em virtude de se tratar de uma região agrícola de grande importância para o Estado.

Zona do Tocantins.--Compreendendo Abaeté, Cametá, Mocajuba, Baião, Alcobaça, Marabá e Conceição do Araguaia. 97.667 habitantes. População que se locomove quasi que exclusivamente pelo percurso do rio Tocantins e parte do Araguaia, fazendo períodos certos de infestação palúdica que resulta geralmente de sua subida para o interior dos municípios em busca da borracha, da castanha e do cacáu. Curar, portanto, da garantia de uma vigilância sanitária intensa, notificação e distribuição conciente de medicamentos para os homens que voltam para as cidades, seria, a nosso ver, a medida de escolha, a mais eficiente, ao par do serviço de saneamento das cidades.

Zona da Ilha do Marajó. — Dita tambem das ilhas, Soure, Chaves, Afuá. Muaná, Breves, 129.000 habitantes. E' essa uma das regiões do Estado mais assoladas pela malária. Compreende-se que assim seja, em virtude da enorme rede hidrográfica que a corta, lagos e pântanos que lhe circundam as cidades, algumas, como Afuá, construida mesmo sobre estrados de madeira. Aí o problema vultua quasi sem solução, tais e tão variados sãos os motivos que ocasionam a infestação palúdica. Entretanto, uma assistência permanente nas cidades acima ennumeradas, providos os seus postos de abundante material de profilaxia direta, diminuida a taxa de seus gametoforos, muito é possivel realizar.

Zona do Baixo Amazonas. — Gurupá, Obidos, Alenquer, Monte Alegre, 86.000 habitantes. O mesmo problema. Engenharia Sanitária nas sedes.

Zona da Guiana Brasileira. — Macapá e Amapá. 38.000 habitantes.

Zona do Tapajós. — Santarém, Fordlandia, Boim, Aveiro ..... 50.000 habitantes.

Zona do Xingú. — Porto de Móz, Portel e Altamira. 28.000 habitantes.

Zona do Guamá. — São Miguel do Guamá, Orém e Irituia, 45.766 habitantes. Temos mais as zonas do Mojú e do Acará. Cada uma delas de grande importância econômica e consequentemente fazendo jús a um serviço de profilaxia e saneamento igual à das outras cidades das outras zonas.

Pelo enunciado, podemos calcular a importância do trabalho a realizar e que se caracteriza pela quasi modificação da topografia geralmente baixa e pantanosa da maioria de nossas cidades.

Em regra, cada uma delas, quando não assenta imediamente sobre um pântano, tem sempre dois ou três igarapés a circundá-la; e a sua conservação em estado de franco escoamento, a sua limpeza permanente, representam sempre o dispêndio de importâncias que transcedem das possibilidades econômicas quer dos municípios quer do próprio Estado.

Basta, para confirmar o asserto acima, que tenhamos em consideração as despesas feitas em Belém para mantermos mais ou menos limpos e drenados os braços de rios, bacias de igarapés, que formam a maioria de nossas «baixadas».

Dentre essas depressões as principais são :

—Igarapés do Una e Henriqueta
« do Murutucú e banhados do Utinga
« Chermont e Laranjeira
« das Almas
« do Tucunduba
« da Pedreira e a Zona alagadiça da Cidade Velha.

E' esse o serviço que teremos de repetir no interior do Estado, em cada uma das cidades, sedes dos municípios, para que possamos realizar afinal o início de uma profilaxia e saneamento racionais de grande parte da bacia amazônica.

Para isso, entretanto, concordamos com as autoridades federais que têm estudado o assunto, são insuficientes as verbas que o Estado vem empregando até hoje.

Que o trabalho a fazer é um trabalho de grande urgência demonstram-no os interesses de ordem geral, patrióticos e nacionais que eles são capazes de resolver.

Assim sendo, acreditamos que não nos faltarão os recursos prometidos pelo Governo da República; mesmo por nosso cálculo para um serviço de profilaxia eficiente, compreendida a Engenharia Sanitária, profilaxia, aparelhamento de postos do interior, montagem de pequenos laboratórios em cada um, eleva-se a 20.000.000$000, sendo 8.000 para Belém e o restante para o saneamento do interior.

Instituto de Patológia

Experimental do Norte

Instituto de Patologia Experimental do Norte, criação do governo atual.

Criado pela lei do Estado n. 59, de 10 de Novembro de 1936, vem decorrendo laboriosa e profícua, desde então, a atividade desse Instituto, realizando com toda a eficiência o programa estabelecido para os seus trabalhos científicos, dentro do salutar regimen da mais estreita colaboração com o Instituto Oswaldo Cruz.

Dotado dos laboratórios de Microbiologia, Anatomia Patológica, Entomologia, Zoologia e Fotografia, de seis biotérios destinados à criação de animais domésticos e silvestres, um serpentário, uma cocheira e uma sala de autopsias, dispõem os seus assistentes e auxiliares técnicos do aparelhamento necessário à realização de quaisquer pesquisas experimentais.

Estudantes das nossas Faculdades de Medicina e Veterinária, em número nunca inferior a quinze, dão-lhe prestimoso auxílio, em estágios anuais, acompanhando os assistentes em seus trabalhos, quer nos laboratórios, quer nas excursões frequentes ao interior do Estado.

Guardas sanitários, admitidos depois de provas de habilitação, constituem elementos eficientes nos trabalhos de campo, principalmente aos referentes à malária.

Presta-lhe o Instituto Oswaldo Cruz, além de competente orientação científica dirigida pelo dr. Evandro Chagas, valiosa assistência financeira, aplicada em obras e excursões, aparelhos e materiais para os laboratórios, aquisição de animais domésticos e silvestres, inclusive a remuneração de seus técnicos e auxiliares que vêm trabalhar no Pará.

De ano para ano avulta a sua contribuição, em vista das crescentes atividades, reclamando maiores despesas, a que infelizmente não pode atender o nosso Instituto, adstrito rigorosamente às verbas orçamentárias, fixas, subordinadas às possibilidades do Tesouro do Estado.

Ainda com o intuito de auxiliar os nossos assistentes, minorando-lhes as despesas, sujeitos que estão ao regimen de tempo integral, com modestos vencimentos, não pouco dispendeu o Instituto Oswaldo Cruz, por iniciativa do dr. Evandro Chagas, com a adaptação do Hospital «Carlos Chagas», anexo ao nosso Instituto, em casa de residência dos assistentes e sua hospedagem gratuita.

O Pará, por sua vez, contribue anualmente com a importância de cento e noventa e seis contos e duzentos mil réis (196:200$000), sob as rubricas orçamentárias seguintes :—PESSOAL— 130:200$000; CUSTEIO 60:000$000; MATERIAL—6:000$000.

Dentro de tais recursos financeiros, e com o aparelhamento técnico de que é dotado, vem o Instituto de Patológia Experimental do Norte desempenhando cabalmente o elevado objetivo de sua fundação, cooperando no estudo dos grandes problemas sanitários do

Brasil em meio do qual o extremo Norte, onde, por isso mesmo, mais e melhor se conjugam os fatores determinantes das doenças que se enraizaram em seu vasto território, constituindo-se algumas delas verdadeiras «grandes endemias».

Valiosa já é a sua contribuição, evidente nos trabalhos a que se tem consagrado dedicadamente sobre Malária, Leishmaniose Visceral Americana, Tripanosomiase Americana, Filariose e Mal de Cadeiras, alguns dos quais já insertos nos Anais do Instituto Oswaldo Cruz.

Incontestavelmente, os trabalhos de maior relevância são os referentes à malária. Iniciados no ano passado, aqui, em Belém, e anteriormente em Russas, do Ceará, prosseguiram neste ano com a mesma intensidade e vão estender-se pelo interior deste Estado e do Amazonas, bem como ao Território do Acre, na execução do notavel empreendimento que acaba de iniciar o «Serviço do Estudo das Grandes Endemias» (SEGE), chefiado pelo dr. Evandro Chagas.

Está o nosso Instituto articulado a essa grande obra sanitária não só por dois dos seus assistentes, que irão percorrer as zonas que lhes foram destinadas, como tambem pelo concurso que os nossos laboratórios vão prestar no estudo do material por eles colhido, através das referidas zonas, e ao Instituto remetido.

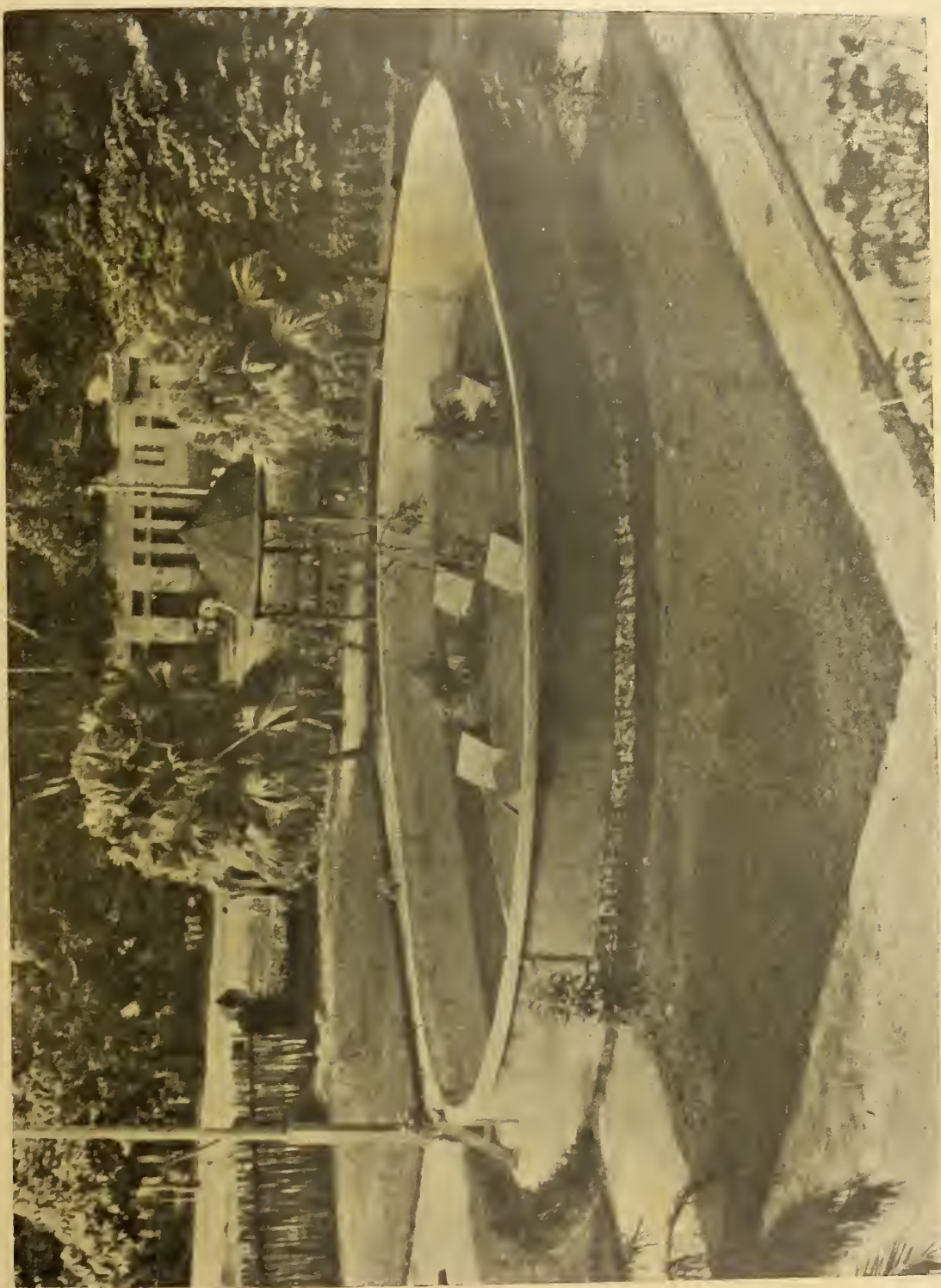
Ainda como finalidade regulamentar do Instituto de Patológia Experimental do Norte, dispondo pelo seu artigo 4.º sobre cursos de especialização para médicos e estudantes das duas últimas séries da Faculdade de Medicina, foi inaugurado em Julho do ano próximo findo um Curso de Malariologia, com progama préviamente aprovado pelo reitor da Universidade do Rio de Janeiro, dr. Leitão da Cunha, tornando-se por esta circunstância válido para todo o Brasil.

Ao Instituto Oswaldo Cruz cabe conferir o respectivo diploma aos que concluirem o dito Curso, de vez que possue este Instituto prerrogativas universitárias.

Funcionou o Curso com toda a regularidade durante seis meses, tendo sido executado a rigor todo o programa, Foram realizados exames de todas as disciplinas, à medida que finalizava o ensino de cada uma. O processo de exame seguido foi idêntico ao adotado oficialmente nas escolas de ensino superior da República. Dos quinze alunos matriculados, só onze concluiram o curso. Lecionaram as diversas matérias do programa o dr. Evandro Chagas, o dr. Souza Castro, diretor do Instituto de Patológia Experimental do Norte, e seus assistentes. O dr. Oswaldo Dourado, engenheiro do Serviço de Saúde do Estado, encarregou-se da parte de engenharia sanitária e o dr. Alfredo Bica, sanitarista federal, em sua estadia nesta capital, da parte de bio-estatística.

Nas condições em que se realizou, dispondo de abundante e variado material técnico, fornecido pelo nosso Instituto, exatamente na fase mais ativa de seus trabalhos sobre a malária, tornou-se da maior eficiência o dito Curso, preparando técnicos capazes de prestar ao Brasil os melhores serviços no combate á maior das suas endemias.

Desde o dia 12 do mês de Agosto próximo findo está funcionando o Curso de Malariologia, em seu segundo ano de vida. Matricularamse dezeseis alunos, limite regulamentar da matrícula, deixando por esta circunstância de ser atendidos vários candidatos.

E' para assinalar que figuram, dentre os matrículados, oito médicos.

Serpentario do Instituto de Patologia Experimental, creação do governo atual

No elevado intuito da mais estreita e proveitosa cooperação, mantiveram-se articulados os nossos laboratórios com os serviços de Saúde do Estado e da Delegacia Federal de Saúde, da 8ª Região Militar, do Serviço de Febre Amarela, do Museu Goeldi e da Escola de Veterinária.

As zonas destinadas aos nossos assistentes abrangem no Estado do Pará, a primeira, Santa Izabel, Castanhal, Igarapé-assú, Capanema, Bragança, Vizeu, Curuçá, Vigia, Abaeté, Cametá, Baião, Alcobaça e Marabá; a segunda, no Estado do Amazonas e no Território do Acre, compreende Parintins, Maués, Itacoatiára, Borba, Manicoré, Humaitá, Porto Velho, Guajará-mirim, Xapurí, Cruzeiro, Rio Branco, Sena Madureira, Vila Feijó, Vila Seabra, Brasilia.

Mais dois médicos, do Serviço Sanitário Federal no Estado, percorrerão as duas restantes zonas, compreendendo a primeira, no Pará, Obidos, Alenquer, Santarem, Bel-Terra, Monte-Alegre, Altamira, Soure, Salvaterra, Chaves, Macapá e Amapá; a segunda, no Estado do Amazonas, Coarí, Tefé, Fonte Bôa, Tabatinga, São Felipe, Lábrea, Barcelos e Bôa Vista.

Em toda a vasta região descrita dos dois grandes Estados e do Território do Acre vão os nossos assistentes, como os demais colegas do Serviço Sanitário Federal, incumbidos de missão da maior responsabilidade, quer científica, quer moral, devendo proceder a um inquérito preliminar sobre reconhecimento de malária, o que abrange diversos e importantes capítulos, não só concernentes à incidência do mal, como as condições físicas, econômicas, político-sociais, etc., das localidades visitadas.

E' bem de ver a grande importância de tão benemérita iniciativa, a que se associa com todo ardor o nosso Instituto.

E' oportuno consignar o que a respeito dos trabalhos de malária realizados no ano passado disse o dr. Souza Castro, diretor do Instituto, perante o Congresso Médico Amazônico : — «O Instituto de Patológia Experimental do Norte, pela organização que possue, está articulado por três dos seus operosos assistentes, os srs. Nery Guimarães, Orlando Costa e Ruy Pondé, aos vultosos empreendimentos que no Nordeste está realizando a Comissão do Estudo das Grandes Endemias, ao lado da Fundação Rockfeller, no ingente combate ao Anófeles gambæ que tanto nos ameaça em sua vertiginosa marcha invasora. Acompanhamos os trabalhos que lá se estão efetuando, de rotina e alguns inéditos, de eficiência já comprovada estes e os vamos aqui aplicando, de acôrdo com as nossas possibilidades e condições de meio. O Governo do Estado, conjugados os seus elementos com os da Delegacia Federal de Saúde, vai tambem realizando obra de vulto, como até aqui governo algum havia feito. Desta cooperação, da convergência de esforços em que tantos estão empenhados, forçosamente virão resultados tão benéficos, que se há de quebrar, estou certo, o malfadado rítimo dos surtos periódicos que nos têm acometido».

Serviço de Águas

Edificio do Serviço de Aguas, construido na administração atual.

No período de 5 de Maio de 1935 a 31 de Dezembro de 1939, a renda bruta foi de rs. 8.052:772$050 e a despesa normal de rs. 7.365:621$100 com um saldo de rs. 687:150$950.

A despesa distribuiu-se em:

Pessoal	2.242:639$450	
Material	4.976:431$750	
Quota de Previdência	146:549$900	7.365:621$100

Em 21 de Janeiro de 1936 foi instalada a Caixa de Aposentadoria do Serviço de Aguas sob a denominação de Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Aguas de Belém, título esse que, em Maio de 1937, passou a ser Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos Oficiais, em Belém.

O número de funcionários da Repartição, nomeados, é de 128; o número de operários e trabalhadores diaristas foi, em média, nesse período, de 119, compreendendo assim, nesse período, uma média de 237 pessôas.

Em 1939 recomendei que se fizesse uma revisão geral das taxas de consumo de água e desse serviço resultou um aumento de renda de cêrca de 6:000$000 mensais.

No período considerado, foram importadas peças sobresalentes para as instalações de bombeamento e de tratamento de água, na importância de 29:267$400.

A despesa do tratamento de água, com as principais substâncias químicas usadas, sulfato de alumínio, cal, cloro, importou no período considerado, em 419:135$300.

O abastecimento da cidade está se fazendo com uma média de 1.300 M/3 por hora durante 20 horas ou 26.000.000 de litros por 20 horas.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA

Ao assumir o Governo em 5 de Maio de 1935, encontrei iniciada a construção da Estação de Tratamento de Agua, á Praça Floriano Peixoto. Continuei essa obra durante vinte meses até sua conclusão e entrega definitiva ao Governo pelos contratantes em 11 de Fevereiro de 1937. Após um período de experiências, em Novembro e Dezembro de 1935, começou o funcionamento regular da Estação em 24 de Março de 1937 e desde essa data a Capital do Estado tem sido abastecida com água tratada química e mecanicamente pelo pro-

cesso de adição de substâncias quimicas, arejamento, coagulação, decantação, filtragem e esterilisação, empregando-se sulfato de alumínio, cal, cloro e usando filtros rápidos por gravidade.

Para a esterilisação total da água, dispõe a Estação de dois clorômetros; entretanto, só em experiências se usou cloro na água tratada por ser desnecessário seu emprego regular, dadas as bôas condições higiênicas em que fica a água depois de tradada, como já mencionamos.

Repetidas análises bacteriológicas feitas pela Diretoria Geral da Saúde Pública do Estado, em diferentes épocas, nesses trinta e dois meses de serviço regular da Estação de Tratamento, relativamente às amostras de água tiradas na cidade, em diferentes pontos, acusaram um índice colimétrico zero (0), o que comprova a eficiência do serviço de tratamento adotado.

A capacidade total de 9.000 M/3 dos decantadores está prevista para atender a um consumo de 2.000 M/3 de água por hora com um tempo de decantação de 4 1/2 horas.

A capacidade de filtração dos seis filtros é de 1.500 M/3 por hora, tendo-se deixado o necessário espaço para construir mais dois filtros, afim de elevar a capacidade da filtração a 2.000 M/3 por hora.

Anexa à Estação de Tratamento está a Estação de Bombeamento de Agua Filtrada, iniciada em 13 de Outubro de 1935, e construida inteiramente na minha administração, com capacidade para recalcar 1.500 M/3 de água por hora contra uma elevação de 30 metros; dotada de dois grupos turbina a vapor-bomba centrífuga e de duas caldeiras Babcock Wilcox.

Na construção da Estação de Tratamento de Agua e Estação de Bombeamento de Agua Filtrada foi despendida a importância de 1.462:791$560, conforme abaixo discriminado:

TOTAL PAGO NO ATUAL GOVERNO:

Estação de Tratamento de Agua		
Construção, montagem e administração	605:656$080	
Areia................................	35:000$000	640:656$080
Estação de Bombeamento de Agua Filtrada		
Construção e maquinismos..................	567:720$080	
Maquinismos de reserva	254:415$400	822:135$480
		1.462:791$560

Para servir as duas caldeiras da Estação de Bombeamento de Agua Filtrada construiu-se uma chaminé medindo 18 metros de altura, com diâmetro médio interno de 1m,05 e externo de 2m,25. Outras obras conexas foram feitas para perfeita garantia de execução do serviço, como sejam: um canal aductor de água filtrada, comunicando o canal coletor da água da Estação de Tratamento com os pôços de aspiração das bombas de recalque da Estação de Bombeamento com 68 metros de comprimento e secção de 1m,2; canal de descarga,

para serventia de diversas descargas de limpeza dos decantadores e da lavagem dos filtros, medindo 260 metros de comprimento e secção de 1m,2, ligando o canal geral de descarga da Estação de Tratamento com os terrenos baixos da Avenida São Jerônimo, com escoamento para a Baía do Guajará. O volume da escavação foi de cêrca de 800 M/3; o volume de concreto foi de 180 M/3. Neste canal e no de Agua Filtrada foram empregados 6.514 quilos de ferro. Uma aductora de alimentação, estabelecendo a ligação entre a canalização atual, alimentada pelo Utinga e a Estação de Tratamento de Agua, com 294 metros de extensão. Além destas obras há a assinalar a linha de recalque de água filtrada com tubos de ferro fundido de 0,84 e 0,65 para o tanque de São Brás, com 168 metros de extensão; a colocação de dois «Y», sendo um ligando a aductora, em conduto forçado, do Utinga, com a aductora de alimentação da Estação de Tratamento, e outro ligando diretamente a canalização de recalque de água filtrada e alimentação do Reservatório de São Brás com a canalização distribuidora da cidade; e a aquisição de seixos e areia para os filtros. Os seixos foram adquiridos em Quatipurú e a areia obtida nas praias do Mosqueiro — Murubira, tendo sido peneirada em crivos especiais confeccionados no Serviço de Aguas. O serviço de extração e preparo desta areia durou 9 meses, representando uma economia de 234:400$000, pois, areia e seixos obtidos dentro do Estado, embora com grande sacrifício, custaram cêrca de rs. 58:000$000, sendo que os seixos importaram em 23:000$000 e a areia em 35:000$000. Dito material, se fosse importado, teria custado $ 18.275, ou sejam 292:400$000 da nossa moeda. O material importado para esta Estação de Bombeamento foi: – cimento, 2.500 sacos, das marcas «Portland» e «Excelsior» que custaram 16:468$800; ferro para as obras de cimento armado, 10.000 quilos no valor de 7:768$750; uma caldeira Babcock Wilcox de 200 HP, para uma pressão efetiva de 200 libras, do custo de £ 1.560,00 correspondente a 139:620$000 ao câmbio de 89$500; uma bomba centrífuga «Goulds», acionada diretamente por uma turbina a vapor «Terry» com capacidade para bombear 1.500 M/3 de água por hora, com uma pressão de três atmosferas do custo de $ 6.170,00 correspondente a 111:862$100, ao câmbio de 18$130. Para assegurar a continuidade do serviço, em caso de reparos na bomba turbina e na caldeira, foram importadas: — uma caldeira Babcock Wilcox de 200 HP, para uma pressão de 200 libras, por £ 1.660,00 e uma bomba centrífuga «Goulds» acionada diretamente por turbina a vapor «Terry», com capacidade para bombear 1.500 M/3 de água por hora, por $ 6.600,00 no valor de 253:960$000.

CENTRAL DE ENERGIA ELÉTRICA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA

Afim de se evitarem os graves inconvenientes da falta de luz e de interrupção do serviço de motores e do compressor, o que impedia as manobras necessárias na Estação de Filtros quando faltava energia fornecida pela Companhia de Eletricidade Paraense, mandei organizar uma central de fornecimento de energia elétrica para força e luz, servindo todas as dependências da Estação de Filtros e da Estação de Bombeamento de Agua Filtrada.

Para esse fim, além das linhas de diversos materiais necessários foram intalados um alternador trifásico de 3 KVA, um motor a vapor e um quadro de distribuição, dispendendo-se 13:804$500.

SERVIÇOS NA CIDADE

No período considerado, foram despendidos 394:958$500 em instalação de novos condutores e reformas de condutores, para aumento e conservação da rêde distribuidora de água.

Nesses trabalhos, para aumento e conservação da rêde da cidade, foram empregados 5.794,07 metros de novos condutores gerais de 11/4" a 4", e foram reformados 9.419m,79 de condutores gerais, beneficiando diretamente 86 quarteirões com cêrca de 1.627 derivações.

Foram feitas limpezas de condutores gerais que ficaram em condições normais de abastecimento, beneficiando diretamente 25 quarteirões com cêrca de 290 derivações.

Em outros serviços diversos para melhoramento de abastecimento e conservação da rêde, rebaixamento e levantamento de gerais, construção de caixas para válvulas, serviços de vasas, retiradas de hidrômetros, canalizações internas nos departamentos públicos, foram dispendidos 205:477$800.

Em serviços por conta da Prefeitura Municipal de Belém e por conta do Governo Federal, 5:534$600. Em serviços por conta de particulares, 311:465$600.

Com uma despesa de 34:568$900, importou-se, em 1937 e 1938, 163 hidrômetros para derivações de diâmetros de 1 1/2 e 4", afim de fiscalizar os casos de maior consumo. As dificuldades econômicas gerais impediram de fazer-se maior importação desses aparelhos, cujas vantagens para o aumento da renda e redução do desperdício de água estão apuradas.

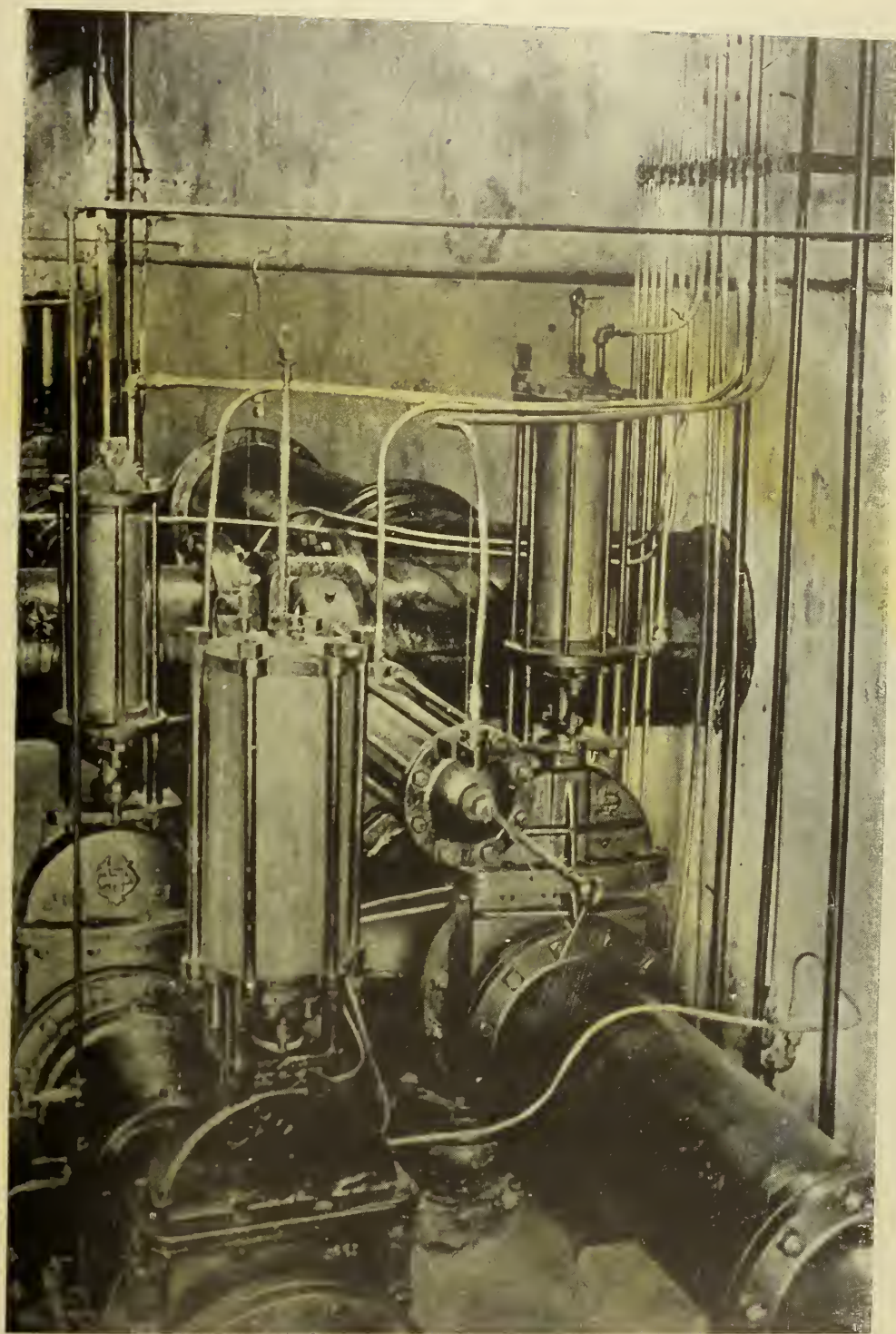
Em 5 de Maio de 1935 a rêde distribuidora alimentava 14.390 derivações; em 31 de Dezembro de 1939 alimentava 16.234 derivações, com um aumento de 1.844.

Por conta de particulares foram efetuadas 1.844 derivações novas; reformadas, 1.677; limpas, 932, com uma despesa de conjunto de 311:465$600.

Dentro das possibilidades econômicas do Estado, prossegue-se na reforma da rêde distribuidora, providenciando para os convenientes aumentos dos diâmetros das canalizações gerais. Está merecendo a melhor atenção do Governo a extensão do abastecimento a todos os bairros da cidade.

SERVIÇOS NO UTINGA

Continuei, até terminar, a construção da nova Estação de Bombas de Buiussuquara e despendi na mesma, com seus serviços conexos de aducção e recalque, a importância de 209:263$700.

Essa Estação, alimentada diretamente pelo Canal de Buissuquara por uma aductora de 0,85 de diâmetro interno, de 200 metros de extensão, tem capacidade para recalcar 1.500 M/3 de água por hora contra uma elevação de 42 metros e alimenta diretamente a Estação de Tratamento de Agua, e está equipada por um grupo de turbina-bomba centrífuga e uma caldeira, além dos necessários accessórios.

Aspecto das máquinas do Serviço de Aguas, construido na administração atual.

Em Junho de 1939, providenciei para encomenda de uma nova caldeira de reserva e até Dezembro desse ano ficou terminada a construção do prédio para receber essa nova caldeira.

Nessa construção, em 1939, com preparo do terreno, movimento de terra, escavação de alicerces, extração de pedra, areia e madeira e transporte dos mesmos, construção do prédio, medindo 12 metros de comprimento; 6m,60 de largura; 7m,00 de altura, despendeu-se 24:512$000 de mão de obra e 12:752$700 de materiais.

Em diversos serviços de conservação dos mananciais, confecção de peças diversas, reparo de máquinas, conservação de estradas e das aductoras, conservação da barragem da represa Iuna e organização da barragem de Buiussuquara, despendeu-se 338:723$700.

Uma providência de grande alcance para a segurança do abastecimento foi posta em prática em 1937, mediante a construção de uma nova barragem na zona de Buiussuquara, com 270 metros de extensão e movimento de terra e pedra de cêrca de 4.000 M/3, formando uma represa auxiliar, com cêrca de 1.000.000 M/3 de capacidade, permitindo o isolamento ocasional da represa Iuna e canal Iuna para qualquer conveniência do serviço.

Dispendeu-se nessa barragem 16:351$000.

Anualmente, aproveitando o tempo de inverno, tem-se procedido à limpeza gradual das bacias das represas Iuna e Buiussuquara.

No periodo de 1.º de Maio a 31 de Dezembro de 1939. fôi o seguinte o movimento econômico-financeiro da Repartição

Especificação	RECEITA				
	ANOS				
	1935	1936	1937	1938	1939
	(Maio a Des.º)				
Renda bruta arrecadada...	1.151:835$350	1.723:660$600	1.720:691$300	1.721:339$200	1.735:245$600
	DESPESA				
	ANOS				
	1935	1936	1937	1938	1939
Pessoal...	261:793$100	433:312$500	507:130$1[illegible]0	527:417$600	512:986$100
Material..	662:271$860	1.068:659$010	1.164:022$480	953:609$600	1.127:868$800
Quota de Previdência	$	32:904$800	37:667$600	37:846$100	38:131$400
	924:064$960	1.534:876$310	1.708:820$230	1.518:873$300	1.678:986$300

Tratamento de aguas de Belém — Tanques de agua filtrada

AUMENTOS DE CANALIZAÇÃO EM GERAL

ANOS	RUAS	Dimensões	Material	Mão de obra	TOTAL
1935	Av. Conselheiro Furtado, entre 14 de Abril e Caldeira Castelo Branco..	174mts. ; 2"	2:904$200	513$000	3:417$200
	Travessa Nina Ribeiro, entre Avenida Ceará e Cipriano Santos....... ...	450 » ; 1 1/2", 2" e 2 1/2"	8:433$400	874$500	9:307$900
	Tv. Almirante Wandenkolk, entre Bôaventura da Silva e Domingos Marreiros..	50 » ; 1 1/2"	590$000	71$000	661$000
	Rua São Miguel, entre Apinagés e Tupinambás...........................	130 » ; 2"	679$700	106$200	785$900
	Travessa Dr. Morais, entre Gentil Bittencourt e Conselheiro Furtado...	161 » ; 2", 2 1/2" e 3"	3:803$500	404$000	4:207$500
	Rua Pariquis, entre Serzedelo Corrêa e Dr. Morais	40 » ; 1 1/4" e 1 1/2"	491$500	55$500	547$000
1936	Travessa Breves, entre Tamoios e Mundurucús......	181,47 ; 2"	3:469$700	285$500	3:755$200
	Avenida Gentil Bittencourt, canto com a Quintino Bocaiuva...............	11mts. ; 1 1/2"	1:895$100	134$000	2:029$100
	Av Duque de Caxias, entre Floriano Peixoto e 25 de Setembro	105, 60 ; 1 1/2"	1:371$300	195$000	1:566$300
	Travessa Magno de Araujo, entre 1.º de Maio e Una	70mts. ; 2"	1:352$000	92$500	1:444$500
	Travessa Manoel Evaristo, entre Municipalidade e Litoral..................	200 » ; 2"	1:016$700	150$000	1:166$700
	Rua Municipalidade, entre Rui Barbosa e Benjamin Constant	141 » ; 2"	2:571$700	168$000	2:739$700
	Largo São José, entre Conselheiro Furtado e Arcipreste Manoel Teodoro	47 » ; 1 1/2"	606$000	109$500	715$500
	Rua Mundurucús, entre Breves e Litoral......	70 » ; 2"	1:437$500	110$000	1:547$500
	Av. Rafael Ferreira Comes, entre Rui Barbosa e Benjamin Constant	45 » ; 2"	677$000	34$000	711$000
	Rua Municipalidade, entre Almirante Wandenkolk e Romualdo Coelho .	150 » ; 2" e 2 1/2"	3.918$800	258$000	4:176$800
	Rua Caripunas, entre Castelo Branco e 14 de Abril e 3 de Maio; travessa 3 de Maio, entre Caripunas e Conceição; rua Conceição, entre 3 de Maio e 9 de Janeiro	841 » ; 2 1/2 e 3"	21:533$700	1:520$000	23:053$700
1937	Travessa Caldeira Castelo Branco, entre Pariquis e Caripunas........ ...	200m,00 ; 3"	5:951$500	424$000	6:375$500
	Vila União, entre Caripunas, Conceição e São Miguel	436m,00 ; 1 1/2 e 2"	7:007$300	605$000	7:612$200
	Rua São Miguel, entre Vila União e a casa n. 1.348	74m,00 ; 2"	2:146$500	160$500	2:307$000
	Rua Municipalidade, entre Romualdo Coelho e D. Pedro.........	213m,00 ; 2"	4:467$300	384$000	4:851$300
	Rua Curuçá, entre Ferreira Pena Soares Carneiro e Manoel Evaristo...	254m,00 ; 2", 3" e 4"	10:367$200	879$500	11:246$700
	Avenida Conselheiro Furtado, entre Breves e Litoral........	130m,00 ; 1 1/2"	2:143$700	225$000	2:368$700
	Travessa Bom Jardim, entre Mundurucús e Tamoios.	82m,00 ; 1 1/4" a 2 1/2"	1:183$60	161$000	1:344$600
	Travessa de Breves, entre Veiga Cabral e Triunvirato	143m,00 ; 2"	1:908$500	205$000	2:113$500
	Travessa Quintino Bocaiuva, entre João Balbi e Boaventura da Silva....	100m,00 ; 3"	3:857$600	537$500	4:395$100
1938	Travessa 14 de Março, entre Oliveira Bélo e Vila Corôa..........	62m,00 ; 1 3/4"	1:330$600	138$000	1:468$600
	Avenida 16 de Novembro, entre Veiga Cabral e Largo São José (vila).	40m,00 ; 2"	1:129$900	146$000	1:275$900
	Rua Diogo Moia, entre Generalissimo Deodoro e Romualdo de Seixas, (material fornecido para particular)	90m,00 ; 2"	$	266$200	266$200
	Almirante Wandenkolk, entre Jerônimo Pimentel e 1.º de Maio (Vila Morais)	64m.00 ; 2" e 2 1/2"	1:509$700	95$000	1:604$700
	Travessa Souza Franco, entre Jerônimo Pimentel e 28 de Setembro	165m,00 ; 2"	3:698$600	218$000	3:916$600

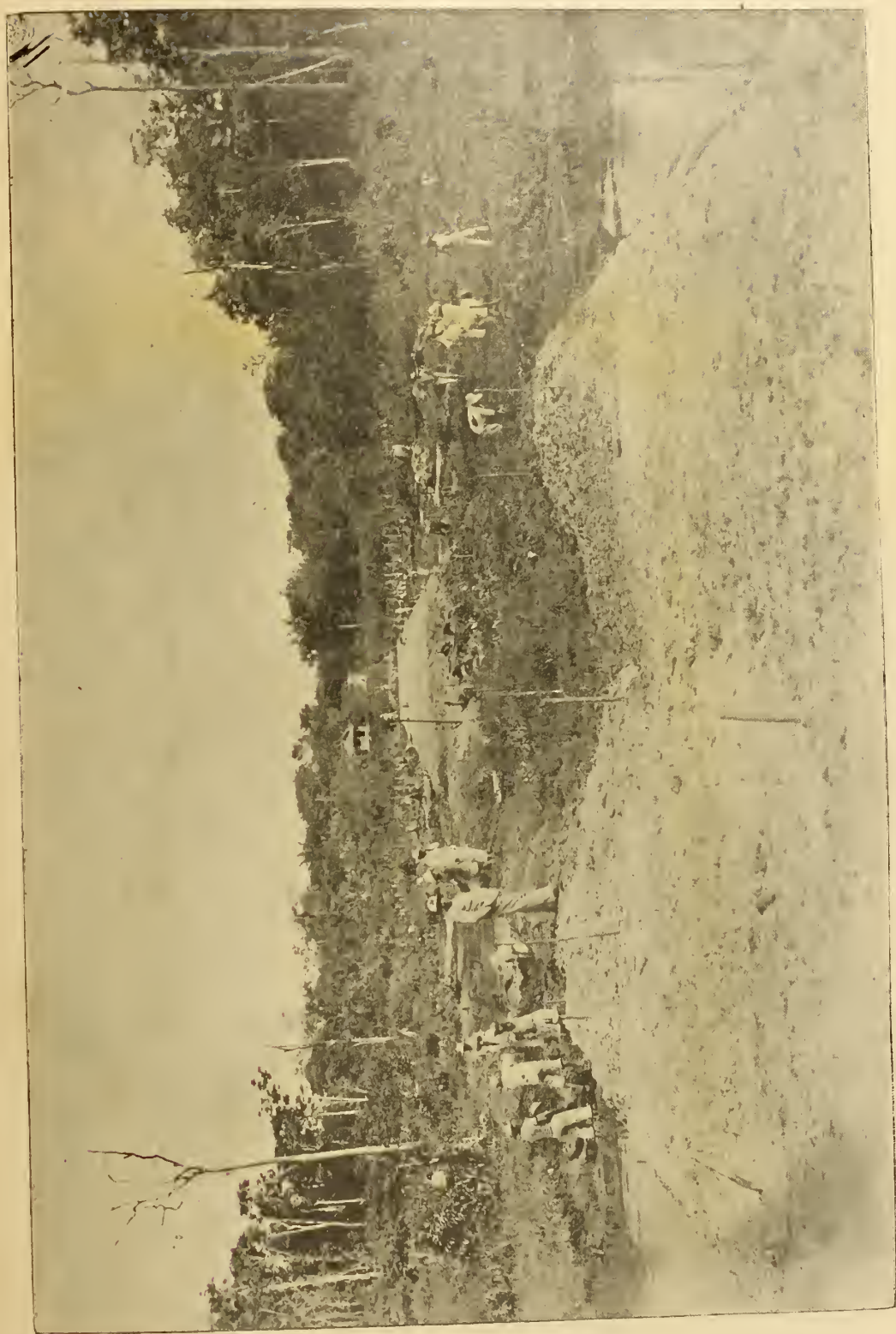
ANOS	RUAS	Dimensões	Material	Mão de obra	TOTAL
1938	Almirante Wandenkolk, entre Domingos Marreiros e Antonio Barreto ..	50m,00 ; 2"	613$200	65$000	678$200
	Avenida José Bonifácio, entre Paes e Souza e Silva Castro.	225m,00 ; 2 1/2" e 3"	7:169$200	376$000	7:545$200
1939	Travessa Magno de Araujo, entre 1.º de Maio e Possagem Izabel	80m,00 ; 2"	1:462$100	247$000	1:709$100
	Rua do Una, entre Djalma Dutra e Largo do Prado	106m,00 ; 2" e 2 1/2"	2:169$700	208$000	2:377$700
	Rua Antonio Barreto, entre 22 de Junho e 9 de Janeiro.	102m,00 ; 1 1/2"	1:955$500	97$000	2:052$500
	Travessa São Francisco, entre Boaventura da Silva e Domingos Marreiros	78m,00 , 1 1/2"	556$000	99$500	655$500
	Travessa São Pedro, entre Tamandaré e Veiga Cabral	133m,00 ; 2" e 2 1/2"	1:289$100	145$000	1:434$100
	SOMAS..........	5.794m,07 ; 1 1/4" a 4"	118:668$500	10:762$900	129:431$400

Demonstração dos serviços de reformas de condutores gerais, em diversas ruas, executados pela oficina de João Balbi, no período de 5 de Maio a 31 de Dezembro de 1939, por conta da Diretoria

NATUREZA DO SERVIÇO	DIMENSÕES	1935	1936	1937	1938	1939
Reformas de condutores gerais, em diversas ruas	1.492,00; 1 1/2", 3"	34:596$400	$	$	$	$
Idem, idem, idem	3.402,30; 2" a 4"	$	85:638$100	$	$	$
Idem, idem, idem...............	1.741,00; 2" a 4"	$	$	57:633$100	$	$
Idem, idem, idem..........................	856,00; 2" e 3"	$	$	$	25:736$300	$
Idem, idem, idem.....	1.928,49; 1 1/2", 4"	$	$	$	$	61:923$200
Soma................................	9.419,79; 1 1/2" a 4"	34:596$400	85:638$100	57:633$100	25:736$300	61:923$200

RESUMO:

No período considerado, em reformas de condutores gerais, foram empregados 9.419m,79, de diâmetros variáveis entre 1 1/2 e 4", com uma despesa total de.................... .... 265:527$100

Transportes e Comunicações

Estrada Bragança - Capanema. — Trechos Traquateua - Piabas

A distância é a maior inimiga do progresso amazônico. Nossas primeiras soluções estão ligadas aos transportes e comunicações. E' de justiça agradecer e sempre o amparo que o governo da União deu à navegação fluvial e aos telégrafos e correios, desde o Império até agora, com as magníficas linhas que aproximam as mais remotas paragens a algumas horas de viagem aérea. O que não foi subvencionado, completou-o a iniciativa particular sob o incentivo mercantil, podendo ser dito que todo rio navegavel na região amazônica está sendo navegado.

O transatlântico, o costeiro, o gaiola, a lancha, os motores de todos os portes, os barcos e canôas veleiras, as canôas a remo, navegam e transportam os milhares de toneladas que o extrator reune até aonde pode ir a sua penetração. O que falta, realmente, é o complemento da navegação fluvial, é a estrada transversal ao rio que faça a penetração muito mais profunda, permitindo que a riqueza cada vez maior e ainda intacta do centro da floresta seja arrecadada pelo explorador que amplia, com esse escoadouro, as suas possibilidades.

O exemplo da zona da E. F. de Bragança, onde o governo construiu um sistema de estradas de rodagens, ligando os centros ao leito da ferrovia, pelo seu notavel desenvolvimento, diz bem dos resultados que serão de obter quanto às grandes e ricas regiões do Tocantins, Xingú, Tapajós e toda a Guiana brasileira do Amazonas ao sistema Parimo-Guiano. Para exemplificar, temos a projetada estrada de Marabá e Conceição do Araguaia, para a qual já houve verba federal no orçamento de 1937, que cortaria uma floresta abundante de castanha, caucho, com rios e grotas ricas em diamantes e ouro e campos magníficos para criar mais de um milhão de rezes, reduzindo uma viagem penosa de 8 a 20 dias, conforme a estação das águas, transpondo cachoeiras perigosissimas, a seis ou oito horas de automovel. Ainda mais, todo o alto Araguaia, que banha Goiás e Mato Grosso, ficaria franqueado para a produção dos campos e florestas sem fim daquelas paragens.

Ainda o outro exemplo: a grande rodovia do Amazonas á serra de Tumuc-Humac, reparando as obstruções a poucos quilômetros da embocadura de todos os afluentes da margem esquerda do Amazonas, que impedem o povoamento e a exploração da mata e dos campos gerais que se estendem do Araguaia ao rio Branco.

Estes projetos foram sugeridos pelo governo paraense ao govêrno federal, como os caminhos de maior importância e maiores resultados para a grande produção e colonização do centro e da fronteira.

A encampação, pelo governo federal, da Amazon River e da Companhia do Porto do Pará, foi ato que acudiu ao apelo de antigos

interesses de perto ligados à produção e ao comércio de toda a bacia amazônica.

A Amazon River, com uma subvenção de 4.500 contos concedida pela União, prestou ótimos serviços à Amazônia, sendo fator preponderante no desenvolvimento dos altos rios e sua respectiva penetração, comportada sempre fóra do comércio de maneira a servir a todos os interessados. Sempre foi a melhor, senão única carreira regular da navegação do Amazonas e seus afluentes.

Não é, entretanto, possivel realizar o desenvolvimento do vale sem o progresso inicial dos seus transportes. Uma viagem ao Acre, Juruá, Iquitos, ou Madrid, não póde ter a lentidão dos tempos primitivos, com navios de seis a sete milhas e longas demoras na provisão repetida da lenha para combustivel. Deixou de ser um serviço para transformar-se num veículo atrazado, que não acompanha a rapidez das transações, nem permite a pontualidade nas obrigações assumidas com base nos valores das cargas que transporta. A conta corrente anual dos antigos aviadores de borracha está substituida pela duplicata a 30,60 ou 90 dias e não póde esperar, sem emperrar as transações e o crédito, um gênero retido e apodrecendo nos porões de navios vagarosos.

Sem dúvida a administração federal vai olhar para esse ponto capital e em breve teremos navios rápidos, a óleo e com o conforto necessário a darem escoamento aos produtos da Amazônia.

Outro problema da nossa navegação fluvial é a difusão das linhas. Ninguem desconhece que a navegação é negócio deficitário na Amazônia, onde pela desigualdade de população e consequente falta de volume de carga permanente para transportar, muitas zonas são mal servidas e de acôrdo com as alternativas do interesse comercial. Um estúdo, que a diretoria federal da navegação encampada necessariamente está fazendo, informará o governo das necessidades regionais para o efeito da navegação federal servir as linhas dos grandes rios, e, tambem, dos pequenos, com outros tipos de transporte, pois, à semelhança da chata nos altos afluentes do Purús e Acre, o Araguaia tem mais de 1.000 milhas de bôa água para chatas semelhantes e o Tocantins, Xingú, Tapajós, Guamá e Anapú, Pacajá, região das Ilhas, reclamam motores pequenos e embarcações mais ou menos leves e rasas que possam navegar os seus canais estreitos e secos e transpôr as corredeiras de pedra que obstruem os seus cursos para os navios maiores.

Não escondemos aplausos muito justificados ao ato federal da encampação, instituindo com esta um órgão administrativo nacional que superintenda os serviços dos transportes amazônicos, dando-lhes a propulsão correspondente às necessidades e desenvolvimento da sua vida.

Quasi ao mesmo tempo, o governo federal encampa a Port of Pará, igualmente antiga aspiração das classes produtoras e do comércio do Pará.

O notavel melhoramento que é o porto moderno de Belém, com os seus excelentes cais e armazens, herança da prosperidade anterior feita pela valorização excepcional da borracha, não podia continuar em mãos de empresas de rendimento, pois suas tarifas, organizadas para tempos áureos, vem contribuindo fortemente para a desvalorização dos nossos produtos pobres, como sejam a madeira e as sementes oleaginosas; enquanto, por outro lado, sob alegação de falta de

Estrada Bragança - Capanema. — Trechos Traquateua - Piabas

lucros, deixa cair extensa faixa do antigo cais de pedra portuguesa em frente ao principal boulevard da nossa capital e mantem a dóca do Ver-o-Peso com as deficiências que tanto perturbam a utilidade do seu agasalho às pequenas embarcações fluviais do Pará.

Seguramente, é um imperativo o exame dessas tarífas para pô-las de acôrdo com o valor econômico dos gêneros, afim de não onerá-los acima da base razoavel e suportavel, animando a produção; e a execução das partes que faltam à conclusão do nosso serviço portuário, inclusive as apontadas acima. Estes trabalhos dotarão o Porto do Pará dos complementos que lhe permitirão atender integralmente às suas finalidades e satisfazer os grandes interesses econômicos ligados aos seus serviços.

PLANO FLUMEN-RODOVIARIO

A viação no Estado do Pará tem de ser subordinada às exigências da sua conformação geográfica, dos recortes hidrográficos do seu sólo e dos relevos inter-fluviais das suas superficies rodoviáveis.

Por isso o sistema geral de viação paraense terá uma característica especial, mixta de navegação fluvial e de auto-condução terrestre.

A sua importância e a sua extensão ressaltam do estudo das possibilidades multe-produtoras do Estado e da vastidão do seu território.

Consequentemente, o movimento de transporte no Estado tem de crescer proporcionalmente à vastidão do seu território na razão direta do aumento de densidade da sua população.

O rio Amazonas, que entra nesse território pouco abaixo da cidade de Parintins, vai lançar suas águas no oceano Atlântico, por um delta tão largo que contem um arquipélago, depois de dividir o mesmo território em duas consideráveis partes: a zona norte — Pará e a zona sul — Pará.

Encarado o problema de viação paraense de um modo geral, tem-se de aceitar como linha tronco esse rio, que é um mar; essa hidrovia, com imensidade de empecilhos, que suporta o acesso de navios transoceânicos, que não carece de conservação e que oferece portos francos e seguros a empórios comerciais, fundados nas suas margens, tributários de Belém, cidade que tem o privilégio natural de ser a chave do imenso vale amazônico.

Essa linha tronco tem caudalosos afluentes navegáveis que retalham as zonas norte e sul - Pará em inúmeras faixas interfluviais, mas a natureza, sempre previdente e dadivosa, estabeleceu subdivisões principais marcadas pelos cursos de rios mais extensos, mais longos e mais profundos que definem áreas rodoviáveis das quais aquelas faixas conteúdas são subsidiárias.

Na zona norte — Pará, essas áreas são assinaladas pelos rios Jamundá, Trombetas e seu afluente Eripecurú, Parú, Jarí, Araguarí e pelo litoral oceânico; na zona sul — Pará pela linha de limites entre os Estados do Pará e Amazonas, e pelos rios Tapajós, Xingú, Tocantins e Gurupí.

Entretanto, a navegabilidade desses afluentes não se extende até à proximidade de suas nascentes; ela fica restrita à parte relativamente pequena dos seus desenvolvimentos, pela afloração de ro-

chas que atravessam os cursos das águas, formando corredeiras, saltos e cachoeiras.

Onde cessa a possibidade de uma navegação franca e eficiente, põem aqueles rios à disposição do homem força hidráulico, multiforme e disseminada em vastas regiões do Estado, para as indústrias, em todas as suas variadas manifestações.

No Pará, tudo é grande. As faixas inter-fluviais são superficies consideráveis de território, que requerem meios de transporte para escoadouro dos seus produtos, quer do «hinterland» paraense para as cidades marginais do rio Amazonas e seus afluentes navegáveis, quer destas para os pontos de ligação do plano rodoviário estadual com o plano geral de rodovias do Brasil.

Para ser compreendida a vastidão do plano rodoviário estabelecido para o Pará, basta lançar-se a vista sobre um mapa do Estado em que esteja figurada a sua extensa rede fluvial.

Cada divisor de águas é propício à construção de uma rodovia que será ramal de uma linha tronco para a área de permeio aos rios principais.

Este é o delineamento geral do plano de viação do Estado; agora a demonstração das suas secções: fluvial e rodoviária:

Secção Fluvial — O rio Amazonas tem um curso de 5.200 quilômetros de extensão, dos quais de Tabatinga a Belém ou seja em território brasileiro 3.205 quilômetros, sendo 1977 quilômetros dentro do Estado do Amazonas e 1228 quilômetros no Estado do Pará.

A sua direção geral no Brasil é aproximadamente de Oeste para E'ste, onde corre com os nomes de Solimões desde a fronteira com o Perú até a foz do rio Negro e, propriamente, Amazonas dessa foz até o seu lançamento no oceano Atlântico.

O fenômeno das marés faz-se sentir além de 500 quilômetros a partir da sua embocadura; daí em diante o rio cresce e descresce de volume, periodicamente, de acôrdo com a época das chuvas e com o de gêlo dos Andes por um lado e com a canícula estival por outro. Essas condições meteorológicas explicam a aparente anormalidade do rio encher de 12 a 17 metros de altura, além do limite das marés, com uma correnteza permanente de sua nascente para a sua fóz.

A largura do Amazonas é variavel. Cabe ao Pará a circunstância notavel de possuir dentro do seu território a secção mais estreita do grande rio; essa secção fica em frente à cidade de Obidos, com 1892 metros. Nas proximidades da fóz do rio Madeira ele chega a ter 6.000 metros de largura.

A sua profundidade tambem é muito variavel. Em Obidos ela é de 75 metros.

Em todo o curso do rio Amazonas, no Estado do Pará, o seu leito é dotado com uma infinidade de ilhas, separadas uma das outras por paranás, canais, furos e varadouros, que mudam constantemente o aspecto da região, dando-lhe paisagem surpreendentes, com tonalidades diversas, que promanam da vegetação das águas e do firmamento bem azul e do equador.

Essa hidrovia colossal oferece desde logo à navegação franca, em qualquer época do ano e por navios de qualquer calado, uma extensão de 1228 quilômetros; mas se a ela adicionarmos todos os trechos navegáveis, desde a embocadura de cada um dos seus afluentes até as primeiras cachoeiras que lhes entravam o acesso, teremos uma ex-

Rodovia Juaba--Oeiras — 42 Quilometros

tensão total de hidrovias que supera de muito o comprimento global das rodovias de muitos dos Estados da União Brasileira.

Não sómente à margem do Amazonas, mas à dos seus afluentes nos trechos navegáveis. estão situadas cidades que constituem quasi a totalidade dos centros densamente povoados do Estado.

A's margens dos mesmos cursos dágua, entre aquelas cidades, estão as áreas de terrenos explorados ou cultivados que são as fontes de produção das indústrias extrativas e da cultura agrícola.

Essa produção é consideravel segundo as mais recentes estatísticas e tem tendência a aumentar se forem melhorados os meios de transporte.

A exportação do Estado foi, em 1938, de 164.926.793 quilogramas com um valor de 210.388:084$700, quando no ano anterior fôra de 131.258.055 quilogramas.

A nossa exportação total no quinquênio de 1934 a 1938, apresentou uma curva sensivelmente ascendente, como abaixo:

	Kilogramas
1934	101.213.312,193
1935	104.543.014,198
1936	114.064.269,291
1937	131.258.055,857
1938	164.927.293,125

Os principais gêneros de produção paraense são: Castanha, borracha e os semelhantes, madeiras, farinha de mandióca, couros e péles, ouro, arroz, timbó, produtos químicos farmacêuticos, algodão, amêndoas e caroços, câmaras de ar, pneus, cabos, fios e linhas, cumarú cristalizado, cacáu, doces, biscoitos, massas, assucar, calçados, óleos diversos, sebos, fumos, milho, gado, essência de páu rosa, peixes e perfumarias. A lista acima foi organizada em ordem decrescente de produção.

Atualmente o transporte fluvial de mercadorias e passageiros está sendo feito pelo Serviço de Navegação do Estado, pela «The Amazon River Steam Navigation» e por armadores particulares com navios a vapor e barcos motores, além de uma imensa flotilha de barcos e canôas a vela de lavradores que trazem os seus produtos aos mercados consumidores ou de pequenos proprietários que exploram a indústria do transporte.

Todas essas embarcações são, porém, insuficientes para acudir às necessidades de exportação dos variados produtos regionais.

E' necessário um amparo sério às empresas de navegação para que elas possam multiplicar a sua assistência junto aos centros produtores do Estado, subvencioná-las ou dar-lhes facilidade de crédito.

Essa providência, porém, beneficiará sómente uma parte do Estado. Aquela mais vasta, acima das cachoeiras dos rios com riquezas inexploradas, matas virgens e terrenos ubérrimos em descaso está esperando a abertura de redovias que partam dos centros já povoados até os confins do Estado, integrando o «hinterland» paraense no domínio da civilização.

Secção Rodoviária: — Já foi dito que o plano rodoviário do Pará difere notavelmente dos planos idênticos dos outros Estados e que rios de águas caudalosas definiram no seu território áreas ro-

doviáveis distintas, enumeradas abaixo de um a nove, afóra as rodovias insulares.

Área n. 1 — Exponhamos esse plano a começar pela área número 1,dentro da qual está compreendida a cidade de Belém, capital do Estado, e que é limitada ao Norte pelo Oceano Atlântico; a Noroéste pelo rio Pará ou baía do Marajó; a Oéste pelo rio Tocantins, ao Sul por um trecho deste mesmo rio e pela linha divisória com o Estado do Maranhão que vai do rio Tocantins até a cabeceira do rio Gurupí, e finalmente, a Éste com o rio Gurupí até a sua barra.

Para esta área estão previstas duas rodovias principais ou linha tronco, uma na parte norte da área, acompanhando o divisor de águas entre o rio Guamá e o litoral oceânico a partir de Belém e a terminar na cidade de Vizeu, à margem esquerda do rio Gurupí que, com os seus ramais, atenderá a toda a faixa bragantina e servirá como um dos elementos de ligação rodoviária entre os Estados do Pará e do Maranhão; outra, na parte central, que, partindo de Belém, atravessará o rio Guamá pouco acima de São Domingos da Bôa Vista, acompanhará o vale do rio Capim até perto da sua nascente, de onde, em rumo sul. na direção da cidade de Imperatriz, ingressará no território maranhense.

De um ponto situado no divisor de águas entre as nascentes dos rios Capim e Gurupí partirá um ramal de ligação entre essa linha tronco e a da área número 2, atravessando o rio Tocantins em um ponto situado entre as cidades de Marabá e São João do Araguaia; de outro ponto fronteiro a S. Domingos da Bôa Vista, ou seja na margem esquerda do rio Guamá, saírá um ramal que, passando pelas cidades de Guamá e Ourém, atravessará o rio Gurupí, e entrará no Maranhão.

Área n. 2 — A área n. 2 está delimitada ao Norte pelo rio Amazonas e seus estreitos que formam o arquipélago de Breves; a Éste pelo rio Tocantins e seu afluente Araguaia; ao Sul pela linha divisória do Estado do Pará e Mato-Grosso e a Oéste com o rio Xingú.

A linha tronco dessa área rodoviavel partirá de Gurupá, correrá pelo divisor de águas dos rios Xingú e Amapá até as nascentes deste rio e depois pelo divisor de águas dos afluentes dos rios Xingú de um lado e dos tributários dos rios Tocantins e Araguaia do outro até ingressar no território de Mato Grosso.

Há nesta área uma linha de urgência, a ligar Marabá a Conceição, retificando as cachoeiras do Araguaia.

Da rodovia de ligação entre a linha tronco central da área n. 1 e a linha tronco da área n. 2, a partir de um ponto entre as cidades de São João do Araguaia e Marabá, correrá uma rodovia que servirá todo o trecho de castanhais abundantissimos do vale tocantino, passando por Marabá, Praia da Rainha, Breu Branco, Alcobaça e Cametá.

Área n. 3 — Esta área está circunscrita pelo rio Amazonas ao Norte, pelo rio Xingú a Léste, pela divisória com o Estado de Mato-Grosso ao Sul e pelo rio Tapajós a Oéste.

A linha tronco partirá da cidade de Santarém e correrá pelos divisores de água dos rios Tapajós e Curuá e depois pelos terrenos altos, entre os rios Jamachin, afluente do rio Tapajós e Curuá, tributário do Xingú, até penetrar no território de Mato-Grosso.

Entre os ramais dessa linha tronco será estabelecido um ponto próximo à nascente do rio Curuá até Altamira, empório florescente à margem do rio Xingú.

Estrada Bragança - Capanema. — Trechos Traquateua - Piabas

Área n. 4 — O rio Tapajós delimita-a pelos lados de Léste e Sul, a linha geodésica divisória com o Estado do Amazonas, pelo ocidente e o rio Amazonas pelo Norte.

Partindo de Jurutí, a sua linha tronco correrá rumo Sul, com inflexão para o sudeste, até a cidade de Itaituba. De ponto fronteiro à essa cidade partirá outra estrada que encontrará com a linha principal da área n. 3.

Uma das ligações entre as redes do Pará e Amazonas far-se-á por uma rodovia de Itaituba a Manicoré.

Área n. 5 — Enquanto que as áreas acima descritas ficam todas na zona sul-Pará, as que passamos a mencionr ficam na zona norte-Pará.

A área n. 5 é banhada ao Sul pelas águas do rio Amazonas, a Léste pelos rios Trombetas até a foz do seu afluente Eripecurú e pelas deste até as suas nascentes nas fraldas da serra Tumuc-Humac, a Oéste pelas do rio Jamundá até a sua nascente. Completam a sua delimitação a Oéste a linha divisória entre os Estados do Pará e Amazonas e ao Norte as serras de Uassarí, Acaraí e Tumuc-Humac.

A rodovia principal dessa área partirá da cidade de Fáro, de Sul para Norte, entre os rios Jamundá e Trombetas e atravessará o afluente deste, denominado Mapuerá, indo findar na vertente Sul da serra Uassarí.

Área n. 6—Os rios Amazonas, Erepecurú e Parú circundam essa zona, respectivamente, pelos lados do Sul, Oeste e Leste. Ao Norte fica ela separada da Guiana Holandesa pela serra de Tumuc-Humac.

A rodovia principal partirá de Obidos em direção aos campos gerais situados ao Norte e finalizará nas vertentes dessa serra. O seu percurso será entre os rios Erepecurú e Curuá.

Como essa zona tem sobre a margem esquerda do rio Amazonas quatro cidades densamente pavoadas e centros notáveis de comércio e de indústrias de forma que serão outros tantos pontos iniciais de rodovias que irão ter àquela linha tronco.

A que partirá de Alenquer percorrerá o divisor de águas entre os rios Curuá e Maicurú; a que terá início em Monte-Alegre, assim como a que começará em Prainha correrá entre os rios Maicurú e Parú.

Área n. 7—Essa área é uma extensa faixa inter-fluvial, tendo a Oeste o rio Parú e a Leste o rio Jarí. Como as anteriores, ela tem o limite pelo Sul o rio Amazonas e pelo Norte a serra de Tumuc-Humac.

A sua rodovia principal correrá, pois, entre esses dois rios de Sul para o Norte, tendo como ponto terminal a fralda da serra limite.

Área n. 8—Extenso trecho do rio Amazonas limita essa área pelo lado Sul. Os seus limites a ocidente e oriente são dois cursos dágua volumosos: os rios Jarí e Araguarí. Finalmente, pelo Norte o seu limite é ainda a serra de Tumuc-Humac.

Dois empórios comerciais ficam sobre o seu limite Sul, ou seja à margem esquerda do Amazonas: Macapá e Mazagão.

De Macapá já está em construção uma rodovia tronco em direção à margem do rio Araguarí entre o Matapí e o Pedreira; de Mazagão partirá outra, rumo ao Norte, entre os rios Anauerápucú e Maracá.

Área n. 9 — O limite do Pará com a Guiana Francesa serve tambem de limite a essa área pelo lado norte. Os outros limites são a E'ste o oceano Atlântico, ao Sul e a Oeste o rio Araguarí.

O ponto inicial da linha tronco dessa área está naturalmente indicado pela cidade de Amapá, sede do município homônimo, de onde deve ala correr rumo a Oeste, em aproximado paralelismo com as serras de Tumuc-Humac, Acaraí e Massarí, cortando os formadores dos afluentes do Amazonas e ligando entre si todas as rodovias tronco da zona norte-Pará.

Essa rodovia terá alcance comercial e estratégico, e ligará o Pará a Manáus se for prolongada até a estrada Manáus-Rio-Branco.

Rodovias insulares — O Estado do Pará possue, incontestavelmente, o maior número e as maiores ilhas do Brasil,

Dentro de algumas delas existem cidades prósperas e centros de grandes atividades que requerem os benéficos influxos rodoviários no intercâmbio dos seus produtos.

Essas rodovias, que fogem ao plano rodoviário geral, têm importância relativa e devem ser construidas pelas municipalidades, com auxílio do Estado e mesmo da União.

Traçado desta forma o plano rodoviário geral do Estado do Pará, estão atendidas todas as necessidades de desenvolvimento comercial, industrial e social, previstas as conveniências estratégicas e estabelecido o plano diretor para as rodovias secundárias desta imensa rede rodoviária que irá sendo construida à medida das exigências econômicas deste Estado.

Entretanto, como trabalho de urgente empreendimento, é de mencionar o prolongamento, até Vizeu, das rodovias já construidas entre Belém e Bragança; a rodovia Belém-Guamá-Ourém-Gurupí; a de Belém a Imperatriz; a da margem esquerda do Amazonas às Guianas e de Marabá a Conceição do Araguaia.

III — *Concordância desse plano rodoviário com o geral do Brasil e com a estrada transcontinental Pan-Americana.* — A rodovia central tronco da área n. 1 enquadra-se no projeto de uma comunicação entre Belém, o planalto central do Brasil e a capital do país, com utilização das rodovias já construidas em Minas Gerais. Essa rodovia estratégica, ao mesmo tempo que comercial e social, é o caminho mais curto do Rio a Belém; é pois uma rodovia de concordância entre os dois planos acima aludidos.

Outras estradas que estabelecem relações perfeitas com o plano diretor de viação rodoviária geral do Brasil são as duas linhas tronco das áreas ns. 2 e 3, que põem o Estado do Pará em comunicação com Cuiabá, capital do Estado de Mato-Grosso.

A concordância do sistema rodoviário paraense com a rede transcontinental Pan-Americana será feita por duas linhas flumen-rodoviárias para o Norte e duas rodovias para o Sul.

As duas primeiras são Belém e Manáus pelo rio Amazonas, Manáus a Bogotá, capital, por uma rodovia que correrá pelo divisor de águas do rio Amazonas e seu afluente rio Negro, depois entre este rio e o Caquetá, em seguida entre o Apaporis e o Mapés, até as nascentes deste, e, finalmente, pelo divisor de águas dos rios Madalena e Mota até Bogotá. Um ramal dessa rodovia fará concordância com Caracas, capital da Venezuela.

A outra linha será pelo rio Amazonas até o início de uma das rodovias tronco das áreas da zona Norte, para daí seguir pela rodovia paralela à serra de Tumuc-Humac, a qual será ligada às cidades de Caiena, Paramaribo e Georgetown, capitais, respectivamente, das Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa.

As rodovias que para o Sul porão em comunicação Belém ao Rio de Janeiro e Belém a Cuiabá, assim como a que ligará Santarém a Cuiabá, atingem centros forçosamente em concordância à rede transcontinental.

IV — *Trabalhos já efetuados* — Ainda que o Pará não tenha um extenso desenvolvimento rodoviário em face à vastidão do seu território, pode-se constatar que o esforço e a dedicação da administração pública já conseguiram uma quilometragem de rodovias animadora e que essas estradas estão todas construidas de acôrdo com o plano rodoviário diretor estabelecido para o Estado.

Na àrea n. 1 da zona sul-Parà, a rodovia tronco que corre entre o rio Guamá e o oceano Atlântico, de Belém a Bragança, esta totalmente construida com a conclusão recente do trecho de Santa Maria a Capanema.

Eis os detalhes dessa rodovia e seus ramais:

DENOMINAÇÃO	PONTO INICIAL	PONTO TERMINAL	EXTENSÃO
No Município de Belém			
Belém-Pinheiro.......	Capital..................	V. Pinheiro..................	18 ks. 433 ms.
» S. Izabel......	»	C. S. Izabel................	47 ks. » »
R. Tavares Bastos..	R. Belém-Pinheiro..	R. S. Izabel-Belém	6 ks.
R. P. Manoel Barata	» » »	Furo do Maguarí...........	4 ks. 750 ms.
R. do Galo-B. Branca	Pov. B. Branca......	Rod. Belém-Pinheiro......	4 ks.
No Município de S. Izabel			
S. Izabel-Vigia........	C. S. Izabel..........	C. da Vigia	57 ks.
Ramal Benfica........	Rod. Belém-S. Izabel	V. Benfica.....................	7 ks. 710 ms.
» Iuna....	» » »	Canal de Iuna..............	4 ks. 324 ms.
» Maguarí......	» » »	» Maguarí..........	3 ks. 549 ms.
No Município de Castanhal			
Castanhal-Curuçá....	C. Castanhal..........	C. Curuçá................	63 ks. 835 ms.
Castanhal Igarapé-Assú	» »	» Igarapé-Assú..........	43 ks. 884 ms.
Castanhal-Inhangapí.	» »	V. Inhangapí.......	15 ks.
Castanhal-Apeú......	» »	» Apeú...	7 ks.
Ramal Ianetama......	Rod Castanhal-Igarapé-Assú	Centro colonial.......	10 ks. 629 ms.
Ramal Ferreira... ..	» »	Pov. Ferreira.......	5 ks. 122 ms.
R. Antonio Matos...	» » Curuçá	» Antonio Matos... ..	4 ks. 812 ms.
Ramal Intervias	K. 9, R. Cast.-Curuçá	K. 14. R. S. Izabel-Vigia	26 ks. 830 ms.
No Município de Curuçá			
Curuçá-Abade.	C. de Curuçá....... .	Povoação de Abade......	5 ks.

DENOMINAÇÃO	PONTO INICIAL	PONTO TERMINAL	EXTENSÃO
No Município de Igarapé-Assú			
Igarapé-Assú - Livramento	C. Igarapé-Assú	V. do Livramento	23 ks. 698 ms.
Timbotêua-Taciatêua	V. Timbotêua	V. Taciatêua	16 ks. 725 ms.
Igarapé - Assú - Bom Jardim	C. Igarapé-Assú	V. Bom Jardim	13 ks. 973 ms.
Ramal Porto Seguro.	R. Igarapé - assú — Bom Jardim	P. Porto Seguro	10 ks. 610 ms.
Ramal Taciatêua / S. Maria	V. Taciatêua	V. Santa Maria	8 ks.
Ramal S. Maria	V. S. Maria	Povoação 18	18 ks. 570 ms.
Ramal Lazarópolis	Povoação 18	Lazarópolis do Prata	1 k. 982 ms.
No Município de Maracanã			
Derrubada-Salinas	Povoação Derrubada.	C. de Salinas	31 ks. 586 ms.
No Município de Maracanã			
Ramal Maracanã	C. de Maracanã	K. 10 R. Igarapé-assú — Livramento	44 ks. 274 ms.
Ramal S. Roberto	Ramal Maracanã	Povoação S. Romerto	3 ks. 847 ms.
No Município de Marapanim			
Marapanim-Curuçá	C. Marapanim	K. 156 R. Cast.-Curuçá	24 ks.
No Município de Salinas			
Ramal S João de Pirabas	R. Campos Salinas	Pov. S. João de Pirabas	13 ks.
Ramal S. Bento	» Derrub.-Salinas	» S. Bento	1 k. 250 ms.
Ramal S. Antonio	Rod. » »	» S. Antonio	3 ks. 509 ms.
No Município de Capanema			
Capanema-Salinas	C. Capanema	C. Salinas	71 ks. 800 ms.
Capanema-Leal	» »	Povoação Leal	14 ks. 721 ms.
Capanema-Tentugal.	» »	» Tentugal	27 ks.
Ramal Primavera	Rodovia Capanema—Salinas	V. Primavera	12 ks.
No Município de Bragança			
Luiz Sabino	C. de Bragança	V. de Almoço	35 ks.
Bragança Tracuatêua	» » »	» » Tracuatêua.	18 ks. 671 ms.
Ramal Montenegro	R. Luiz Sabino	Posto Experimental da colônia A. Montenegro	9 ks. 650 ms.
Ramal Bacuritêua	C. de Bragança	Povoação Bacuritêua	8 ks. 58 ms.
Ramal Campo de Baixo	R. Tracuatêua	Campos Agrícolas	5 ks. 930 ms.
Ramal Campo de Cima	Pov. Bacuritêua	» de Maçarico	9 ks. 225 ms.
Ramal do Cajueiro	Rod. Luiz Sabino	S. Modelo Montenegro	5 ks. 932 ms.
Ramal de Curuçá	» » »	» Curuçá	2 ks.

Da rodovia Belém-Gurupí já está construido o trecho entre Conceição e Ourém, a saber:

Conceição e Ourém. (Contorna Cachoeira)	Pov. Conceição	C. de Ourém	20 ks. 488 ms.

Da rodovia de Cametá a Marabá, na área n. 2, já está em tráfego o trecho que corre paralelamente a uma secção encachoeirada do rio Tocantins e livra o comércio dos perigos que as quedas dágua oferecem á navegação, com os seguintes caracteristicos:

Município de Marabá			
Jacundá (Contorna cachoeira)........	Margem esquerda do rio Tocantins.......	Margem esquerda do rio Tocantins...............	9 ks.

Na mesma área já existe outra rodovia que liga as povoações de Porto Alegre a Juaba, a saber:

M. de Cametá			
Juaba P. Alegre...	Pov. de Juaba......	Pov. de Porto Alegre...	42 ks.

Na área n. 3 existe a rodovia Ernesto Acioli, que, com um tráfego de pouco mais uma hora, faz o transporte de mercadorias que pelo rio Xingú gastariam cerca de quinze dias em consequência do enorme desenvolvimento do seu curso e das inumeráveis cachoeiras, saltos e corredeiras que apresenta.

No Município de Altamira			
Ernesto Acioli.......	Pov. Vitória..........	Pov. Forte Ambé.........	57 ks.

No município de Obidos, ou seja na área n. 6, já estão em serventia pública as seguintes rodovias:

No Município de Obidos			
Rio Branco...........	C. de Obidos.........	Centro Agrícola Rio Branco	35 ks.
Mamaurú	Pov. Paiol............	Pov. Mamaurú..........	20 ks.
Paiol-Aguada.........	» »	Centro Agrícola............	3 ks.
João Miléo...........	» Igarapé-Assú...	Pov. Flexal................	20 ks.

No município de Monte-Alegre já existem duas rodovias, das quais, a saber:

No Município de Monte-Alegre			
Inglês de Souza......	Monte-Alegre........	Inglês de Souza............	24 ks.
Mulata................	» »	Mulata....................	42 ks.

Temos assim um total de 51 rodovias, inclusive ramais, com 1.040.377 metros, sem mencionar as insulares de Outeiro, Mosqueiro, Marajó e outras.

O plano rodoviário, ora elaborado, visou especialmente o estabelecimento das linhas tronco, que são as diretoras da rede geral, sendo certo que cada faixa interfluvial poderá ser dotada com uma rodovia que virá se ater à principal.

A execução deste plano flumen-rodoviário, diante das condições geo-econômicas do Estado, se impõe com uma urgência que as necessidades comerciais, industriais, sociais e estragégicas justificam plenamente, não só em proveito do Estado do Pará, como dos demais Estados do país, com os quais entrará em intercâmbio, mais ainda da demonstração de soberania e de paridade do Brasil no concerto das nações fortes.

Tudo depende de um perfeito e urgente entendimento da União com o Estado.

Enquanto não se entra na execução desse plano geral, a realização do plano rodoviário estadual vai prosseguindo de preferência pelas linhas tronco e por aquelas que apresentam maior alcance econômico.

E' o que estamos fazendo.

NAVEGAÇÃO AÉREA

O Pará, desde 1929, está ligado à América do Norte, o Sul do Brasil e o resto do Continente Sul Americano, pelas excelentes linhas da Panair Company, que, sob subvenção federal, estendeu suas linhas a Manáus e Acre, enquanto, vindo pela bacia do Paraguai outra linha aérea vai a Porto Velho, no Madeira, e Rio Branco, no Acre.

O correio aéreo militar faz ligação de Belém, pelo vale do Tocantins, com os Estados do Nordeste, pelo centro por Goiás e Minas com o Sul.

A Condor Sindicato faz linha para o Sul, pela costa, e pelo Tocantins até Carolina, donde atravessa para o vale do Parnaíba.

Entretanto, não basta; nossa extensão territorial pede novas linhas que vençam as grandes distâncias e ponham em comunicação os pontos afastados, isolados e fechados pelos obstáculos naturais. Assim, Conceição do Araguaia, neste rio, Itaituba, Altamira, no Xingú, no Tapajós, Macapá e Amapá e Oiapoque continuam separados e retardando seu desenvolvimento econômico e social.

O avião é o instrumento de desbravação, indo antes da rodovia e da estrada de ferro. Nossas fronteiras estão mais que despovoadas de brasileiros, sem até a ocupação necessária. A aviação seria o primeiro passo para a colonização e a efetiva ocupação pela soberania de nossa nacionalidade de todos os pontos da extensa linha de suas fronteiras feitas pelo vale amazônico com várias Repúblicas Sul Americanas e as Guianas.

Assim, é de urgência a expansão da linha aérea que desce pelo Tocantins ao vale do Araguaia, até Conceição e para o Norte até o Oaipoque. Além dessas, a Amazônia ficaria servida integralmente, neste ponto de vista, com uma linha que, partindo de Belém, fosse por Breves, na região das Ilhas, e Altamira, no Xingú, Aveiro e Itaituba, pela Fordlandia, no Tapajós, Maués, Manáus, subindo o rio Negro, por Moura, Barcelos, Santa Izabel, S. Gabriel, no Rio Branco, voando por vila Bittencourt, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Humaitá, Taumaturgo, vila Jordão, Vila Seabra, Sena Madureira, Rio Branco, no Acre, ponto onde já vem ter a linha aérea do Sul — Esse plano é nacional, excede as possibilidades do Estado, da Amazônia, embora seja de seu vital interesse, significando, além de sua utilidade coletiva, que o circuito aéreo amazônico é imperativo da defesa nacional e segurança de nossa soberania.

Terras Públicas

Sobre este importante assunto explanamos a verdadeira situação das terras públicas devolutas, respondendo ao pedido de sugestões que dirigiu a esta Interventoria o Senhor Ministro da Justiça:

Belém, 18 de Julho de 1940.

Senhor Ministro.

Em telegrama Vossência solicita sugestões para regulamentação dos artigos 35 e 52 do decreto-lei número 1.202, de 8 de Abril de 1939, os quais se referem à venda, cessão, concessão e arrendamento de terras devolutas do Estado.

O decreto estadual número 1.044, de 19 de Abril de 1935, deu regulamentação ao serviço de terras do Estado e trata da venda, arrendamento, cessão gratuita, colônias agrícolas, terras reservadas, discriminações de terras devolutas, medição e discriminação de lotes, núcleos coloniais, patrimônios municipais, revalidação e legitimação de posses, registro de terras, registro de propriedade, registro de posses revalidáveis, registro de posses legitimáveis e respectivo processo, licença e processo para ocupação de terras devolutas.

O decreto número 3.143, de 11 de Novembro de 1938, regulamentou o serviço de arrendamento de terras para exploração de produtos nativos.

Como se verifica, as terras devolùtas passam para o domínio privado por via de compra, ocupação ou concessão gratuita.

Em tempos anteriores foram concedidas grandes extensões de terras afim de atrair capitais e colonização, mas todas essas concessões resultaram inúteis e foram extintas pela falta de aproveitamento dos seus favores, restando as concessões feitas à Companhia Ford, no Tapajós, que apresenta magnífico padrão de trabalho agrícola, com milhões de seringueiras plantadas e em via de produção, ótimas instalações e excelentes condições higiênicas, e a feita à Companhia Nipônica, no rio Acará e no município de Monte Alegre, a princípio promissoras, atualmente em franca decadência e abandono.

O grande território do Pará, de mais de 1.200.000 quilômetros quadrados não está em 30 % ocupado, permanecendo mais de 70 % devoluto e de propriedade do Estado. Este vasto *interland* foi sendo espontaneamente penetrado pela gente que era atraída pelas reservas nativas, sobretudo a borracha, o caucho e a castanha. Com a defecção daquele primeiro gênero verificou-se o abandono das terras centrais, que a procura da castanha novamente conduziu exploradores na época da safra respectiva. Essas entradas realizavam-se sem nenhuma ordem, ou siquer licença, sendo necessário que o Governo, a partir de 1925, iniciasse o regimen de arrendamento de castanhais,

organizando lotes onde foram sendo trabalhadas as safras da preciosa nóz. Houve um certo número de requerimentos de compras desses lotes assim vendidos e demarcados, mas o Governo suspendeu a venda e firmou o arrendamento que, não só veiu dar magnífica renda ao Estado, como dividiu os grandes castanhais em lotes ocupados em regra pelos seus próprios exploradores. E' este regimen que o decreto 3.143, de 11 de Novembro de 1938, consolidou.

No meu Governo, desde 1935, não tem havido vendas de terras de castanhais, apenas garanti direitos adquiridos e em virtude de dispositivos legais (art. 60 do decreto 1.044, de 19 de Agosto de 1933) tive que atender a conversão de alguns aforamentos, que nada custavam, em venda ao preço de 4$500 por hectare.

SUGESTÕES

O decreto-lei 1.202, de 8 de Abril de 1939, no art. 35, dispõe que aos Governos dos Estados fica proíbida a venda, cessão, arrendamento, etc. de trecho de terras acima de 500 hectares. Os lotes que vêm sendo arrendados são em regra de meia a uma légua.

Há razões para assim proceder, e a principal é que uma légua de terra concedida para o estabelecimento de uma cultura, plantação ou criação, é realmente excessiva e cria um verdadeiro latifúndio.

Na exploração nativa, é um mínimo, porque situadas em zonas centrais, distantes, de difícil acesso, oneroso transporte, ninguem arrendaria, ou compraria um lote de terras, apenas valorizado no momento pela produção nativa, sem que esta compensasse a respectiva exploração, cheia de riscos, embaraços e dispendiosa. O critério de latifúndio sofre alteração ao contacto desses elementos e circunstâncias, sendo que a medida desse critério tem que ser condicionada a maior, ou menor distância e produção, dificuldade e custo de transporte, pois essas terras incultas têm o seu valor nos produtos nativos que contêm. Em relação particularmente à castanha, há terras com léguas que produzem de 100 a 1.500 hectolitros, existindo outras ainda mais ricas e que ninguem arrenda porque a sua exploração é impraticavel. O sentido do latifúndio vai se modificando à medida da civilização, mas, seria injusto negar aos pioneiros, aqueles que por sua coragem, tenacidade e esforço descobriram a fortuna no meio das matas virgens, transpondo o perigo das cachoeiras e da malária, afrontando o ataque dos índios e das féras, o direito de se estabelecerem e possuirem o trato de terra que eles descobriram e desbravaram. Daí as razões de tomarmos o arrendamento como uma etapa para a propriedade através da venda, como fixamos no art. 32 do decreto 3.143, de 11 de Novembro de 1938, assegurando o direito de compra de castanhal arrendado, mediante a avaliação do Governo, excluidas as benfeitorias, ao arrendatário de castanhais que houvesse cumprido as obrigações do contrato, que são as do parágrafo único do art. 25, que exige habitação e culturas de estação e fixação de novos castanheiros no lote arrendado. E é de compreender: Se não deve o Estado passar a particular uma terra rica de produtos nativos, sem uma compensação para o erário público e para a civilização da zona, não é humano, nem social, manter o trabalhador que produz eficientemente em um regimen de eterna aventura, de verdadeiro garimpo, onde se

vêm todos os anos, na época da safra, colher rapidamente o produto e abandonar a terra sem um traço de colonização, sem viva alma, sem propriedade, nem família. Seria a eterna selvageria, a exploração leonina do sólo, o relegamento de toda a intenção sadia e construtora da propriedade efetiva.

Ora, pelo arrendamento, com as obrigações de moradia e cultura da terra, o homem, atraído pelo sentimento da propriedade prometida, define o seu destino e se localiza de vez, criando com o povoamento e o trabalho uma grandeza definitiva e valores ainda maiores para a economia geral do país. De sorte que o latifúndio não existe quando não há quem realize uma colonização intensa que imponha divisão, num mundo apenas tocado e que só permite ser devassado e aproveitado nas condições e vantagens próprias e especiais. A terra tem que ser concedida de acôrdo com a possibilidade da sua penetração e exploração, apenas com a certeza de nela se instalar trabalho e vida de brasileiro, com as finalidades materiais e morais da nacionalidade.

1.º — Sugerimos, portanto, quanto a terras de exploração nativa, que a venda se faça após três anos de arrendamento, verificado que o comprador tem casa de moradia, serviços de agricultura de estação e fixa como estabelece o aludido art. 32, mas, o fator da distância, da dificuldade e carestia de transporte indica que as terras devem ser vendidas, quanto à extensão, numa proporção ascendente da margem dos rios para o centro. Assim, um quarto até meia légua na margem dos rios navegáveis, até duas léguas nos centros e afluentes de navegação impraticavel.

2.º — Quanto a terras destinadas à indústria pecuária, na proporção para estabelecer criação com capacidade industrial e valor comercial, tambem atendendo à distância e ao acesso.

3.º — Quanto às destinadas à agricultura, em lotes gratuitos como os estabelecidos e com faculdade de ampliação pelo desenvolvimento das culturas.

4.º — No vasto território desocupado das guianas faz-se necessàrio e urgente um trabalho de colonização, devida e previamente estudado, dadas as condições especiais da terra e as exigências da defesa nacional.

O que, em verdade, precisa ser conhecido do Governo, antes de qualquer legislação sobre terras, é que a Amazônia é um vasto território desocupado e deshabitado, onde a terra é quasi nada e o homem é tudo. Naturalmente, retraír a oferta da terra quando não há quem a queira mesmo de graça, não seria a melhor forma de povoá-la; ter o sentido de latifúndio, quando ninguem pode sustentá-lo pela deficiência de sua produção e utilidade; e, acima de tudo, a certeza de que a Amazônia ainda baseará por muitos anos a sua economia na exploração de produtos naturais, de modo que o valor da terra será indicado, não pela sua extensão, mas pela sua riqueza nativa. Esta ainda está sujeita às alternativas do seu valor comercial, exemplo: um seringal que em 1910 valia 200:000$000, em 1917 não valia nem 20:000$000, e, atualmente, despovoado, ninguem o quer se fôr distante e requerer grande dispêndio para sua produção. Um castanhal, com preço da castanha acima de 100$000 o hectolitro, vale um preço correspondente a 50$000 por hectolitro da sua safra normal; às cotações de hoje, 25$000 o hectolitro, não vale nem 10$0C0 pelo hectolitro.

Arrendar, vender terras com 500 hectares, ou menos é paralizar a exploração nativa na maior e mais abundante porção de terras ricas, porque não corresponde a uma produção bastante para suprir a qualquer organização de trabalho no fundo da mata, ou nos altos rios e seus afluentes. 500 hectares de terras de castanhais, a não ser à margem dos rios navegáveis, não representa potencial produtivo que induza à penetração, pois dará de 5 a 100 hectolitros, trabalho no máximo, em média, para 2 a 3 homens, que se não abalariam a uma dispendiosa e perigosa internação na floresta, nem haveria comerciante que os financiasse.

Daí repetirmos que as terras ricas em produtos nativos devem ser vendidas, ou arrendadas em razão da sua situação e da sua produção. Menores lotes quanto mais próximos, de mais facil acesso e melhor produção, aumentando a extensão dos lotes à medida que estes estejam mais distantes, de mais dificil transporte e comunicação, ou apresentem menor produção.

A socialização da terra é uma necessidade, uma exegência de condição humana, da liberdade e do direito de cada pessôa possuir e viver dignamente. Tudo quanto fôr sendo realizado para dividir o grande território do Brasil pela sua população ascendente, é digno de aplausos e representa a aspiração geral. O que é mistér ter em vista é a possibilidade do homem sobre a terra, não dando demais a uns em prejuizo dos outros, não dando tambem de menos por forma a não lhe permitir organizar um trabalho que corresponda às suas necessidades. 5 alqueires de terras representam uma porção suficiente para produzir valores econômicos fartos a qualquer família de lavradores em S. Paulo e Minas; uma légua de terras no centro, ou nos altos rios do Pará e do Amazonas, inclusive o horror da distância e o fechamento das comunicações, quasi nada é para quem se aventura à sua exploração. No primeiro caso, a agricultura intensiva oferece recompensa estavel e segura, baseia o crédito, estimula o trabalhador; no segundo, tudo é incerto, desde o caminho, a saúde, e a agressividade do meio natural, até a safra a ser colhida de árvores brutas com frutificação alternada e cotações ainda mais instáveis.

O Governo não deve estabelecer proíbições inabaláveis quanto às grandes concessões. O verdadeiro é reservar os casos concretos ao exame e juizo do Governo, pois somos de parecer que, na Amazônia sobretudo, só podemos contar com uma civilização econômica intensiva, se o fôr por intermédio da aplicação de grandes capitais, como acontece com a modelar fundação de Henry Ford, no Tapajós. A multiplicação desse exemplo é que precisa ser estimulada, reconhecendo que nessa magnífica cidade agrícola é o brasileiro que trabalha, produz e vive num padrão dignificante e superior.

Segurança Pública

Neste setor da administração melhor fala o relatório do chefe de Polícia, Dr. Salvador Borborema:

Exmo. sr. dr. secretário geral do Estado.

Cumprindo a determinação de v. excia., tenho a honra de apresentar, linhas abaixo, o relatório das realizações mandadas fazer, neste Departamento da Administração Pública, por s. excia. o sr. dr. Interventor Federal neste Estado, relativamente ao período de 1937 a 1940.

Antes de tudo, permita-me v. excia. manifestar, neste documento, a minha alegria diante do fato, altamente significativo, de poder afirmar ao Governo que a ordem pública foi, durante aquele período, de absoluta tranquilidade, não se tendo registrado, siquer, a menor ameaça de perturbação à sociedade e às instituições constitucionais.

Deve-se em grande parte à índole pacífica e ordeira do povo, sempre disciplinado às determinações das autoridades, e, notadamente, à ação vigilante, rigorosa e eficiente da Polícica na sua precípua função de prevenir e garantir os princípios existenciais da sociedade e dos indivíduos.

Não há negar que compete aos serviços da Ordem Política e Social o maior esforço para assegurar o bem estar da coletividade, afastando das perturbações oriundas das tentativas de ideologias condenadas e nefastas que se querem implantar como forma de governo, sob a persistência de seus adeptos.

Aqui, como em todos os recantos do Brasil, eles têm encontrado a repulsa e o castigo e jamais conseguirão prosseguir, siquer, em suas propagandas, porque são repelidos com os aparelhamentos de que dispõe o Governo e que fazem da Polícia moderna a alavanca temivel para arrancá-los de seus esconderiços onde conspiram contra a vida da Pátria e de seus homens mais ilustres e eminentes.

E', precisamente, devido a essa nova organização policial e à sua ação eficiente, vigilante e atenta, que não registramos, em qualquer parte do território paraense, nenhuma ameaça à ordem pública e às instituições do regimen.

E, ainda, devido a este mesmo fato, podemos apurar responsabilidade de indivíduos inescrupulosos que, às caladas da noite, espalhavam boletins de propaganda contra o atual regimen, envolvendo-os em inquéritos policiais e os entregando ao Poder competente para julgamento de suas atividades.

Assistência Social.—A Polícia Civil, dentro de suas funções, tem procurado reprimir a mendicância e vadiagem de menores, empregando todos os esforços e dentro de suas possibilidades, para dar

conforto, instrução e educação a essas infelizes crianças, abandonadas de seus pais e responsáveis e entregues a uma vida de desregramento que terminará no vício ou no crime.

Quanto aos mendigos, esta Chefia solicita o seu internamento ao Asilo D. Macedo Costa.

Relativamente aos menores—apresenta-os ao juizo competente ou os interna na Colônia Correcional de Cutijuba.

Para manutenção dessa instituição concorre a Polícia com o auxílio mensal de Rs. 4:000$000.

Serviço de Registro de Estrangeiros — Este serviço, criado pelo decreto n. 3.010, de 20 de Agosto de 1938, foi, definitivamente, instalado em Fevereiro de 1938 e está em franca atividade, preenchendo seus verdadeiros e úteis fins.

Na Capital, como no interior, o serviço está funcionando regularmente, sendo de notar o perfeito contrôle exercido sobre todos os estrangeiros, quer os que já têm sua permanência legal no País, quer os de situação temporária ou transitória.

Já foram expedidas, pelo referido Serviço, no ano de 1939 — 1.003 carteiras de identidade (modêlo 19).

O Serviço de Registro de Estrangeiros está funcionando em uma dependência desta Repartição, em sala especialmente adaptada, com mobiliário novo.

Delegacias Auxiliares. — Foram ampliadas as atribuições dos delegados auxiliares, notadamente as do 3.º delegado, que passou a ter competência sobre os serviços de Ordem Política e Social.

Esta secção tem desenvolvido grande atividade e graças à sua ação nada de anormal ou de importância há assinalar.

As Delegacias Auxiliares estão instaladas em salas contíguas, já acanhadas para os serviços policiais.

Mereceram mobiliário novo e melhor aparelhamento com vantagens para o serviço policial.

Gabinete de Investigações e Capturas. — E' esta uma das mais importantes dependências da Polícia Civil e por isso mereceu as minhas atenções.

Os serviços de sua competência foram desenvolvidos e dotado o Gabinete de um corpo de investigadores que muito se vem dedicando e esforçando no desempenho de sua missão.

Para o serviço de identificação criminal, de sua competência, foi adquirida uma mesa moderna - Modêlo F. Belletti - com ótimo resultado para o serviço.

Inspetoria da Polícia Marítima e Aérea. - Os serviços da Polícia Marítima, que se acham satisfatoriamente organizados, abrangem, tambem, nos termos do decreto-lei n. 406, de 4 de Maio de 1938, e decreto n. 3.010, de de 20 de Agosto de do mesmo ano, que deu regulamento àquele decreto, a fiscalização, em concordância com o Serviço de Imigração e Colonização e o Serviço de Registro de Estrangeiros, da entrada e saída de estrangeiros pelos portos deste Estado.

Está a I. P. M. A. instalada em prédio pertencente à SNAPP, remodelado recentemente.

Cadeia de S. José — A situação da atual cadeia de «S. José», no sentido amplo de uma prisão, que longe está de ser uma penitenciária com todos os requisitos modernos de um presídio, foi, sabiamente, apreciada por s. excia. o sr. dr. Interventor na seguinte exposição que fez a s. excia. o sr. dr. Presidante da República e que peço vênia para transcrever:

> «Um dos mais antigos problemas da administração paraense vem sendo a construção de uma penitenciária, em substituição a que serve desde tempos coloniais, a cadeia de S. José, completamente em desacôrdo não só com as exigências do regimen penitenciário moderno, como com as próprias do Código Penal da República. Realmente, é uma tristeza, senão um vexame, contemplar a reclusão de delinquentes em promiscuidade nesse velho prédio, cuja substituição se impõe em nome da própria civilização, da cultura jurídica brasileira e dos sentimentos de humanidade.
>
> Assoberbado de compromisso, o Governo do Estado não pode acudir presentemente a despesa de vulto, que resultaria da construção de uma penitenciária, achando esta Interventoria de seu dever recorrer ao Governo da União, afim de merecer um crédito de mil contos de réis destinado à Penitenciária do Pará, crédito que poderia correr de acôrdo com o decreto n. 24.797, de 14 de Julho de 1934, pela verba da arrecadação de sêlo penitenciário, ou por outra de serviços públicos, a juizo do governo.
>
> Oferecendo o Estado terreno e outros elementos ao seu alcance, seria possivel, com aquela importância, tentar a edificação, que representará obra de incontestavel valor público».

Dentro das possibilidades materiais desta Repartição, foram feitos, na cadeia, de ordem de s. excia., alguns melhoramentos, tais como caiação e pintura geral das prisões, e de todo o edificio, distribuição, entre os detentos, de roupa e redes; uma melhor alimentação foi determinada, assim como adquiridas algumas ferramentas para trabalho dos presos.

Presentemente, cogita esta Chefia uniformizar os presos e já mandou confeccionar cerca de 14 duzias de dolmans e calças de tecido mescla.

E' intenso o serviço nas oficinas que, além de auxiliar aos detentos na manutenção de suas famílias, produz bons resultados no preparo dos presos recolhidos sem ofício.

Cogita-se de ampliar essas oficinas e já está em estudo um plano de construção de barracões destinados àquelas oficinas.

Os presos recebem instrução, ministrada por um professor.

Guarda Civil — A corporação da Guarda Civil está satisfazendo plenamente suas finalidades.

O policiamento da cidade é feito pelos elementos da Guarda Civil, assim como o serviço policial em geral.

O número de guardas civis, pelo desenvolvimento do serviço, é insuficiente, o que está acarretando um esforço redobrado desses servidores.

Peço permissão para sugerir a providência, que é imposta pela necessidade do serviço, de ser aumentada a Guarda Civil de mais cem homens, com o auxílio dos quais melhor será a garantia da vigilância diária e noturna de toda a cidade.

Inspetoria de Veículos e Trânsito Público. — A Inspetoria de Veículos e Trânsito Público está regida, atualmente, pelo decreto n. 2.900, de 31 de Janeiro de 1938, e é superintendida pelo 1.º delegado auxiliar.

No intuito de melhorar o serviço público, de que está encarregada aquela Inspetoria, foram postas em prática medidas salutares, cujos resultados são patentes e do conhecimento de todos.

Entretanto, a I. V. T. P. ainda não satisfaz, plenamente, todas as necessidades do tráfego e do trânsito.

Para sanar as irregularidades, necessário se faz que um técnico especializado no assunto administre os modernos ensinamentos aos funcionários da Inspetoria.

E' o que já estou providenciando e conto em breve dotar a I. V. T. P. de melhores meios para um serviço completo e eficiente.

Para o serviço da Inspetoria foram adquiridas três motocicletas e adquiridos em São Paulo novos modêlos de chapéus e braçadeiras, apresentando-se o seu pessoal com vestuário decente e próprio ao serviço.

MELHORAMENTOS

1 *Estação de rádio.*—Ao assumir a Chefia de Polícia em 1937, encontrei um serviço deficiente no que se refere a rádio-telegrafia da Polícia.

Servida de aparelhos velhos e já cansados, a estação de rádio não preenchia suas finalidades.

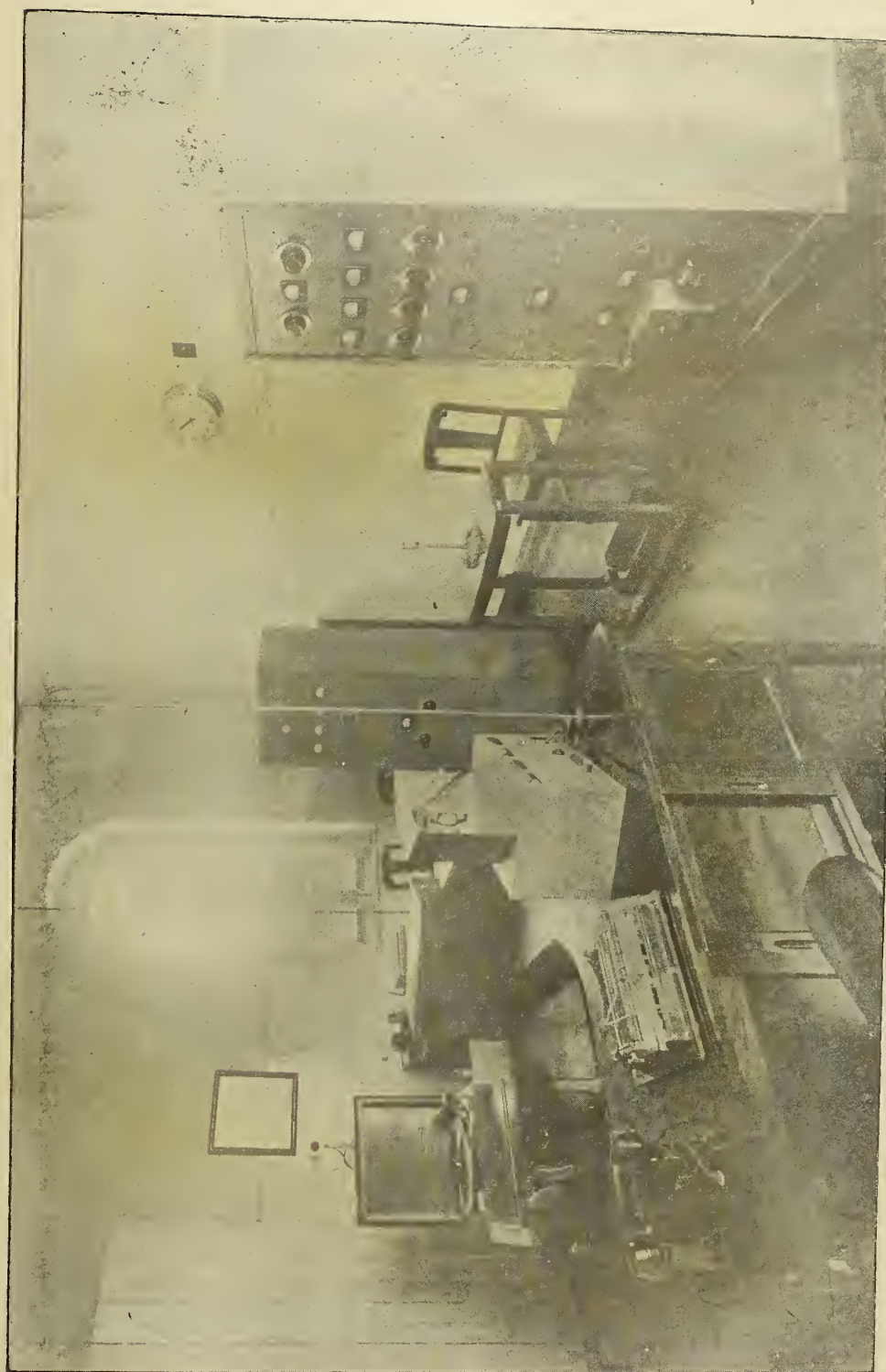
Devidamente autorizado por s. excia. o sr. dr. Interventor Federal, encomendei à firma Maya, Rebelo & Cia., do Rio de Janeiro, um transmissor, ao mesmo tempo que mandava confeccionar um outro pelo dr. Roberto Camelier.

A sala dos aparelhos foi totalmente remodelada e adaptada com os mais modernos requisitos da técnica.

De tal sorte que, hoje, a Polícia do Pará possúe um ótimo serviço de rádio-comunicação, dotada como está de dois possantes transmissores, sendo que um deles opera em telefonia com perfeita nitidez e potência.

Possúe dois bons receptores e todo o aparelhamento necessário.

Os resultados são atestados pela eficiência do serviço, presteza e segurança, comunicando-se a Estação da Polícia com todo o Brasil e mantendo com todas as Polícias tráfego regular e constante.

As comunicações para o interior são feitas em telefonia, das 19 às 20 horas, quando é transmitida a «Voz do Pará», do Serviço de Propaganda e Difusão Cultural do Pará, criado pelo decreto do Estado de n. 3.109, de 10 de outubro de 1938.

Estação de Radio da Policia Civil do Estaao do Pará. Criação da administração atual.

2 *Postos Policiais.* — No intuito de dar aos funcionários desta Repartição mais conforto e imprimir ao serviço policial mais eficiência e considerando o estado de péssima conservação dos prédios que serviam de comissariado nos bairros do Marco, Batista Campos e Pedreira e para aliviar o Tesouro do pagamento dos alugueis dos mesmos prédios, s. excia. determinou a construção de Postos Policiais nos citados bairros.

Assim, três novos prédios se construiram com as rendas próprias desta Repartição, de feição moderna e dispondo de compartimentos adequados ao serviço.

O primeiro a ser construido foi o do distrito policial do Marco, inaugurado no dia 21 de Setembro de 1939, tendo sido dispendidas com a construção do mesmo e mobiliário as seguintes somas:

Construção do prédio	78:881$630	
Móveis e utensílios	4:028$200	82:909$830

Incumbiu-se dessa construção a Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação do Estado.

Seguiu-se o do Jurunas, inaugurado no dia 14 de Março de 1940 e, depois, o da Pedreira, cujo ato inaugural foi a 4 de Maio do mesmo ano.

Tais construções estiveram a cargo do engenheiro Waldir Acatauassú Nunes e com as mesmas dispendeu o Governo as seguintes cifras:

Posto Policial do Jurunas:

Construção do prédio	56:000$000	
Móveis e utensílos...........	3:909$900	59:902$700

Posto Policial da Pedreira:

Construção do prédio	55:320$000	
Móveis e utensílios	7:784$600	63:104$600

3 *Viaturas.* — Foram adquiridos para o serviço policial os seguintes carros:

Auto 4-Of. da Chefia de Polícia	26:885$000
Auto 11-Of. Plantão dos delegados	26:885$000
Auto 24-Of. Serviço de verificação de óbitos...........	18:000$000
Auto 750-Of. Carro Celular...	25:800$000

Foi, ainda, adquirida uma ambulância para o serviço da Assistência Pública, pelo de Rs. 37:320$000.

4 *Reformas e pinturas.* O prédio da Central de Policia foi externa e internamente pintado, sendo que a pintura foi a óleo. O páteo todo caiado, assim como todos os xadrezes.

Não houve um só compartimento que não merecesse uma pintura ou uma caiação, de tal sorte que a Repartição apresenta um aspecto de limpeza e conservação.

Na Central, foram instalados dois serviços higienicos para os funcionarios: um no compartimento inferior e outro no andar superior.

O prédio onde funciona a Sub-Delegacia de S. Brás foi tambem pintado externa e internamente e melhoradas as condições de higiene dos xadrezes e do corpo da guarda.

Com esses melhoramentos dispendeu o Governo pelos cofres desta Repartição as seguintes importâncias:

Sub-Delegacia de S. Brás	3:341$300
Central de Polícia	25:801$100
Sala da Estação de Rádio	18:860$100
	48:002$500

5 *Mobiliários.*—As diversas dependências do prédio da Central, pelas quais se distribuem os diversos serviços policiais, tiveram seus mobiliàrios substituidos por outros novos, de acôrdo com a exigência do serviço e conforto dos funcionários.

As Delegacias Auxiliares, a Permanência, o Serviço de Registro de Estrangeiros, a Estação de Rádio, a sala de inquirições reservadas, o Gabinete de Investigações e Capturas, são dependências que foram mobiladas recentemente.

Foram instalados aparelhos «Inter-Comunicações» em diversos compartimentos, facilitando assim o cumprimento das ordens e determinações emanadas desta Chefia de Polícia.

Foram, tambem, adquiridas máquinas de escrever para a Repartição, em substituição a algumas já imprestáveis.

MELHORAMENTOS QUE SE IMPÕEM

Tendo em vista melhorar as condições atuais do serviço policial, cogita esta Chefia obter de s. excia. o sr. dr. Interventor a necessária permissão para construir um terceiro andar para nele ser instalado um sistema de prisões para menores de ambos os sexos, ou antes um depósito durante o tempo suficiente para se lhes dar o destino legal, pois não conta a Polícia com um abrigo para conservar os menores presos em vadiagem nas ruas ou nela abandonados por seus responsáveis, e as meninas que, no interesse da Justiça e da sociedade, devem ser separadas do convívio de seus pais ou responsáveis.

Já está traçado um plano e planta confeccionada.

Há, tambem, grande necessidade de se construir no Páteo da Central uma série de xadrezes para prisões isoladas, evitando-se, deste modo, as inconveniências que oferecem as prisões coletivas.

Uma planta para essa construção já está feita.

São esses os melhoramentos que a necessidade do serviço exige sejam imediamente realizados.

Outros se fazem sentir, sem o cunho de tanta urgência, porém.

Posto Policial da Pedreira, inaugurado em 4 de Maio de 1940.

Posto Policial do Marco, inaugurado em 27 de Setembro de 1939.

Poder Judiciário

A atividade judiciária do Estado ofereceu trabalho regular e eficiente, seja na Capital onde funcionam seus órgãos principais, seja no interior, por onde ela se espalha em ação protetora dos direitos e liberdades.

O Poder Executivo do Estado deu as melhores e sempre solícitas garantias não só ao bom desempenho das funções judiciárias, como ao prestígio dos magistrados e de seus mandados.

O Tribunal de Apelação não teve movimento na sua composição, senão com a aposentadoria compulsória do desembargador Hollanda Chacon e a nomeação do desembargador Eladio da Cruz Lima, que vinha exercendo o cargo de procurador geral do Estado.

O projeto de organização da Justiça do Estado, formulado por uma comissão de juristas designada pelo Governo, e já adaptado ao novo Código de Processo Civil, foi discutido e aprovado pelo Departamento Administrativo e aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, sendo publicado como decreto-lei n. 3.485, de 19 de Abril de 1940, e estando em pleno vigor,

Pelo decreto ficou o Estado dividido em comarcas, têrmos, distritos e zonas e seus limites foram harmonizados com os da divisão territorial constantes do decreto n. 3.131, de 31 de Outubro de 1938, providenciando sobre toda a administração da justiça que, assim, passou a reger-se por uma lei integral e completa. Com a supressão das comarcas de Itaituba, São Domingos do Capim e Gurupá, existem no Pará 24 comarcas.

Preside o Tribunal de Apelação, há dois anos, o desembargador Curcino Silva.

Instituto de Previdência

A criação do Instituto de Previdência, como órgão de assistência aos servidores do Estado e seus municípios, é um imperativo urgente da administração paraense.

De ano para ano o erário público se vê onerado de novas e vultosas despesas para atender as responsabilidades decorrentes das aposentadorias, disponibilidades e pensões de montepio, cujo total já sobe a mais de 2.800:000$000 e está na expectativa de novos aumentos, sobretudo com as garantias do Estatuto do Funcionário.

O Governo do Estado, empenhado nessa solução, convidou o sr. Ivo Familiar para organizar as bases do Instituto, nos moldes do Instituto de Previdência Nacional e esse serviço, completado com os trabalhos suplementares realizados sob a direção indicada por aquele técnico, vai ser devidamente apreciado pelo Departamento Administrativo do Estado e submetido ao Chefe da Nação, na forma legal. Será uma organização interessante, não sómente como desencargo do Tesouro estadual, como, especialmente, em proveito do próprio funcionário que terá garantidos a sua aposentadoria, pensão aos herdeiros, empréstimos, assistência médica e hospitalar, etc.

As fontes de receita do Instituto deverão ser procuradas na economia geral do Estado e no movimento das repartições públicas, além da contribuição obrigatória do Governo.

Estamos certos de que uma direção segura e esforçada premiará o Estado e o seu funcionalismo com o desenvolvimento de um órgão realmente útil e beneficente.

Departamento Administrativo
do Serviço Público do Pará

Apezar das medidas tomadas desde Novembro de 1937, a administração pública deste Estado ainda se ressente da falta de uma organização que, à semelhança da federal, venha racionalizar os serviços e torná-los mais eficientes em benefício do Estado, das partes que com este tratam e do funcionalismo.

A formação da carreira profissional, apurando em concursos a capacidade e pendores daqueles que se candidatam aos cargos públicos; a ficha de merecimento do funcionário criando o estímulo de bem servir; a determinação rigorosa dos deveres e obrigações funcionais; a padronização do material e as indicações das necessidades gerais e particulares da administração, um grande conjunto de ordem, disciplina e entendimento, conduzirá à desejada finalidade que é a de unidade da direção e descentralização executiva.

Para esse fim, cogita esta Interventoria de solicitar a cooperação do Departamento Administrativo do Serviço Público Federal, cuja eficiente atuação se destaca de maneira apreciavel na esfera pública da União.

Somos de opinião que o Instituto de Previdência e o Departamento Estadual do Serviço Público são dois órgãos imprecindíveis à administração do Pará e reclamados com urgência.

Cooperativismo e Fomento

A economia do Pará ainda está e por muito tempo estará, condicionada às safras aleatórias da exploração de sua riqueza nativa.

O imenso patrimônio de utilidades, matéria prima de origem vegetal, contido na floresta amazônica, vem custeando a vida do nosso povo, ora com altos valores, outras vezes com depressões graves que retardam o desenvolvimento da civilização do vale e envolvem a sua população em crises e amarguras muito sensíveis.

Deslocada para a India, pela plantação organizada, a situação privilegiada de primeira produtora de borracha que vinha gozando a Amazônia até 1910, toda a grande parte brasileira banhada pelo Amazonas e sua gente sofreram um desequilíbrio econômico gravissimo e foi a própria riqueza nativa que ofereceu novos produtos para reparar a funda lesão da borracha desvalorizada. Assim, a castanha, a balata, a coquirana, as madeiras, as sementes oleaginosas, os couros e péles, ouro e pedras preciosas, foram buscados e, pouco a pouco, recompuseram os valores perdidos do grande gênero nativo. Mas, os seringais abandonados, não se perderam, antes se refizeram pelo descanso e pelo crescimento das novas árvores e aí estão prontos a fornecer volumosa porção de fortuna, agora que a preciosa goma entra em fase de valorização e a Amazônia se apresenta na parte mais tranquila do mundo.

A produção amazônica sempre foi resultante do esforço do seu povo. Jámais existiu órgão financeiro para animar a extração e o crédito é por demais restrito e absolutamente particular. Chegou, realmente, o momento de um financiamento organizado para promover a grande e sistemática exploração da riqueza amazônica, seja com a criação de Institutos, carteiras bancárias, ou outras fórmulas melhores aconselhadas. O que não é aconselhavel, na hora de conquista econômica que atravessamos, é a estagnação diante do formidavel reservatório de produtos que apenas aguardam quem os colha e venda.

Nosso apelo ao governo federal não tardará ser atendido e com ele o repovoamento dos seringais do Pará, Amazonas e Acre, o aumento da produção de todos os outros gêneros que ao lado da seringueira generosa estão ao alcance da mão humana para carreá-los aos mercados onde encontram valor.

Onde a natureza amazônica não tem florestas com borracha e castanha, forma terras ótimas para agricultara. No Pará, as zonas chamadas do Salgado, da Estrada de Ferro de Bragança, do Guamá, as terras magnificas de Monte-Alegre e Santarém — abrigam uma população laboriosa de lavradores que produz em bôa escala cereais, algodão e fibras.

Em geral há, tambem, por toda parte uma pequena agricultura para o consumo local. Mas tudo isto insignificante, quando se

queira formar volumes de produção exportavel, ou para aceitar um fornecimento aos outros povos necessitados das nossas utilidades em virtude do desequilíbrio universal.

Nossas terras produzem tudo. O Instituto Agronômico do Norte, criação do Governo da República, virá organizar sistematicamente a produção da Amazônia, mas precisamos olhar urgentemente para o homem que trabalha e a quem vai ser confiada essa produção. Sua organização urgente em grupos de cooperativismo e o saneamento que lhes garanta saúde, são providências preliminares, se não queremos correr o risco de não encontrar o braço precioso e resistente para a obra que o Instituto preconiza.

A população de lavradores é absolutamente pobre. A nossa pequena agricultura é resultante de esforço individual e da necessidade de viver. Tudo empírico. Tudo rudimentar. O que aparece como solução é a reunião de esforços, a cooperação e com esta o auxílio que possibilite produzir mais e melhor. Aí poderá ir, então, o numerário para ampliar plantações, o maquinário para um trabalho intensivo e mais barato, a semente selecionada e a eliminação do intermediário que suga a parte mais rica do gênero.

Desde 1938 que esta Interventoria vem trabalhando para organizar o Banco de Crédito Rural e em decreto já o criou, estando tambem aprovados seus estatutos. Várias negociações tem promovido para obter o capital necessário e, ainda agora, está em marcha, com excelente espectativa, um ajuste para esse fim.

O Banco terá como base um capital subscrito e realizado pelo Governo do Estado, na quantia de 5.000:000$000, a renda do imposto de Fomento Agrícola, que sobe a mais de 400:000$000 anuais, além de outras receitas e lucros de seu movimento.

Sua principal carteira será a propaganda e organização de cooperativas de produção, cujas entidades estabeleceriam relações permanentes com o Banco, que já possue edifício próprio adquirido no governo Dionysio Bentes.

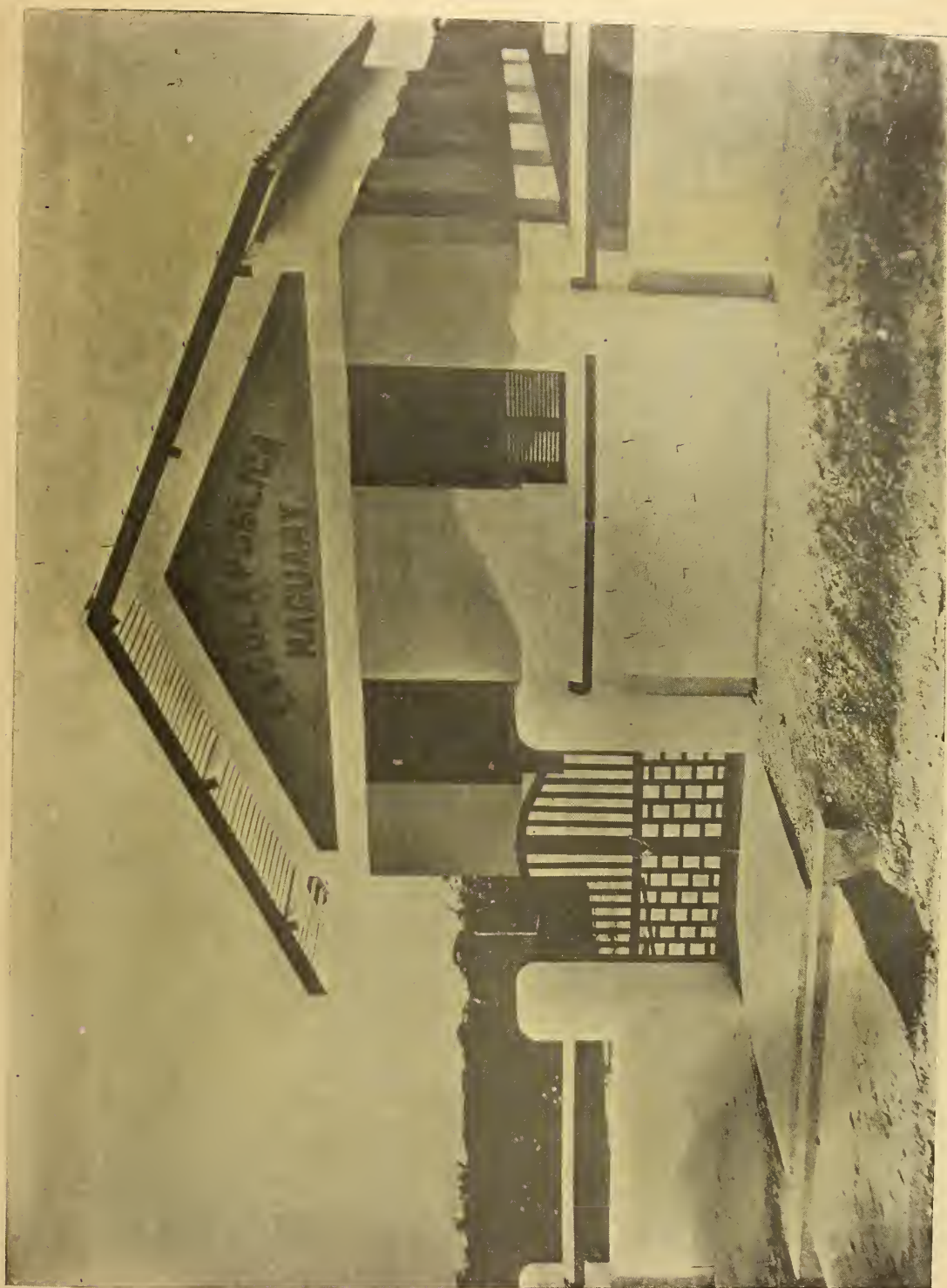
Em conclusão: Nosso destino econômico está dependendo de um financiamento urgente da produção nativa; da organização generalizada de cooperativas agrícolas, amparadas pelo órgão central do Banco Rural e do plano de saneamento que o governo federal promete executar na Amazônia.

Várias teses estão em estudo para serem debatidas no próximo Congresso Geo Econômico a realizár-se nesta Capital, em Janeiro próximo, reunindo os interventores do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí e o governador do Acre.

Diversas realizações
da Administração atual

Prédios para grupos e escolas na capital e no interior:			
Edificios construidos:			
Grupo Escolar «Justo Chermont»	217:793$900		
» » «Camilo Salgado.........	142:049$800		
» » «Augusto Montenegro....	168:188$000		
» » «Benjamin Constant»...	315:585$600		
» » «Vilhena Alves».........	374:614$200		
Escola «Maguari-Pinheiro»	14:000$000	1.232:231$500	
Edificios em construção:			
Grupo Escolar «Dr. Freitas»...........		103:656$900	
Edificios ampliados e reedificados:			
Escola de Engenharia....	127:010$900		
Grupo Escolar «Floriano Peixoto»	100:922$200	227:933$100	
Edificios adquiridos:			
Grupo Escolar de Soure...........	10:000$000		
» » de Monte Alegre	50:000$000		
» » de Bragança	150:000$000		
» » de Oriximiná.............	165:000$000		
Curso de Adaptação à Escola Normal ...	55:400$000	430:400$000	
Auxilios concedidos:			
A' Escola de Aprendizes Marinheiros....	74:929$900		
A' construção do Grupo Escolar de Oriximiná....	20:000$000	94:929$900	2.089:151$400
Instalações para Serviços de Saúde:			
Edificios construidos:			
Hospital de Isolamento «S. Roque»	185:681$000		
Posto Médico do Pinheiro...	18:480$000		
Dispensário de Lepra «Silva Araujo»....	42:725$300		
Residência das Irmãs de Caridade no Prata............................	34:500$000		
Centro de Saúde n. 2 (Parte)	242:760$200	524:146$500	
Edificios adquiridos:			
Posto Médico e pequeno hospital em Bragança		15:000$$00	
Edificios ampliados e reconstruidos:			
Hospital Juliano Moreira.........	227:968$600		
Asilo «D. Macedo Costa»	13:108$000	241:076$600	
Ampliações:			
Instituto de Patologia E. do Norte		25:905$700	
Auxilios concedidos:			
A' Delegacia de Saúde Federal..........	23:097$500		
Ao Preventório «Eunice Weaver»........	25.000$000	48.097$500	854:226$300

Instalações da Força Policial:		
Construções:		
Quartel do Batalhão de Caçadores.....	494:548$000	
Reconstruções e ampliações:		
Quartel do Regimento de Cavalaria......	581:619$500	1.076:167$500
Instalações da Policia Civil:		
Edificios construidos:		
Delegacia de Policia de Acará		20.904$800
Instalações para Energia Elétrica e Serviço de Agua dos Municipios do Interior:		
Maquinismos e Acessórios:		
Santarém....	174:500$000	
Obidos...........	102:583$700	
Mocajuba	55:375$000	
Gurupá	40:205$000	
Bragança	38:136$700	
Faro	32:269$000	
Santa Izabel	70:000$000	
Oriximiná	16:800$000	
Curuçá	7:700$000	537:569$400
Serviço Rádio Telegráfico:		
Custo de aparelhos de rádio fornecidos a diversas Prefeituras.....	11:655$000	
Custo do terreno onde está construida a estação rádio-automática do Souza....	22:000$000	33:655$000
Estações Fiscais do Interior:		
Construções:		
Coletoria Estadual de Igarapé-miri... ..		22:671$100
Auxílios a Municipios para diversas construções:		
Marabá—Campo de Aviação.............	50:000$000	
Soure—Ponte do Litoral da Cidade......	32:514$500	
Soure—Ponte de Salvaterra...............	9:000$000	
Monte Alegre—Ponte sobre o rio Ererê	9:684$400	
Chaves - Campo de Aviação.............	10:000$000	111:198$900
Museu Paraense Emílio Goeldi:		
Construção de um aquário e viveiros....	56:660$000	
Idem, de um muro	6:500$000	63:160$000
Residência Governamental:		
Custo de um muro e outras obras.......		163:647$600
Hotel de Salinas:		
Parte do custo do edificio e instalações..		41:762$600
Material Flutuante:		
Dispendido com a reforma do vapor «Almirante Alexandrino»	213:500$000	
Parte dos concertos dos vapores «Capitão Assis» e Jansen de Melo».........	228:792$500	442:292$500
Estação de Tratamento de Agua:		
Parte do custo desta Estação............	1.888:543$400	
Terreno adquirido para ampliação das instalações	50:000$000	1.938:543$400

Grupo escolar suburbano "Camilo Salgado"

Tipo de escolas isoladas do interior do Estado, construidas no governo atual

Grupo escolar da capital "Benjamim Constant"

Grupo escolar suburbano "Augusto Montenegro"

Grupo escolar suburbano "Justo Chermont"

Tipos de escolas rurais, recentemente construidas nos arredores de Belem

Auxílios Diversos:

A' Representação Nacional na Exposição de New-York..................	51:200$000	
A' Companhia Industrial Amazonense—Plantio de juta..........................	20:000$000	
A' Construção do estadio da Tuna Luso Comercial..................................	31:644$000	
A' Liga de Esportes da Marinha..........	5:000$000	
Ao 1.º Congresso Médico Amazônico ..	20:000$000	
A' Pia União do Pão de Santo Antônio	10:000$000	
A's obras da Catedral de Belém.....	20:000$000	
Representação do Pará na Exposição Nacional de Pernambuco.......	70:000$000	227:844$000

Diversos:

Dispendido com a construção das rodovias Capanema-Salinas, Marapanim-Curuçá, Oeiras-Juaba, Castanhal-Inhangapí, Salinas-Pirabas, Capanema Primavera, Salvaterra-Joanes-Condeixas, Juaba-Oeiras, Capanema-Santa Maria, Marapanim-Castanhal-Curuçá, ramais de Ianetama, 3 de Outubro e Abade-Curuçá e conclusão das rodovias Castanhal-Curuçá e Conceição-Ourém, bem como da conservação das seguintes: Belém-Santa Izabel, Belém-Pinheiro, Itapicurú-Benfica, Santa Izabel-Vigia, Igarapé-assú-Maracanã, Derrubada-Salinas, Castanhal-Curuçá, Castanhal-Igarapé-assú, Prata-Santa Maria, Timboteua-Taciateua, ramais de Matapiquara e Ernesto Acioli..........	2.293:887$650
	9.916:682$150

Nas realizações do Governo não figuram os prédios construidos para Delegacias de Policia, nem as remodelações, ampliações e reedificações feitas pela Policia Civil e nem o equipamento dos mesmos, em quantia superior a 200:000$000.

Municipalidades

O município da Capital, desde Dezembro de 1937, está dirigido pelo Professor Abelardo Condurú, antigo senador da República e que pela segunda vez ocupa esse importante cargo.

A cidade e seus maiores problemas, assim da sua população, têm sido tratados com desvelo, assinalados melhoramentos e iniciativas proveitosas.

Os municípios do interior, reconhecida a precaridade de alguns, as deficiências de receitas e condições especiais de outros, apresentam em geral um padrão de soerguimento e trabalho, sendo de notar melhoramentos importantes em vários deles como Santarém, Bragança, Marabá, Castanhal, Oriximiná, São Miguel do Guamá e outros.

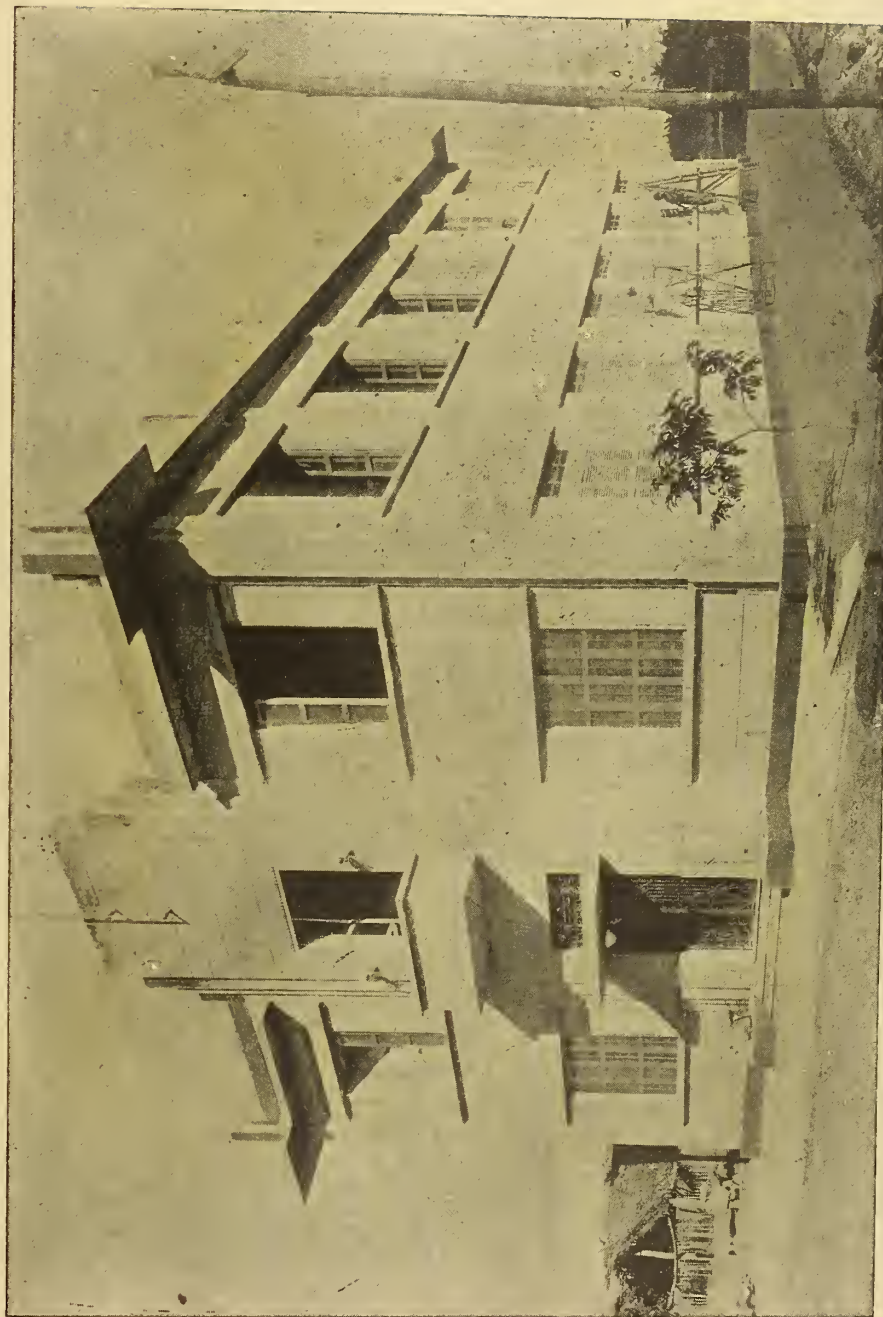
O Governo do Estado auxiliou várias obras e, especialmente, a instalação de iluminação elétrica, tão necessária como nota de progresso nas cidades.

Damos a seguir a demonstração da receita e despesa dos vários municípios, por onde se verifica a importância administrativa dos mesmos:

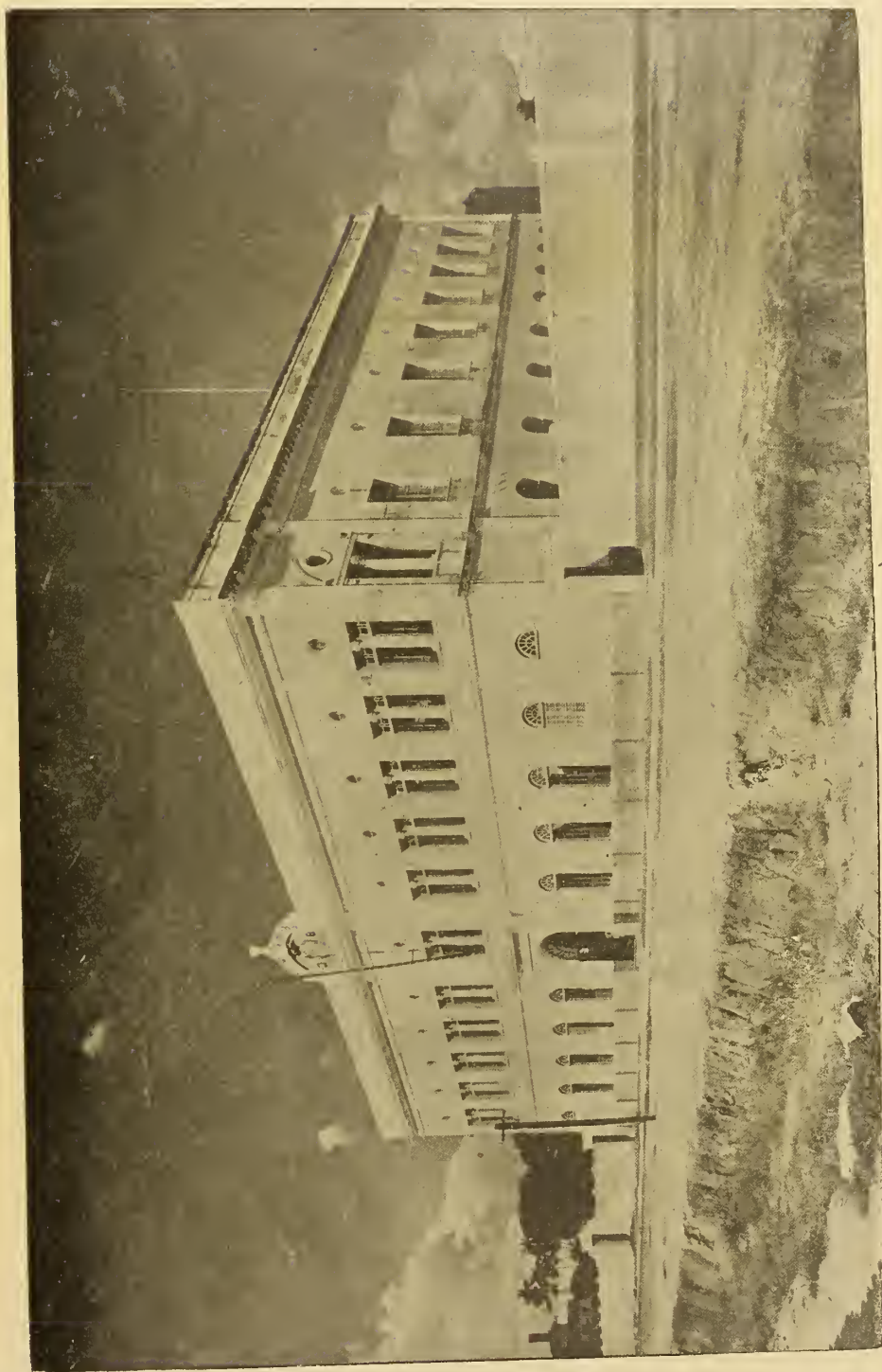
EXERCÍCIO DE 1939

RECEITA ORÇADA E ARRECADADA

N.º de ordem	PREFEITURAS	ORÇADA	ARRECADADA		
			TOTAL	*A mais*	*A menos*
1	Abaeté	259:900$000	243:649$689		16:250$311
2	Acará	156:543$000	158:904$200	2:361$200	$
3	Afuá	100:800$000	110:892$200	10:092$200	$
4	Almeirim	169:406$500	190:455$100	21:048$600	$
5	Alenquer	365:915$000	404:802$900	38:887$900	$
6	Altamira	366:695$000	351:498$000	$	15:197$000
7	Amapá	89:585$000	88:066$165	$	1:518$835
8	Anajás	88:895$000	107:603$642	18:708$642	$
9	Baião	86:880$000	117:465$400	30:585$400	$
10	Bragança	814:250$000	899:789$100	85:539$100	$
11	Breves	345:000$000	279:270$300	$	65:729$700
12	Cachoeira	130:525$000	139:119$100	8:594$100	$
13	Cametá	305:110$000	324:251$060	19:141$060	$
14	Capanema	354:200$000	337:826$800	$	16:373$200
15	Castanhal	384:000$000	412:821$650	28:821$650	$
16	Chaves	160:655$000	168:784$141	8:129$141	$
17	C. do Araguaia	50:445$000	35:517$500	$	14:927$500
18	Curralinho	115:460$000	122:408$550	6:948$550	$
19	Curuçá	130:764$600	155:516$800	24:752$200	$

N.º de ordem	PREFEITURAS	ORÇADA	ARRECADADA TOTAL	A mais	A menos
20	Fáro..........	72:450$000	68:297$400	$	4:152$600
21	Gurupá.	86:882$500	82:870$600	$	4:011$900
22	Igarapé-assú...	452:927$500	428:523$400	$	24:404$100
23	Igarapé-mirí...	253:175$000	220:049$100	$	33:125$900
24	Irituia	116:615$000	126:005$400	9:390$400	$
25	Itaituba........	142:370$000	166:772$000	24:402$000	$
26	Jurutí..........	67:515$000	68:757$004	1:236$004	$
27	Macapá........	176:180$000	194:729$271	16:549$271	$
28	Marabá..	734:505$000	824:964$485	90:459$485	$
29	Maracanã......	127:765$000	137:580$985	9:815$985	$
30	Marapanim.....	99:334$200	131:323$600	31:986$400	$
31	Mazagão.......	138:000$000	113:311$750	$	24:688$250
32	Mocajuba......	52:560$000	61:001$100	8:441$100	$
33	Mojú...........	113:243$700	118:323$020	5:079$320	$
34	Monte-Alegre ..	178:915$000	222:438$450	43:523$450	$
35	Muaná.........	191:165$000	185:060$603	$	6:104$397
36	Obidos.........	349:945$000	375:925$300	25:980$300	$
37	Oeiras.	65:665$000	71.589$440	5:924$440	$
38	Oriximiná......	183:870$000	275:115$100	91:245$100	$
39	Ourém.........	141:450$000	150:558$794	9:108$794	$
40	Ponta de Pedras	151:800$000	195:632$900	43.832$900	$
41	Portel	209:300$000	174:836$800	$	34:463$200
42	Porto de Móz..	110:036$000	81:785$600	$	28:250$400
43	Prainha........	56:321$000	53:310$200	$	3:010$800
44	Santa Izabel...	253:000$000	191:712$500	$	61:287$500
45	Santarém......	610:110$000	654:475$900	44:365$900	$
46	Salinas	80:000$000	94:361$200	14:361$200	$
47	S. C. de Odivelas	72:795$000	77:034$300	4:239$300	$
48	S. D. do Capim..	163:012$500	174:760$600	11:635$600	$
49	S. M. do Guamá.	218:615$000	211:968$059	$	6:646$941
50	Soure..........	307:050$000	268:687$200	$	38:362$800
51	Vigia..........	207:800$000	203:961$100	$	3:838$900
52	Vizeu	119:600$000	97:701$421	$	21:898$579

Prefeitura de Marabá, construida nas administrações Augusto Dias e José Vergolino, 1937-40

Escola rural do Ferreira, municipio de Bragança, inaugurada em 1939.

Força Policial

Quartel do Batalhão de Infantaria, inaugurado em 1937.

Coube ao governador eleito na forma da Constituição de 1934, que é o mesmo ainda em exercício da Interventoria Federal, reorganizar a Força Policial do Pará que fôra dissolvida.

Além das avultadas despesas com a constituição do novo organismo, o governo foi obrigado a construir e reconstruir quarteis adequados ao bom agasalho da Força, sua instrução e resultante eficiência. Assim, tivemos que determinar imediatamente a adaptação dos quarteis para o Batalhão de Infantaria e para o Regimento de Cavalaria, hoje dois amplos edifícios que acomodam excelentemente as respectivas unidades. Nestas obras foram gastos 494:548$000 no quartel de infantaria e 581:619$000 no da cavalaria. Para esta última arma foi adquirida a necessária cavalhada que, todos os anos, recebe novos animais para a substituição necessária.

Para o ano de 1940 a Força Policial do Pará, em virtude do decreto n. 3.453, de 24 de Janeiro de 1940, antes aprovado pelo governo nacional, ficou composta de :

Um comando geral.

Uma Companhia de Guardas.

Um Batalhão de Infantaria.

Um Esquadrão de Cavalaria.

O efetivo total é de 624 homens, sendo 43 oficiais e 581 praças, podendo ser aumentado em caso de mobilização para atender à requisição do governo da União, ou quando o Interventor julgar conveniente ao serviço.

Desde o mês de Abril de 1939 que os municípios estão concorrendo com a verba que antes destinavam aos guardas locais, extintos, para o pagamento dos destacamentos da Força, o que veiu tornar mais regular e eficiente o serviço de Segurança Pública no interior.

E' de assinalar o melhoramento não só da parte material, como armamento, fardamento e custeio geral, como na intelectual, com a instrução técnica de soldados e oficiais.

Estão montadas oficinas que suprem a Força de fardamento, sélas, arreios e calçados.

No C. P. O. R., do Exército, grupo de sargentos ultimam o respectivo curso, preparados desta forma para o oficialato. Além disso está organizado e em funcionamento animador o curso de aperfeiçoamento de oficiais, tendo oficiais do Exército como pro-

fessores e que serve, não só aos elementos do Estado, como dos nossos visinhos do Maranhão, Piauí e Amazonas.

Esse curso diplomará em 1940 a primeira turma de oficiais que receberam uma instrução proveitosa, elevando o nivel profissional com os conhecimentos da arte militar que os habilita não só para o serviço da Força Policial, como para os fins da reserva do Exército que regulamentarmente constituem.

Está no comando da Força Policial o capitão do Exército Cesar Romulo Silveira Junior, comissionado no posto de coronel. Competente, trabalhador e com excelente espírito militar, a Força muito tem lucrado sob sua direção em disciplina, ordem e prontidão de serviço.

Força Policial do Pará: Quartel da Cavalaria, construção do governo atual.

Serviços Articulados de Agricultura

Desde três anos que o Pará vem articulando em parte e no corrente exercício no todo, os serviços de agricultura. Por meio de acôrdos com o Ministério da Agricultura, desde 1938 organizaram-se as atividades da assistência às plantas texteis, o algodão e as fibras, recolhendo a economia paraense significativos benefícios, quer quanto à seleção obtida com o algodão texas de São Paulo, quer na propaganda e estímulo à plantação das malvas. Igual acôrdo quanto à fruticultura.

Para 1940 foi assinado um acôrdo para articulação geral, passando a própria Diretoria Geral de Agricultura e Pecuária do Estado a constituir uma das secções dos Serviços Articulados, sob a direção geral do delegado federal, dr. Enéas Calandrini Pinheiro.

Temos importado vultosas quantidades de sementes selecionadas de algodão e arroz e feita a distribuição nos centros agrícolas. Agora estamos importando de São Paulo e da Baía, quantidades regulares de sementes de mamona para lançar gratuitamente nas plantações do começo do ano, oleaginosa que produz admiravelmente em todas as nossas terras e que será de imediato aparecimento entre os valores da nossa economia.

A propósito da agricultura, já nos referimos à confiança que depositamos na organização e financiamento das cooperativas, com a instituição do Banco Rural, como carteira de crédito e propaganda e do Instituto Agronômico do Norte, como fator científico de racionalização das nossas vastas possibilidades no setor da produção.

Campo experimental da escola rural Santa Clara, Joanes, municipio de Soure, ilha de Marajó.

Divisão Territorial

Limites do Estado

O decreto n. 311, de 2 de Março de 1938, dispôs sobre a divisão territorial do país e estabeleceu que sómente por leis gerais quinquenais poderá ser modificado o quadro territorial, administrativo e judicial, de qualquer unidade da Federação, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia.

A assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística, pela resolução n. 108, de 4 de julho de 1938, sugeriu normas para a fixação da nova divisão territorial, encarecendo a expedição da lei estadual prevista no § 1.º do art. 16 da lei 311 referida, afim de possibilitar a efetiva e solene inauguração do novo quadro territorial a 1.º de Janeiro de 1939, normas que em decreto n. 3.114, de 12 de Outubro de 1938, foram adotadas por este Estado.

Em resultado foram baixados os decretos 3.131, de 31 de Outubro do mesmo ano, que fixa a divisão territorial do Estado e 3.131-A, de 4 de Dezembro ainda de 1938, que retificou vários limites na divisão decretada.

A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período quinquenal de 1.º de Janeiro de 1939 a 1.º de Janeiro de 1943, compreende 27 comarcas, 53 têrmos, 53 Municípios e 155 distritos, estes como categoria única de circunscrições primárias do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

A 1.º de Janeiro de 1939 foi solenemente inaugurado e declarado em vigor o novo quadro territorial fixado no decreto 3.131 já citado.

Foi criado o cargo especial de cartógrafo, no Instituto de Estatística, e organizada uma secção de geografia, para cuidar com o devido zêlo e competência dos assuntos ligados à geografia do Estado e bôa aplicação e respeito à lei de divisão territorial.

* * *

O Estado do Pará não tem dúvidas de limites senão com o Estado do Amazonas. Com este correu por muitos anos debatida demanda que, esgotados os meios administrativos, foi ter ao judiciário, em cuja instância suprema veiu encontrá-la a Constituição de 10 de Novembro de 1937.

As razões anteriores inverteram-se em face do art. 184 da referida Constituição, que dispõe:

> «Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais.
>
> § 1.º Ficam extintas, ainda que em andamento ou

pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em juizo arbitral, as questões de limites entre os Estados.

§ 2.º O Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações».

Os argumentos históricos levantados pelo Amazonas, pondo em dúvida trechos da fronteira ocupados pelo Pará, o dispositivo constitucional substituiu pela posse.

Temos insistido nos propósitos constantes de todos os governantes do Pará, afim de ver resolvida esta lamentavel questão que a unidade nacional repele e a harmonia e unidade de interesses do vale amazônico indicam jámais fosse levantada, em contraste com o imenso território dos nossos Estados, ainda na maior parte sem população, nem sinal de civilização.

O Instituto Nacional de Geografia, pelos bons ofícios de seu ilustre presidente, o embaixador Macedo Soares, vem despendendo assinalados esforços para conseguir um entendimento que resolva a questão, o que ainda não foi possivel chegar a bom termo, apezar da documentada disposição do governo paraense.

Estamos certos, entretanto, que a insistência desses esforços logrará breve solução a uma pendência que alimenta há anos irritantes intrigas entre dois Estados amazônicos.

As grandes plantações econômicas

COMPANHIA FORD

Digno de ser assinalado o desenvolvimento das plantações realizadas no Tapajós pela tenacidade e espírito empreendedor do conhecido miliardário norte-americano Henry Ford.

De todas as numerosas concessões dadas em várias épocas neste Estado, destinadas à exploração nativa, ou a plantações agrícolas, a feita ao sr. Henry Ford representa o único exemplo de realização triunfante, ao mesmo tempo serve de padrão a quantos busquem a Amazônia com capital, força de vontade e organização racional e científica. Na primitiva concessão de 1.000.000 de hectares feita na margem direita do Tapajós, bacia do rio Cuparí, município de Itaituba, está localizada a cidade agrícola da Fordlandia, dotada das mais modernas instalações, não só para funcionários e trabalhadores, como para escritórios, saúde, transportes e comunicações, escolas e hospitais. Nessas terras estavam plantadas até 1938, cerca de 1.600.000 pés de seringueiras, plantação iniciada em 1929 e em bôa parte na idade de córte.

Fordlandia, situada a 115 milhas da embocadura do Tapajós, apresentou dificuldades ao progresso da Empresa que, desde 1934, fundou na mesma margem do rio, a 30 milhas apenas da confluência do Tapajós com o Amazonas, um novo núcleo de trabalho denominado Belterra, porto acessivel a qualquer navio e onde se desenvolvem hoje as mais viçosas plantações da Empresa e já se acham fixadas mais de 2.400.000 seringueiras numa clareira aberta na mata virgem de 12.000 hectares.

Em Belterra, como na Fordlandia, está instalada uma bôa cidade, com escritório, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitações e hotel, construções higiênicas e próprias para o clima.

Magníficas estradas põem em comunicação com os campos de plantação, serraria, usina elétrica, porto, etc.

As plantações de Belterra estão obedecendo a um processo de seleção que vem dando ótimos resultados. Assim, as mudas nativas quando atingem ano e meio recebem o enxerto de seringueiras do Oriente, importadas pela Empresa e provenientes de sementes de seringueiras amazônicas levadas em 1876 para o Oriente. A Companhia visa plantar 2.000 hectares, com 500.000 seringueiras por ano.

Já houve mais de 3.000 trabalhadores na concessão, existindo atualmente cerca de 1.700 homens em Belterra e Fordlandia. O salário a sêco começa por 6$000 e póde subir a 10$000 e 12$000 diários, o que é realmente remunerador, tanto mais que o trabalhador recebe em dinheiro e compra livremente, escapando a qualquer exploração de intermediários.

O elemento nacional predomina completamente nos serviços da Companhia, pois, excluindo uma duzia de técnicos americanos e holandeses, todo o pessoal é brasileiro.

O regimen de 8 horas de trabalho é perfeitamente cumprido, com início às 6,30, terminando às 15,30, inclusivè uma hora para almoço.

Em Fordlandia e Belterra a Companhia Ford já inverteu 9 milhões de dólares, cerca de 175.500:000$000, entrando no programa da Companhia o dispêndio de mais 19 milhões.

As plantações Ford deixam patente o sucesso das organizações econômicas de vulto na Amazônia. A profilaxia do paludismo está demonstrada em definitivo, repetindo o exemplo da assistência sistemática que ao seu pessoal vem dando a comissão de limites do Setor Norte, sob a chefia do ilustre comandante Braz Aguiar. Aos capitais que procuram aplicação rendosa e estão a serviço das grandes indústrias, a Companhia Ford oferece magnífico paradigma, para a criação, ao lado da riqueza nativa, de florestas artificiais definitivas e de produção regular.

COMPANHIA NIPÔNICA

Foram concedidas terras no Acará e em Monte-Alegre à Companhia Nipônica, que iniciou animadamente seus serviços, não resultando no desejado sucesso, talvez por falta de pertinácia e maiores capitais, como registrou a Companhia Ford. Os japoneses, sobretudo após as limitações à imigração estabelecidas na Constituição de 1934, diminuiram sensivelmente seu interesse pela iniciativa tomada, hoje quasi extintos os seus núcleos de trabalho.

Vale registrar, entretanto, os animadores resultados que os japoneses estão obtendo na produção da juta, que eles experimentaram e desenvolvem em Parintins, no Estado do Amazonas e nas regiões das Ilhas e Baixo Amazonas, no Pará.

Atendendo petição feita em 1938, esta Interventoria concedeu favores fiscais e auxílio monetário à Companhia Amazonense de Juta para fazer experiências no Pará, e como fossem estas bem sucedidas, entra aquela empresa no período da intensificação do plantio, esperando-se para breve uma produção promissora, como já ocorre em Parintins, donde a exportação de juta amazônica vai acima de 200 toneladas no ano corrente.

As fibras paraenses, aliás, ganham terreno, fornecendo, sobretudo as malvas roxa e veludo, excelentes qualidades totalmente absorvidas na indústria nacional.

Conclusão

Ficam no resumo deste relatório, Senhor Presidente da República, fixadas as atividades principais da Interventoria Federal do Pará.

Nossas responsabilidades estão ao exame de V. Excia. e dos órgãos técnicos que colaboram com o Governo da República. Temos a convicção de não havermos desmerecido à confiança de V. Excia. e de havermos empenhado nossos melhores e mais patrióticos esforços no sentido de bem servir os altos interesses do Pará e do Brasil.

José Carneiro da Gama Malcher,
Interventor Federal

AS
ÇÕES
IOS

/o

$000

ELETRICIDADE E
AGUA PARA OS
MUNICIPIOS

5,46 o/o

537:569$400

NAVEGAÇÃO DO
ESTADO

4,47 o/o

442:292$500

RECEITA ARRECADADA PELAS ESTAÇÕES FISCAES NO QUINQUENIO

1935 - 1939

ÉS

9.836:047$450

AS ÇÕES IOS	ELETRICIDADE E AGUA PARA OS MUNICIPIOS	NAVEGAÇÃO DO ESTADO
/o	5,46 o/o	4,47 o/o
$000	537:569$400	442:292$500

RECEITA
ARRECADADA PELO ESTADO
1910 - 1939
35.000 CONTOS
30.000 CONTOS
25.000 CONTOS
20.000 CONTOS
15.000 CONTOS
10.000 CONTOS
5.000 CONTOS
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939

REALISAÇÕES

TOTAL:

9.836:047$450

RODOVIAS	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE AGUAS	POLICIA MILITAR	SAUDE PUBLICA	DIVERSAS CONSTRUÇÕES E AUXILIOS	ELETRICIDADE E AGUA PARA OS MUNICIPIOS	NAVEGAÇÃO DO ESTADO
23.32 o/o	21.23 o/o	19.70 o/o	10.94 o/o	7,86 o/o	6,96 o/o	5,46 o/o	4.47 o/o
2.293:887$650	2.089:151$400	1.938:543$400	1.076:167$500	773:591$600	684:844$000	537:569$400	442:292$500

PARA'
166.332:807$8
VALOR DA
IMPORTAÇÃO
12.089:908$600
AMAZONAS
22.813:490$900
ACRE
4.722:557$200 MARANHÃO
21:599$200 PIAUÍ
4.288:160$800 CEARÁ
717:864$800 R. G. DO NORTE
1.514:116$900 PARAÍBA
15.063:554$300 PERNAMBUCO
1.766:794$100 ALAGOAS
3.833:519$900 SERGIPE
3.352:995$500
BAÍA
1.706:176$100
GOIAZ
1.342:811$000
MATO GROSSO
21:738$800
MINAS GERAIS
1.963:937$400 ESPIRITO SANTO
51.172:692$700 RIO DE JANEIRO
25.286:920$400
S. PAULO
350:269$100 PARANÁ
526:964$100 STA. CATARINA
13.776:790$000
R. G. DO SUL
Importação por
procedencia
1939

PARA'
132.578:237$8
VALOR DA
EXPORTAÇÃO
21.356:084$800
AMAZONAS
7.019:680$100
ACRE
8.193:253$000 MARANHÃO
3.901:535$100 PIAUÍ
18.050:159$400 CEARA
3.812:400$800 R. G. DO NORTE
536:195$800 PARAÍBA
5.841:301$800 PERNAMBUCO
780:240$700 ALAGOAS
110:339$700 SERGIPE
537:223$400
GOIAZ
2.105:153$000
BAÍA
373:498$500
MATO GROSSO
14:209$400
MINAS GERAIS
465:142$100 ESPIRITO SANTO
36.745:042$000 RIO DE JANEIRO
13.892:503$700
S. PAULO
192:484$900 PARANÁ
124:583$100 STA. CATARINA
8.527:296$500
R. G. DO SUL
Exportação por
destino
1939

Borracha, Balata, Coquirana, Caucho e Sernamby rama lavado, Crepe ...

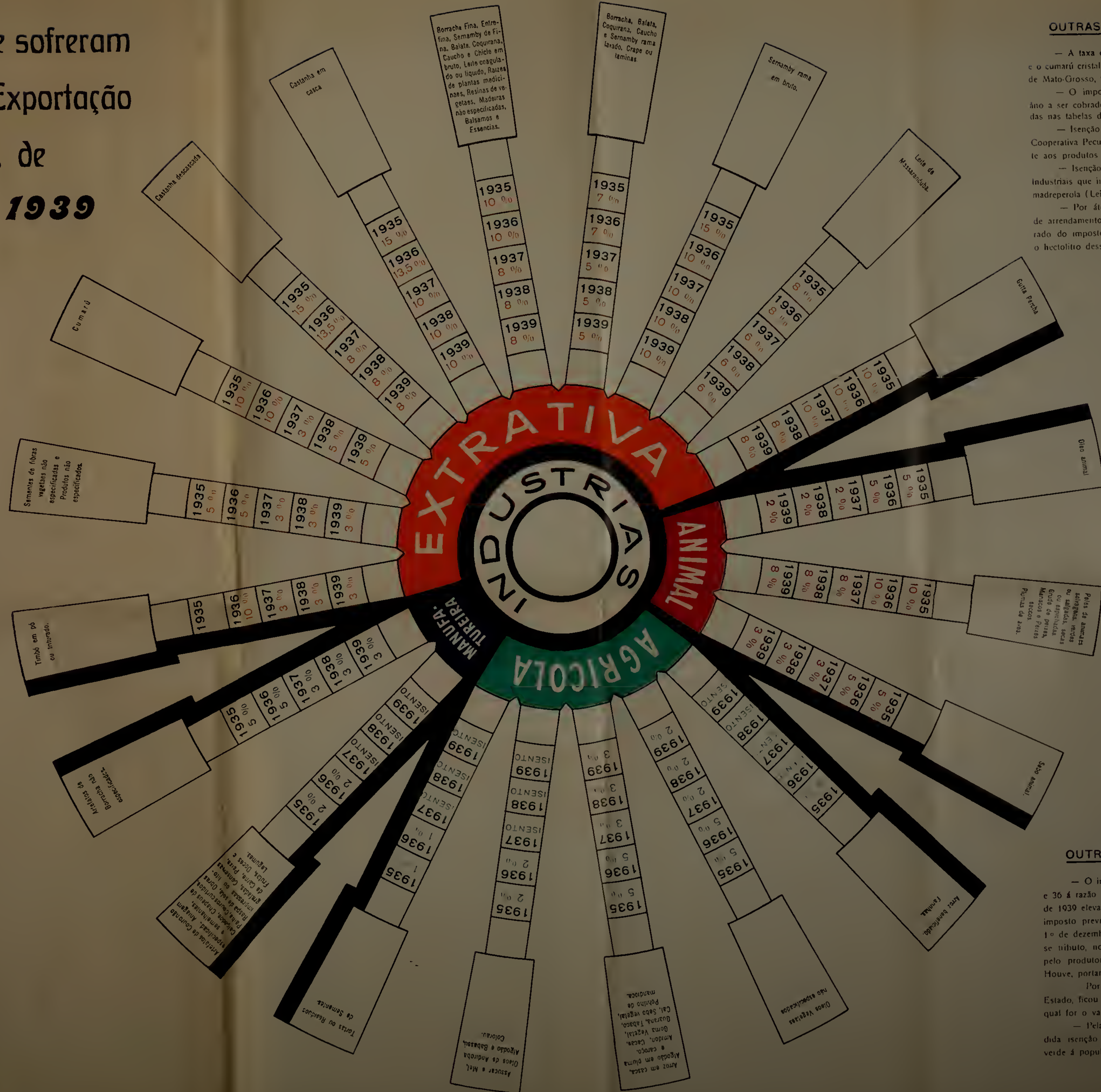
S E REDUÇÕES:

29:528$300
SUECIA
13.433:122$700
INGLATERRA
13:233$400
DINAMARCA
339.846$400
HOLANDA
661:934$700
BELGICA
5:292:752$000
ALEMANHA
51:655$700
POLONIA
1.156:731$500
FRANÇA
3.743:579$100
PORTUGAL
HUNGRIA
1.650:927$100
1.737:646$900
ITALIA
37:332$700
BULGARIA
1.417:817$100
CANADA
62.677:507$600
ESTADOS UNIDOS
146:418$200
LIBANO
4.240.089$200
JAPÃO
2.225$500
POSSESSÕES INGLESAS
PARÁ
15:994$500
VENEZUELA
8:969$000
COLOMBIA
65:465$400
G. HOLANDESA
356:190$000
G. FRANCESA
586:631$600
PERU
84:537$100
BOLIVIA
2.730.035$800
ARGENTINA
1.502:377$300
AUSTRALIA
591:908$900
NOVA ZELANDIA
1.624:017$300
EGIPTO
443:101$900
AFRICA DO SUL
1939
Exportação
VALOR COMERCIAL SEGUNDO OS DESTINOS
EXPORTAÇÃO . . 115.551:687$700
IMPORTAÇÃO . . 51.130:638$100
SALDO FAVORAVEL . 64.421:049$600

Dir

Borracha, Balata, Coquirana, Caucho e Sernamby rama lavado. Crepe

S E REDUÇÕES:

o I

Diminuição que sofreram
o Imposto de Exportação
e Taxas, de
1935 a 1939
EXTRATIVA
INDUSTRIAS
ANIMAL
AGRICOLA
MANUFATUREIRA
OUTRAS ISENÇÕES E REDUÇÕES:
— A taxa de 5% que incidia em 1935, sobre a castanha e o cumarú cristalizado procedentes do Amazonas, Acre e Estado de Mato-Grosso, foi inteiramente eliminada.
— O imposto inter-estadual de exportação passou este âno a ser cobrado com a redução de 50% das taxas consignadas nas tabelas da respectiva lei.
— Isenção de quaesquer impostos estaduais á Sociedade Cooperativa Pecuaria do Pará, pelo praso de 20 ânos relativamente aos produtos industrialisados e sub-produtos manufaturados.
— Isenção de todos impostos estaduais por 6 ânos aos industriais que instalarem estabelecimentos de beneficiamento de madreperola (Lei n.º 87, de 17 de dezembro de 1936)
— Por áto de 23 de março de 1940, foi reduzida a taxa de arrendamento de castanhaes devolutos de 7 para 4% e liberado do imposto de vendas o produtor, enquanto não alcançar o hectolitro desse produto o preço de 55$000.
OUTRAS ISENÇÕES E REDUÇÕES:
— O imposto de vendas e consignações cobrado em 1935 e 36 á razão de 3%, foi, em 1937, reduzido para 2%, e a partir de 1939 elevado para 2 1/2%, afim de compensar o desfalque do imposto previsto com o regimen instituido pelo decreto 015 de 1º de dezembro de 1938 que alterou o lugar da cobrança desse tributo, nos casos de transferencia de mercadorias efetuada pelo produtor para vendas e consignações em outros Estados. Houve, portanto, uma redução de 1/2% no referido imposto.
Por decreto de 2 de janeiro de 1939 do Governo do Estado, ficou isenta a primeira venda do produtor de cereais, seja qual for o valor da operação.
— Pela lei nº 89 de 19 de dezembro de 1936, foi concedida isenção do respectivo imposto sobre as vendas de carne verde á população.